

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE ARQUITECTURA

## **O Palácio como Matriz de Inscrição na Cidade A Propósito do Parque Natural no Rio Seco**



**Marta Alexandra Sereno Gonçalves**

**Projecto para obtenção do Grau de Mestre em  
Arquitectura**

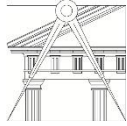
ORIENTADOR: Doutor Nuno Mateus (Arquitecto)  
CO-ORIENTADOR: Doutora Maria João Pereira Neto (Historiadora)

JÚRI

PRESIDENTE: Doutor José Aguiar (Arquitecto)  
VOGAL: Doutor Ricardo Carvalho (Arquitecto)

LISBOA, AGOSTO 2014





## O Palácio como Matriz de Inscrição na Cidade A Propósito do Parque Natural do Rio Seco

Autora: Marta Alexandra Sereno Gonçalves  
Orientador: Doutor Nuno Mateus  
Co-Orientador: Doutora Maria João Pereira Neto  
Mestrado Integrado em Arquitectura  
Agosto 2014

### **I. RESUMO**

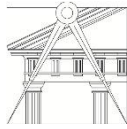
O presente trabalho tem como objectivo reflectir sobre a possibilidade de desenvolvimento de um parque natural urbano sito ao longo do curso natural do Rio Seco, em Lisboa, que admita a procura de caminhos de articulação e consolidação consonantes entre a Cidade e o território no qual assenta.

Neste contexto, o estudo que apresentamos centra-se nos terrenos do Palácio das Águias, à Rua da Junqueira, que nos permite através do projecto, desenhar o arranque do parque urbano em questão, a relação deste com a linha de água e com os terrenos da envolvente. Deste modo, abordamos não só a redefinição do Palácio e dos seus terrenos como porta do novo parque na Cidade, mas também, asseguramos a reafirmação da importância desta tipologia urbana setecentista neste novo contexto conceptual.

Enquanto procuramos, através do projecto, soluções para uma recuperação e reutilização do Palácio como hotel vincado pelo binómio arquitectura histórica/ espaço natural, este trabalho pretende um enquadramento mais alargado do estudo desta tipologia específica, que permita fundamentar a sua continuidade como memória urbana indispensável.

**Palavras-Chave:** Requalificação, Recuperação, Património, Parque Urbano, Palácio das Águias





## The Palace as a Mould of Insertion in the City Regarding Rio Seco Natural Park

### **II. ABSTRACT**

The aim of this thesis is to reflect about the possibility of developing a natural urban park located along the natural course of the Rio Seco, in Lisbon, admitting the search for paths of articulation and consolidation that can be consonants between the City and the territory where it is located.

In this context, the present study is based on the Palácio das Águias grounds, at Rua da Junqueira, allowing us through the project, designing the startup of our urban park, the relationship with the water line and with the lands around it. Thus, we broach not only the redefinition of the Palace and its grounds as a door of the new park in the city, but also ensure the reaffirmation of the importance of this eighteenth century urban typology in this new conceptual framework.

As we search through the project, solutions for restauration and reutilization of the Palace as an Hotel underlined by the binomial historic architecture / natural space, this work seeks a broader framework of the study of this specific typology, allowing to justify its continuation as an essential urban memory.

**Key-Words:** Requalification, Building Restoration, Heritage, Urban Park, Palácio das Águias



Obrigada

Aos orientadores Nuno Mateus e Maria João Neto  
que tornaram este trabalho possível, pelos seus valiosos ensinamentos,  
pelo apoio e compreensão

Ao Sr. José Santos da Sociedade Agrícola da Alorna  
pela disponibilidade e informação facultada acerca do caso de estudo

Ao Departamento de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa  
pelo levantamento fotográfico que me disponibilizou

Ao Professor Amílcar Pires  
pelas trocas de ideias e conhecimentos

À minha família, pelo apoio incondicional  
para a concretização deste trabalho e de todo o curso  
Ao avô Sereno e à minha mãe  
essenciais ao meu percurso académico e que  
infelizmente já não assistiram à conclusão deste trabalho  
um obrigado pelo amor, inspiração e exemplos de vida  
Ao pai, ao Eduardo e à tia Bitá  
que me deram força para chegar ao fim

Aos amigos que me acompanharam  
em todos os momentos do curso e da vida  
À Rita, à Inês, à Raquel, à Maria João, ao Xiko,  
ao Carlos, ao Joel e ao Tiago



### III. ÍNDICE DE CONTEÚDOS

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. ENQUADRAR – A Villa.....</b>	<b>5</b>
2.1. A <i>Villa</i> como Modelo – Itália.....	5
2.2. Análise Arquitectónica.....	8
2.3. Difusão na Europa.....	10
<b>3. INTERPRETAR - Adopção do Modelo.....</b>	<b>13</b>
3.1. A Quinta de Recreio – Portugal.....	13
3.2. Análise Arquitectónica.....	14
<b>4. DETALHAR - O Palácio da Quinta das Águias.....</b>	<b>21</b>
4.1. No Rio Seco.....	21
4.2. No Sítio da Junqueira.....	22
4.3. Na História.....	25
4.4. Caracterização e Evolução Arquitectónica.....	29
4.5. Situação Actual.....	37
<b>5. INTERVIR - Estratégia de Reabilitação.....</b>	<b>41</b>
5.1. Programa - Espaço Público e Espaço Privado.....	41
5.2. Problemática – O Restauro e a Memória do Lugar.....	43
5.3. Proposta – O Secular e o Contemporâneo.....	45
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>7. FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>51</b>

**ANEXOS.....55**

Anexo I. Documentos Históricos

Anexo II. Levantamento Fotográfico

Anexo III. Levantamento Gráfico do Existente

Anexo IV. Peças Desenhadas da Proposta

Anexo V. Fotografias da Maquete

## **IV. ÍNDICE DE FIGURAS**

### **CAPÍTULO 2 – ENQUADRAR – A Villa**

**2.1** – Fachada Norte da Villa Farnesina, Transtevere, Roma  
[http://www.villafarnesina.it/?page\\_id=39](http://www.villafarnesina.it/?page_id=39)

**2.2** – Villa Adriana, Tivoli  
<http://www.rome.net/villa-adriana>

### **CAPÍTULO 3 – INTERPRETAR - Adopção do Modelo**

**3.1** – Fachada Sudoeste da Quinta da Bacalhoa, Azeitão  
<http://www.bacalhoa.com/pt/galerias/show/scripts/core.htm?p=galerias&f=show&lang=pt&idcont=188>

**3.2** – Fachada Norte da Quinta da Ribafria, Sintra  
<http://puraexperiencia.blogspot.pt/2011/04/visitar-quinta-da-ribafria-sao-martinho.html>

### **CAPÍTULO 4 – DETALHAR - O Palácio da Quinta das Águias**

**4.1** – Rio Seco no subsolo, 2002, fotografia de levantamento da Divisão de Saneamento da Câmara Municipal de Lisboa

**4.2** – Rio Seco no subsolo, 2002, fotografia de levantamento da Divisão de Saneamento da Câmara Municipal de Lisboa

**4.3** – Foz do Rio Seco, 2002, fotografia de levantamento da Divisão de Saneamento da Câmara Municipal de Lisboa

**4.4** – Areal da Junqueira, onde era a praia, [s.d.], fotografia de Eduardo Portugal (1900-1958), Arquivo Municipal de Lisboa

**4.5** – Rio Tejo, visto do Cais da Junqueira, 1939, fotografia de António Passaporte (1901-1983), Arquivo Municipal de Lisboa

**4.6** – Planta Rua da Junqueira, 1856-58, Filipe Folque (1800-1874), Atlas da Carta Topográfica de Lisboa

**4.7** – Palácio da Ribeira Grande, [s.d.], fotografia de Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa

**4.8** – Fachada sul do Palácio Burnay, 1907, fotografia de Joshua Benoliel (1873-1932), Arquivo Municipal de Lisboa

- 4.9** – Fachada Sul do Palácio das Águias, 1950, fotografia de Horácio Novais (1910-1988), Arquivo Municipal de Lisboa
- 4.10** – Escadas de acesso ao Terraço Sul, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.11** – Gradeamento Sul da Quinta das Águias, Rua da Junqueira, 1930, fotografia de Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa
- 4.12** – Entrada Principal da Casa, Fachada Nascente, Calçada da Boa-Hora, [s.d.], fotografia de autor não identificado,  
<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2013/10/rua-da-junqueira-xviii.html>
- 4.13** – Plantas do primeiro e segundo pisos do Palácio
- 4.14** – Alçado Nascente do Palácio
- 4.15** – Alçado Sul do Palácio
- 4.16** – Pormenor da Fachada Sul, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.17** – Balaustrada do Terraço Sul, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.18** – Muro do Jardim com conversadeiras de revestimento azulejar, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.19** – Alçado Norte do Palácio
- 4.20** – Alçado Poente do Palácio, em destaque as alterações efectuadas em 1934
- 4.21** – “*loggia*”, Alçado Sul, 1993, SIPA
- 4.22** – Torreão Sul, 1993, SIPA
- 4.23** – Porta Nascente, 1993, SIPA
- 4.24** – Sala de Entrada, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.25** – Escadaria Principal, primeiro lanço, 1993, SIPA
- 4.26** – Escadaria Principal, segundo lanço, 1993, SIPA
- 4.27** – Tecto da Sala Rústica, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.28** – Tecto da Sala de Jantar, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.29** – Pavimento em madeira, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

- 4.30** – Chaminé da Cozinha, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.31** – Lavatório em pedra da Cozinha, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.32** - Azulejos originais setecentistas, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.33** – Capela, Tecto, 1993, SIPA
- 4.34** – Altar, 1993, SIPA
- 4.35** – Galeria Superior, 1993, SIPA
- 4.36** – Onde se localizava o Sino da Capela, Cobertura, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.37** – Cobertura de um Torreão, Telha Canudo, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.38** – Beiral do telhado, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.39** – Jardim Formal, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.40** – Lago do Jardim, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.41** – Muro do Jardim com conversadeiras de revestimento azulejar, 1993, SIPA
- 4.42** - Jardim Formal, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.43** - Jardim Formal, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.44** - Jardim Formal, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.45** - Jardim Formal, 1990, *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- 4.46** – Fotografia de Autor, Fachada Nascente, 2013
- 4.47** - Fotografia de Autor, Porta Nascente, 2013
- 4.48** - Sala de Entrada, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.49** - Escadaria Principal, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.50** – Lanternim que ilumina a escadaria, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.51** – Capela, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.52** – Capela, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa

- 4.53** – Antecâmara de entrada para a Galeria Superior da Capela, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.54** – Parede de uma Sala, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.55** – Tecto de uma Sala, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.56** – Tecto de uma Sala, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.57** – Revestimento das águas furtadas, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.58** – “*Loggia*” Sul, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
  
- 4.59** - Fachada Norte, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.60** – Guarda de uma das varandas da fachada Norte, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.61** – Muros do Jardim, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.62** – Jardim, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.63** – Lago do Jardim. 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.64** – Fachada Sul do Anexo, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.65** – Entrada pela Calçada da Boa-Hora, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa
- 4.66** – Pátio a Norte do Anexo, 2008, Vistoria da Câmara Municipal Lisboa

## **CAPÍTULO 5 – INTERVIR – Estratégia de Reabilitação**

- 5.01** – Planta da Estratégia Global do Parque Natural do Rio Seco
- 5.02** – Diagrama explicativo do Conceito de Habitar o Muro
- 5.03** – Diagrama explicativo da Forma
- 5.04** – Planta de Vermelhos e Amarelos do Palácio

## O PALÁCIO COMO MATRIZ DE INSCRIÇÃO NA CIDADE

## O PALÁCIO COMO MATRIZ DE INSCRIÇÃO NA CIDADE

## **1. INTRODUÇÃO**

### **Objecto**

O presente trabalho pretende tratar o tema de Restauro, Recuperação e Reinserção de Património Arquitectónico existente tendo como caso de estudo o Palácio da Quinta das Águias situado na Rua da Junqueira nº138 e na Calçada da Boa-Hora nº 1, 3 e 5 em Lisboa. O Palácio do séc. XVIII está inserido no Núcleo de Interesse Histórico da Junqueira e encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo IGESPAR (Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56 de 06 Março 1996), teve a sua origem no aforamento parcelar do domínio dos Saldanha e Albuquerque.

### **Enquadramento do Tema**

O Restauro, apesar de ser um tema já discutido no séc. XIX por autores como John Ruskin ou Eugène Viollet-Lec-Duc, tem cada vez mais destaque nos dias de hoje por motivos de escassez do solo na Cidade e também pelo aglomerado de edifícios devolutos e em ruína que se fazem ver, sendo muitos deles edifícios classificados e protegidos que fazem parte do nosso Património Arquitectónico, Histórico e Artístico.

### **Justificação do Tema**

A Recuperação do Palácio das Águias assim como a sua devolução à Cidade provém de um projecto urbano mais abrangente, a Requalificação do Vale do Rio Seco, uma das áreas menos qualificadas do coração de Lisboa, mas com grandes potencialidades. A transmutação do Vale em Parque Natural vai impedir o seu desenvolvimento desarticulado e dar respostas às necessidades da zona, em termos de habitação, serviços e equipamentos.

O presente Caso de Estudo localiza-se precisamente no ponto de encontro do Parque Natural com a Rua da Junqueira, duas realidades contrastantes pelas tipologias arquitectónicas que as caracterizam e pelos estatutos sociais e económicos patentes. Nesta localização ambígua o projecto pretende criar uma ligação lógica e coerente das partes.

### **Objectivos do Trabalho**

O problema que o presente trabalho levanta traduz-se na reflexão do modo como uma estrutura arquitectónica como o Palácio das Águias pode ser recuperada e constituir um factor dinamizador do Parque Natural, um elo de ligação entre o Rio Seco e a Rua da Junqueira, e reflectir na importância da inserção do Património Histórico setecentista no tecido actual da Cidade.

Conjecturámos alguns objectivos a alcançar de modo a dar resposta ao problema, eles são:

- Integrar o Palácio da Quinta das Águias no Parque Natural do Rio Seco, a fim de completar o corredor verde do Parque, dotando-o de valor patrimonial e histórico, permitindo a sua extensão até ao Rio;
- Recuperar o Palácio de modo a preservar o edificado histórico da Cidade e impedir a sua progressiva degradação;
- Promover a sua inserção no meio urbano, devolvendo o Palácio à cidade e a um conjunto de utilizadores mais vasto e diversificado;

*"(...) há que defender, teimosamente, a todo o custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas (...)"<sup>1</sup>*

### **Metodologia e Condicionantes**

O trabalho que fundamenta o projecto assenta numa metodologia baseada num estudo histórico-crítico, onde se analisa um caso específico, o Palácio da Quinta das Águias.

Para dar início ao estudo foi necessária uma abordagem qualitativa que inclui pesquisa e recolha de informação e respectiva sistematização de carácter histórico e cartográfico, seguidas de uma análise.

---

<sup>1</sup> Távora, Fernando, Da Organização do Espaço, pp.58

Procedeu-se um levantamento gráfico e iconográfico, e também a concretização de maquetes para melhor entendimento da zona em estudo e perceber as suas potencialidades.

Foi necessário um estudo detalhado do Palácio para o perceber construtivamente e assim incorporar esses conhecimentos na construção nova que se propõe.

*"A negação da importância do estudo e da consciência do passado, é coerente com a posição daqueles, entre outros, para quem (...) apenas a produção (arquitectónica) interessa."*<sup>2</sup>

A maior condicionante deste trabalho foi a impossibilidade de entrar na propriedade, para um melhor entendimento da sua topografia e interiores do edificado, por estar, a propriedade, implicada num processo embargado em tribunal.

#### **Estrutura base de organização do documento**

O trabalho apresenta-se dividido em quatro capítulos que procuram enquadrar, interpretar, detalhar e intervir no Palácio das Águias.

Esta lógica estrutural é resultante da complexidade tipológica do Palácio, pelo que foi necessário recuar à sua tipologia original e posterior difusão (capítulo 1 – enquadrar), estudou-se em seguida a adopção desta tipologia em Portugal (capítulo 2 – interpretar), seguiu-se a análise aprofundada do caso de estudo (capítulo 3 – detalhar) e finalizou-se com a apresentação do projecto de arquitectura (capítulo 4 - intervir).

---

<sup>2</sup> Correia, Pedro Nuno, Visitar os Clássicos, pp.67



## **2. ENQUADRAR – A VILLA**

### **2.1. A Villa como Modelo - Itália**

O termo Renascimento apresenta-se como um movimento artístico e cultural de grande espectro, decorrido na História da Europa entre os séculos XV e XVI, e um dos de maior significado e importância na História Europeia por ter modificado a atitude do homem para uma nova maneira de viver. O movimento inicia-se em Itália e foi responsável por várias alterações não só nas artes, como na política, economia, religião e caracteriza-se pela redescoberta dos valores estéticos da Antiguidade Clássica, que por isso se designa por "Renascimento", um novo nascimento, como um regresso fontal para um novo acordo com a natureza do homem, que estava perdida e renasce na sua dimensão mais criativa. O termo "Rinascita" é registado originalmente pelo arquitecto e pintor italiano Giorgio Vasari (1511-1574) em meados do séc. XVI.

É no Renascimento que o desenho passa para um outro nível, oposto ao desenho da Idade Média, ganha perspectiva, capaz de criar uma ilusão de espaço tridimensional em uma superfície plana, retracta distâncias e proporções, há uma distinção do claro-escuro, do que está iluminado e em sombra, reforçando a ideia de volume dos corpos e surge um maior conhecimento da anatomia humana, consequentemente o desenho caracteriza-se por um elevado nível de realismo próximo da realidade. O desenho passa a ser considerado uma base fundamental para todas as artes visuais e que todo o artista deve dominar.

No campo da arquitectura, observa-se uma nova postura do arquitecto, passando a adquirir uma abordagem de profissional independente, assumindo um estilo próprio, embora inspirados nos valores da Antiguidade Clássica, sendo estes modelos perfeitos das artes e da vida.

O Renascimento foi em muito influenciado pela redescoberta, no Mosteiro de Monte Cassino em 1414 ou 1415, de uma obra de referência incontornável, escrita por Vitruvio (aprox.90-20a.C.), o Tratado "*De Architectura*" (Dez Livros sobre Arquitectura – 27 a.C.) é o único tratado greco-romano que chegou aos dias de hoje e faculta informação sobre arquitectura, planeamento urbano e materiais de construção ao longo de dez volumes.

O apogeu deste movimento acontece no séc. XVI, com arquitectos fundadores e pioneiros como Brunelleschi (1377-1446), Alberti (1404-1472) e

Palladio (1508-1580), o primeiro foi um dos artistas inspirados por Vitruvio a desenvolver as suas ideias, e a instaurar um novo sistema de proporções baseado na escala humana, procurando a relação de proporção entre o homem e o edifício como relata também Vitruvio.

Na Arquitectura do Renascimento podemos salientar algumas características notáveis como a planta centralizada, o uso de cúpulas como coroamento do edifício, por exemplo a cúpula octogonal da Catedral de Florença, construída por meio de novas técnicas renascentistas por Brunelleschi. Também os Palácios de carácter imponente eram uma construção corrente do movimento, para habitações de famílias aristocratas que se afirmavam conforme a grandiosidade da habitação, assim como as Villas, situadas maioritariamente nos arredores das cidades, retractam fielmente a linguagem renascentista, sendo Palladio o principal expoente da adaptação do modelo a estas tipologias residenciais.

A *Villa* é pensada e construída com base num sistema de regras formais específicas, sobre o território dando origem a modelos racionais complexos.

É o resultado do habitar ideal burguês no ambiente rural, o lugar perfeito para as famílias de alto poder económico recuperarem do stress da cidade. Expressam pela sua grandeza e beleza arquitectónica o estatuto social do proprietário e contribuem de forma inequívoca para a estética urbana.

As *Villas* funcionam também como centros de explorações agrícolas em propriedades mais vastas, acentuando esta relação entre *Villa* e Natureza no meio de uma ordem arquitectónica de carácter holístico.

Propicia-se desta forma ao homem um novo contexto de relação privilegiada com a Natureza a partir do Jardim Renascentista, que tal como a casa, também obedece a uma rígida organização geométrica de índole racional. Os jardins são tratados com a mesma importância que o construído, onde ambos integram o todo conceptual.

Para projectar a *Villa*, Alberti convencionou no seu tratado "*De re aedificatoria*" algumas regras formais: a construção deve ser edificada em terrenos elevados para obter um bom sistema de vistas e se afirmar na envolvente, numa região plena de água e abrigada; deve ter a fachada principal orientada para Nascente, evitando ventos mais fortes, a fachada Norte é baixa e sombria contrapondo com a fachada Sul que é muito iluminada.

A garantia de ter uma vista privilegiada é fundamental, e esta é normalmente enquadrada pela arquitectura, através de galerias abertas ou pórticos.

As proporções harmoniosas do desenho são fundamentadas na medição científica da figura humana, tendo como modelo o homem ideal descrito por Vitruvio no seu Tratado "*De Architectura*", na qual se inspiraram muitos arquitectos renascentistas.

A *Villa* é direccionada para o ócio e prazer do proprietário na maior parte dos casos, distingue-se pelo carácter moderno e resultado de uma intervenção muitas vezes disputada de um arquitecto qualificado. Naturalmente que associado à *Villa* trespassa um estilo de vida de luxo só acessível a pessoas da alta sociedade e elevado poder económico.

A estrutura base desta tipologia permanece sem qualquer alteração até hoje.

Existem cinco tipos de *Villa* distinguidos por Columella (4-60/70 d.C.) em *De re rustica*<sup>3</sup>, a *Villa Rústica*, associada à produção agrícola o que a torna auto-suficiente, produz o que consome e vende o excedente, a *Villa Urbana*, elegante, situada na cidade, é a habitação principal do proprietário, a *Villa Fractuária*, destinada á produção e armazenamento de vinho, azeite ou cereais, a *Villa Suburbana*, situa-se nos arredores da cidade e serve apenas para descanso e lazer do proprietário, sendo que depende do capital deste para sua manutenção, e por fim, a *Villa Marítima*, da qual existem poucos casos, construída junto do mar ou rio, normalmente estende-se até ele, sobressaem os pórticos e não tanto edifícios de habitação ou de apoio às actividades agrícolas, pois o grande propósito do tipo é a contemplação do mar e sua envolvente.<sup>4</sup>

A *Villa Suburbana* pode ainda subdividir-se em duas outras tipologias, autónomas e contrárias entre si, que se estabeleceram na cultura romana da Antiguidade, conforme relata James Ackerman<sup>5</sup>. A *Villa Cúbica/Compacta* que se apresenta numa posição de destaque na relação com a envolvente, com uma vista privilegiada, emoldurada por uma "loggia" na fachada, que por sua vez, pode encontrar-se também enquadrada por duas torres; e a *Villa Aberta/Estendida*,

<sup>3</sup> Obra de dez volumes sobre trabalhos de campo, desde agricultura, pecuária e apicultura, escrita por Lúcio Júnio Moderato, escritor romano de alcunha Columella.

<sup>4</sup> Ackerman, James S., *The Villa, Form and Ideology of Country Houses*, pp.42

<sup>5</sup> Idem, p.18

integra-se na natureza pela maneira como tira partido do solo e das formas e texturas dos elementos naturais. A construção é irregular e assimétrica, assume-se com a implementação de vários blocos e pórticos distribuídos por vários níveis da topografia do terreno, não seguindo, portanto, nenhum conjunto de regras estruturais racionais. Alguns casos de *Villas Abertas*, irregulares e até orgânicas, foram redesenhadas, com traços simétricos e racionais, até ao séc. XVIII.

Podemos dar como exemplos do primeiro caso, a *Villa Farnesina* em Roma e a *Villa Medici Poggio a Caiano* nos arredores de Florença e para o segundo modelo a *Villa Adriana* em Tivoli.

*“Em qualquer caso, os arquitectos renascentistas, desde Giuliano Da Sangalo até Bramante, Raphael e Palladio, deram à Villa e ao jardim uma formalização clássica a partir da imposição da regra, da ordem, do número e da simetria, elementos fundamentais na fixação do tipo entre o Séc. XV e o Séc. XVIII.”<sup>6</sup>*



2.1. *Villa Farnesina*, Roma



2.2. *Villa Adriana*, Tivoli

## 2.2. Análise Arquitectónica

A fusão dos elementos Casa, Jardim e Envolvente é indivisível para a concepção da *Villa* Renascentista. O desenho das partes, estruturado, racionalizado, regrado, constitui o todo.

Apesar de se diferenciarem entre elas em alguns pequenos aspectos, as *Villas* respeitam uma organização interna do seu conjunto, que abrange todos ou

---

<sup>6</sup> Pires, Amílcar Gil, *A Quinta de Recreio em Portugal*, pp.51

quase todos os tipos. Os aspectos seguintes, definidos por Palladio<sup>7</sup>, representam os elementos comuns desta tipologia arquitectónica.

- O *Pátio de Honra* é o espaço aberto junto à entrada principal da casa, com ligação aos restantes espaços exteriores. Pode ser complementado por muros, lagos e relvados.

- O *Pórtico* enquadra a entrada principal e encaminha-nos para o vestíbulo da casa.

- O *Vestíbulo* é a divisão mais importante, local de recepção e distribuição para os restantes espaços da casa. É também, o lugar usado para festas e outros tipos de entretenimento.

- O *Frontão* é o elemento que coroa a entrada principal da casa, conferindo-lhe nobreza e onde é esculpido o brasão da família ao centro.

- A *Escadaria* eleva o piso nobre do solo, atribuindo-lhe um lugar de destaque e vista privilegiada sobre o jardim e a propriedade. Esta elevação permite também, a criação de um piso semienterrado onde estão situados os aposentos dos empregados e proteger o piso principal da humidade do solo.

No seu interior, a *Villa* ostenta os níveis de riqueza e cultura do proprietário, com paredes decoradas com frescos, que reproduzem a vida na Villa, e outros elementos decorativos.

Na relação com a natureza, jardim é o lugar de contemplação, desenhado com base numa geometria racional, reflexo de ordem cósmica ou divina. São as regras formais da arquitectura renascentista que transformam a Natureza na perfeição.

Na tradição cristã, o jardim simboliza o paraíso, a presença divina na terra e está associado à criação do mundo. Jardim específico do paraíso consta, conforme as escrituras, num quadrado com uma árvore ou fonte no centro de onde surgem quatro rios, desenhando as direcções dos pontos cardeais. O Jardim é normalmente inserido num limite rectangular, dependente, contudo, da geometria da propriedade e da casa.

O Jardim é definido por dois eixos perpendiculares entre si, no ponto central, que determinam a simetria biaxial deste. Juntamente com a regra da proporção,

---

<sup>7</sup> Cit. Por Pires, Amílcar Gil, A Quinta de Recreio em Portugal, pp.64

tanto nos elementos naturais como nas figuras decorativas, forma-se a base de composição do Jardim.

Nas *Villas* de Palladio, o jardim tem a intenção de servir de *hall* de entrada para escadarias que nos guiam ao andar nobre, acentuando o estatuto económico e social do proprietário.

O luxo e conforto da Villa, assim como a arquitectura de excelência associada, têm sido só acessíveis a classes sociais de alto poder económico, mantendo-se assim durante o último milénio. A ideologia da Villa permanece inalterada, mesmo sendo esta liberta de restrições funcionais e sujeita a qualquer alteração criativa do proprietário ou arquitecto, demonstra ser um dos tipos arquitectónicos mais inovadores de sempre.

*"The basic program of the villa has remained unchanged for more than two thousand years since it was first fixed by the patricians of ancient Rome.(...) The villa has remained substantially the same because it feels a need that never alters, a need which, because is not material but psychological and ideological, is not subject to the influences of envolving societies and technologies."*<sup>8</sup>

### **2.3. Difusão da Arquitectura Renascentista na Europa**

O Renascimento iniciou-se em Itália e durante os primeiros séculos de evolução manteve-se restrito ao país e só depois se expandiu pelo continente europeu, por meio de guerras, conquistas de territórios e viagens de artistas, sobressaindo-se mais em alguns países como França, Inglaterra, Espanha e Alemanha.

O movimento chega a Portugal por influência dos mercados italianos e flamengos e, por sua vez, contribuiu para o seu alargamento no mundo. Progride bastante no séc. XV, época de grandes descobrimentos, consegue obter grandes lucros, que se traduzem num crescimento e enriquecimento da burguesia e nobreza.

Independentemente das razões da difusão, os arquitectos desenvolvem um domínio das regras compositivas da vertente que lhes consente o uso de uma certa

---

<sup>8</sup> Ackerman, James S, *The Villa, Form and Ideology of Country Houses*, pp.9

liberdade criativa, liberdade esta, que lhes permite sair dos cânones da cultura italiana.

A Arquitectura em Portugal estabelece, no séc. XVI, um domínio indiscutível dos níveis social e cultural, ocupa um lugar privilegiado entre as outras áreas das artes, tornando-se uma via de enobrecimento, catapultando os seus praticantes para o título de mestre.

As nossas primeiras obras renascentistas não tinham ainda um verdadeiro conhecimento da ordem arquitectónica, contudo, expressam a intenção de começar a usar as regras formais clássicas como o rigor geométrico e o sistema de proporções.

O conhecimento da ordem foi-se consolidando dada a influência estrangeira, muito devido às viagens dos artistas, nomeadamente, diz-se que D. Manuel I (1469-1521) mandou quatro pintores a Roma com o objectivo de assimilar as tendências europeias: Fernão Gomes, Gaspar Dias, Francisco Vanegas e Manuel Campelo, nomes posteriormente associados às obras de Belém<sup>9</sup>.

Com todas as contribuições e influências de fora, o movimento surge em Portugal, como um fenómeno da História a que lhe chamaram Estilo Manuelino, por ser durante o reinado de D. Manuel, embora já existisse no reinado de D. João II (1455-1495). O Manuelino apresenta-se como *“uma situação cultural, ambígua, que se por um lado se integra nos esquemas formais do gótico final, por outro nos aparece em mais de um ponto como a ‘modernidade possível’ no contexto da sociedade portuguesa.”*<sup>10</sup>

A Arquitectura evolui ao adoptar formas e traços renascentistas, sobressaindo estes mais na ornamentação, enriquecendo assim as antigas formas com a perfeição artística do movimento, contudo, este expressa-se de forma diversa conforme a região do país consoante se fazem sentir outras influências.

A partir dos sistemas de regras clássicos usados no Renascimento, surgem dois movimentos de reacção, no séc. XVI, o Maneirismo e, entre o séc. XVI e XVIII, o Barroco.

---

<sup>9</sup> Haupt, Albrecht, A Arquitectura do Renascimento em Portugal, pp.18

<sup>10</sup> Correia, José Horta, Arquitectura Portuguesa- Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão, pp.23

O Maneirismo caracteriza-se por uma arquitectura de exterior mais sóbria quando o interior é extremamente decorado e ornamentado com talha dourada e azulejos.

Pode-se entender o Barroco como que um prolongamento de certos aspectos do Maneirismo, também aqui, "*O que personaliza esses objectos ditos «barrocos» é a sua configuração, quer ao nível da estrutura quer ao nível da decoração.*" <sup>11</sup>

A talha dourada continua a ser um elemento decorativo muito usado neste movimento, principalmente em capelas e igrejas, assim como o uso de azulejo, que teve grande desenvolvimento nesta época.

Os dois movimentos apresentam respostas diferentes mas ambas opostas às regras clássicas, distinguem-se pelas diferenças de atitude perante o mundo.

Estes movimentos influenciaram também a Arquitectura Palaciana, muitas das propriedades, que inicialmente eram regidas pelas regras renascentistas, sofreram alterações com as transições dos movimentos, nomeadamente, na decoração interior e exterior.

---

<sup>11</sup> Pereira, Paulo, Arte Portuguesa História Essencial, pp.606

### **3. INTERPRETAR - ADOÇÃO DO MODELO**

#### **3.1. A Quinta de Recreio - Portugal**

*“A Quinta de Recreio é um todo organizado: mata, edifícios, horto de recreio, pomar/horta. É um lugar versátil, onde recreio e produção compartilham o mesmo espaço, invadindo-se mutuamente, estabelecendo relações formais e funcionais. São espaços bucólicos, onde, em áreas confinadas à produção, pontuam elementos arquitectónicos, escultóricos, que definem agradáveis locais de estada, em que sombra, luz, água, aromas e sons se conjugam para criar uma ambiência peculiar.”<sup>12</sup>*

É a partir do séc. XVI que se dá a grande implementação das Quintas em Portugal com os novos programas de regras espaciais renascentistas vindas de fora, principalmente de Itália. Surge uma arquitectura residencial erudita liberta da concepção fechada sobre si, da Idade Média e apresenta-se mais aberta para o exterior, com maior relação com a natureza, através do aumento do número e dimensão dos vãos e também pelo uso de varandas e “*loggias*”, destinadas intencionalmente para contemplar a envolvente.

Os jardins apresentam-se como sendo um prolongamento da casa, aparecem pequenas estruturas como as casas de fresco, e surgem elementos arquitectónicos essenciais na definição do jardim como fontes, lagos, muros.

A partir do séc. XVII, a Quinta de Recreio, passa a ser regida por programas mais rígidos e racionais dada a influência europeia.

Uns dos melhores exemplos da adopção da *Villa* Renascentista em Portugal são a Quinta da Bacalhoa e a Quinta das Torres em Azeitão, a Quinta da Ribafria em Sintra e a Quinta dos Marqueses de Belas em Belas. Estas Quintas tiveram grande relevância na evolução cultural e social do país, pois são resultado do contacto com outros povos, através do mercado marítimo ou de viagens dos próprios artistas/arquitectos para aquisição de conhecimentos, o que tornou possível trazer o modelo habitacional de Itália e adoptá-lo com uma nova visão.

---

<sup>12</sup> Carapinha, Aurora, A Quinta de Recreio, Abril de 2008



3.1. Quinta da Bacalhoa, Azeitão



3.2. Quinta da Ribafria, Sintra

As Quintas eram usadas, normalmente, como segunda residência de um nobre relacionado com o Rei, pertenciam à Alta Nobreza e Alto Clero devido ao estatuto e elevado poder financeiro.

O movimento das Descobertas proporcionou mais poder económico, mais riqueza, o que levou à construção de várias das Quintas de Recreio em Portugal, posteriormente, no séc. XVIII, houve segunda melhoria financeira devido ao ouro do Brasil, e muitas das Quintas sofreram alterações, algumas profundas.

*"É natural, evidentemente, que sendo Lisboa a capital do país, um importante porto e situando-se numa região relativamente central, sempre tenha constituído uma encruzilhada de influências culturais e arquitectónicas cujos produtos e subprodutos se vão reflectir nas construções dos arredores.<sup>13</sup>(...) A arquitectura não deixou, porém, de ter um papel importante, principalmente cenográfico, na criação da única ideia de casa de produção e lazer inteiramente original na área de Lisboa do séc. XVIII."<sup>14</sup>*

### 3.2. Análise Arquitectónica

Dos elementos constituintes da Quinta de Recreio, o edifício mais importante é a casa do proprietário ou Palácio, regido por um sistema de regras formais, divide-se em diversos espaços com respectivas funções incutidas. Desses espaços

<sup>13</sup> Caldas, João Vieira, A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no séc. XVIII, pp.141

<sup>14</sup> Idem, pp.149

destacam-se o Pátio de Entrada ou Pátio de Honra, a Sala de Entrada, a Capela e a Cozinha.

O espaço circundante á casa é composto de áreas verdes, como o jardim formal, a horta, o pomar e a mata. Estas zonas diferem em tamanho e quantidade conforme a função que desempenham na Quinta.

Em seguida descrevemos, individualmente, cada elemento crucial na composição do todo.

A *Casa* desenvolve-se maioritariamente em dois pisos, sendo o primeiro o piso nobre onde estão os quartos e salas, a cozinha e áreas de serviço localizam-se no piso térreo, podemos dizer que esta é a tipologia que marca a região a norte do Tejo. Quando a Casa é toda ela térrea, a situação altera-se evidentemente, e as áreas de apoio separam-se do resto da habitação. Há vários elementos importantes de ressaltar na composição da Quinta de Recreio que iremos aclarar individualmente.

A *Fachada* “com significação própria, na arquitectura civil, é uma invenção barroca destinada a situações urbanas.”<sup>15</sup> No caso da arquitectura aristocrata podemos realçar alguns aspectos característicos: a divisão em três corpos, sendo o central mais elaborado com o uso de balaustrada, com o uso de ordem gigante nas pilastras, realçando a verticalidade do corpo; o portal, que estabelece o eixo de simetria, assim como varandas e janelas centrais. O Palácio tem duas fachadas que se destacam, a principal, com função de receber e uma outra lateral virada aos jardins, estas diferenciam-se pela orientação de implantação e pelos ornamentos decorativos, como o revestimento parcial a pedra e o uso de painéis de azulejo, material também usado em paredes interiores da Quinta, como na Casa de Fora, nas Escadarias e na Capela.

O *Pátio de Entrada* ou *Pátio de Honra* tem a função de recepção. De geometria racional, está situado antes da entrada principal da casa. Nos casos onde não existe Pátio podemos encontrar um terreiro de feitio irregular. Pode acolher também a função de Adro, pois está junto da casa e da capela. Existe um muro alto a delimitá-lo com um portão alinhado com a entrada, o portão era anteriormente opaco, em madeira, mas a partir do séc. XVIII adquire grades de ferro como nova

---

<sup>15</sup> Idem, pp.83

materialidade, com o fim do Pátio e da Casa serem vistos mesmo quando fechado. Também a pedra que coroava o portão com o brasão da família, é substituída por duas estátuas, ou outros ornamentos, que encimavam os pilares laterais.

A *Sala de Entrada* ou *Casa de Fora* é a divisão da casa imediatamente a seguir à entrada principal, é comum a todas as habitações rurais e expressa o estatuto socioeconómico do proprietário, quer pelas dimensões quer pelos adornos decorativos. A sua função não passa de um lugar para receber e não necessariamente para estar.

*"O apartamento ou a casa burguesa caracterizam-se, aliás, por uma diferenciação nítida entre as divisões de recepção e as outras. Por um lado aquilo que a família mostra de si mesma, aquilo que pode ser tornado público, (...) por outro, o que ela mantém ao abrigo dos olhares indiscretos."*<sup>16</sup>

Até ao séc. XVIII não era costume atribuir funções a determinados espaços da casa. Uma divisão tanto podia servir como sala de estar, como para dormir, escrever, fazer trabalhos domésticos ou até para servir refeições. A área das divisões e a semelhança na decoração entre elas, mostram que não havia pré-concebida uma função para determinado espaço, excepto a *Casa de Fora* que sempre assumiu o cargo de receber quem vinha do exterior, esta está colocada quase sempre no eixo central da construção e tem acesso directo ao salão.

As antecâmaras também não tinham um uso associado, podendo ser usadas como passagem ou zonas de espera até entrar na divisão, e também, juntamente com gabinetes e guarda-roupas, usadas como zona de dormir dos empregados da casa. Não há registos de existirem, nem nas casas mais ricas, instalações sanitárias ou de banho.

Foi ao longo deste século que, gradualmente, foram aparecendo funções específicas para os diversos espaços, assim como os corredores longitudinais, que até então não existiam, as salas são ligadas por portas abertas alinhadas segundo um eixo junto às paredes exteriores ou centradas nas paredes que separam as salas. Em Quintas mais pobres as portas são distribuídas como que aleatoriamente, da forma que for mais funcional.

---

<sup>16</sup> Ariès, Philippe, *História da Vida Privada*, pp.16

Não havia privacidade alguma, uma vez que tanto os empregados como os convidados passavam por várias salas para chegar às seguintes.

A *Sala de Jantar*, usada simplesmente para servir refeições, surge também em fins do séc. XVIII e no séc. XIX. Anteriormente as mesas eram desmontadas e montadas em diferentes espaços da casa dependendo das ocasiões, ou mais intimistas ou de maior pompa, pois não havia um local destinado para a refeição, é esta a origem da expressão “pôr a mesa” correspondente ao transporte desta.

A *Cozinha* é o espaço mais importante na Quinta de Recreio, pode apresentar-se de diversas dimensões e pode estar localizada junto à casa ou mesmo integrada nela, normalmente no piso térreo. Quando incorpora o corpo da casa, e se esta é de dimensões consideravelmente grandes, caracteriza-se por tectos em abóbada de canhão ou de arestas, se for uma casa mais modesta, caracteriza-se por um tecto grosseiro de vigas de madeira, no caso de ser um bloco anexo à casa é igualmente simples, contudo, o forno pode ser também exterior à construção ou, em casas mais evoluídas, implantado dentro do limite interior da cozinha. De qualquer modo a cozinha tem sempre fácil acesso a todas as divisões da casa, pela escada principal ou por uma secundária de serviço.

A *Capela* surge na constituição da Quinta nos finais do séc. XVII e torna-se lugar de destaque na tipologia. No Norte, aparece anexa à casa, já em Lisboa aparece como uma estrutura autónoma ou incluída no volume da casa. Caso esteja integrada na casa, assume as fachadas desta. Normalmente de planta rectangular, é caracterizada por um arco triunfal ou apenas com menor pé-direito. O tecto, na nave e na capela-mor é, na maioria dos casos, em abóbada de berço, sendo que a capela-mor nem sempre existente. As sacristias são geralmente pequenas, ladeiam a capela e podem abrir para o exterior ou para um espaço interior da casa, ou então, pequenos corredores com duas portas a abrir para a capela por detrás do altar. Na Capela geralmente existe, num nível superior, uma tribuna particular para a família que abre directamente para a capela-mor ou para o altar, caso a habitação seja apenas de um piso, a tribuna é só elevada do chão à altura de meio piso, sendo acessível por uma escada de madeira.

A *Cobertura* é um dos elementos que mais ressalta à vista no todo da casa, características como, a forma, inclinação e material revelam a casa de longe, a sua silhueta é marcante no skyline das cidades, e ainda mais nos ambientes rurais.

É difícil apresentar uma linha de evolução correspondente a este elemento, pois é dos que mais rapidamente se degrada, necessita de manutenção constante, e por isso é alvo de reparações, restauros, e novos materiais que chegam a alterar a sua expressão inicial. Em Lisboa, os telhados de quatro águas são os que prevalecem assim como os telhados múltiplos, ambos encontram a parede através de um beiral que pode diferir consoante a época construtiva.

Outra característica comum das coberturas dos arredores de Lisboa é o uso do mesmo tipo de telha, a telha canudo, que pela sua curvatura e maleabilidade permite a criação de uma curvatura no perfil do telhado, particularidade esta, vista em quase todo o tipo de telhados de Lisboa e pontualmente, no resto do país aparece tanto na habitação saloia como no maior palácio normalmente associada aos telhados múltiplos.

*"A influência europeia deve, desde relativamente cedo, ter-se feito sentir nas construções mais abastadas e, sendo o telhado uma das partes mais evidentes e características das edificações, ter a sua unidade constituído uma importante contribuição erudita."<sup>17</sup>*

Foi no séc. XVIII que se iniciou o uso de mansardas nas coberturas em Portugal, nomeadamente com a execução do Plano de reconstrução da Baixa Pombalina de Lisboa, onde se usou o telhado duplo trazido por Carlos Mardel e o seu uso prolongou-se até ao séc. XIX.

Um dos elementos mais marcantes, ou mesmo dos mais importantes, é o Jardim que se anexa à Casa e toda a envolvente natural que o complementa, como um refúgio que permite o contacto com a natureza. O movimento Renascentista teve muita importância na evolução dos Jardins, dado ser uma época de descobertas e viagens marítimas, que propiciou a vinda de novas espécies botânicas, maioritariamente exóticas, para nossa contemplação.

O *Jardim Formal* típico do Renascimento, fortemente regido pelas regras de geometrização, é usualmente quadrado e situa-se junto da casa, anexo a uma fachada lateral, por ser uma zona mais intimista. É situado num terreno nivelado e cercado por muros com conversadeiras ou vegetação, fechando o espaço, contudo, nos terrenos de declive acentuado, a solução é a implementação de terraços e escadarias para ultrapassar as diferenças de nível, estas apresentam-se como elementos escultóricos complementares do Jardim.

---

<sup>17</sup> Caldas, João Vieira, A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no séc. XVII, pp.78

*"Tanto os jardins, como o terreiro de entrada e pátios são entendidos como espaços rigorosamente reservados, muitas vezes pessoais, transparecendo um conceito de espaço cripto-sagrado em oposição a um exterior entendido como profano."*<sup>18</sup>

O Jardim é desenhado pela vegetação plantada que define os caminhos num sistema ortogonal, desenvolve-se nesta altura, no séc. XVII, a arte da topiária, usada pelos proprietários menos abastados, pois era uma alternativa à estatuária de mármore de custo elevado.

*"As composições arquitectónicas centralizadas geometricamente com estrutura biaxial ortogonal, que a estética humanista havia introduzido, assim como o formalismo no desenho dos canteiros e na plantação, materializam-se nas quintas mais importantes e de carácter mais erudito na região de Lisboa (Q. da Bacalhoa; Q. das Torres; Q. do Calhariz; Q. dos Marqueses de Fronteira; Q. das Águias)."*<sup>19</sup>

O elemento água é bastante presente em toda a propriedade da quinta, particularmente nos jardins, por necessidade de rega e pelo carácter simbólico<sup>20</sup>, aparece por meio de fontes nos pátios ou terraços, por bicas ou por pequenos lagos circulares que pontuam o centro dos jardins. Na segunda metade do séc. XVIII, a água aparece através de novos mecanismos como em cascatas em grutas, fontes e estátuas.

Com muros altos para proteger dos ventos, pavilhões e árvores para ensombramento, os jardins tornam-se autênticos oásis fechados em si mesmos.<sup>21</sup>

O *Pomar* e a *Horta* localizam-se próximos da casa, num terreno de declive suave ou nivelado em socalcos, com fácil acesso a água e se possível orientados a Nascente. Estes terrenos caracterizam-se por um grande aglomerado de árvores de fruto e plantações que são, propositadamente, de folha persistente para evitar alterações das formas.

A *Mata* define-se por uma área da quinta, autónoma desta, onde não há intervenção do homem, é uma zona completamente natural onde a vegetação é disposta de forma orgânica livre de regras formais. Aqui rege a regra da própria Natureza, onde podem existir também lagos, servindo estes, não só para

---

<sup>18</sup> Carita, Hélder, Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte, pp. 54

<sup>19</sup> Pires, Amílcar Gil, A Quinta de Recreio em Portugal, pp. 277

<sup>20</sup> Simbolismo da água, origem da vida, purificação, força, poder sagrado e sacralizante.

<sup>21</sup> Leal, Cristina Gago, A Dimensão Temporal do Jardim Público, pp.43

actividades recreativas, mas também como reservatórios de água ligados ao sistema de rega da Quinta.

Pela análise pormenorizada da Quinta de Recreio e dos espaços que a completam, assim como todas as singularidades e detalhes decorativos que tornam esta tipologia arquitectónica tão única e particular, percebemos que estamos perante um espaço muito regrado, conceptualmente bem definido e completamente integrado na natureza.

## 4. DETALHAR - O PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS

### 4.1. No Rio Seco

O Vale do Rio Seco, na freguesia da Ajuda, é caracterizado pelos afloramentos geológicos, classificados como Geomonumentos. As rochas constituintes das grutas são calcárias com aproximadamente 90 a 95 milhões de anos. Terão surgido no início do Cretácico superior<sup>22</sup> onde o nível dos oceanos subiu e provocou inundações à escala planetária. Foram criadas condições, no litoral, onde as águas eram quentes e pouco profundas, para a sedimentação de vasas, margas e calcário. As rochas, posteriormente emergidas, serviram de abrigo aos povos do Paleolítico<sup>23</sup>, por ser uma zona de caça e de lazer perto do rio.

No Geomonumento do Rio Seco, as rochas, foram exploradas como pedreiras de calcário, especificamente, Lioz, que garantiu o básico da alvenaria, cantaria, estatuária e até, do calcetamento de ruas e passeios de Lisboa. Também o fabrico de cal foi uma realidade aquando a extracção desse calcário.

Hoje, as grutas destinam-se a zonas de estar e de lazer onde ainda se encontram visíveis os fornos de cal e as marcas do que foram, outrora, as margens do Rio Seco. O Rio foi desviado e soterrado, através de uma estrutura abobadada que, passando ainda sob a Cordoaria, o permite desaguar no Tejo.

A construção da Cordoaria Nacional, no final séc. XVIII, levou à extinção da antiga ponte da Junqueira, uma ponte muito extensa sobre a foz do Rio, que já estava *de todo secado artificialmente*<sup>24</sup>.

Embora *entubado*, o rio continua a seguir o seu percurso inicial até ao Tejo, ladeando a Poente toda a propriedade do Palácio das Águias, o nosso caso de estudo, onde neste se situa um dos possíveis acessos verticais ao rio no subsolo.

---

<sup>22</sup> Cretácico superior, na escala do tempo geológico, é o período compreendido entre 99,6 milhões e 65,5 milhões de anos atrás.

<sup>23</sup> O Paleolítico é um período da Pré-História acerca de 2,5 milhões de anos a.C..

<sup>24</sup> Sampayo, Mario de, Do Sítio da Junqueira, pp.11



4.1. Rio Seco, 2002



4.2. Rio Seco, 2002



4.3. A Foz do Rio Seco, 2002

#### 4.2. No Sítio da Junqueira

*"A Junqueira é uma rua muito extensa, que tem de um abanda: um areal, muitas árvores e um casarão muito comprido, pintado de amarelo; e da outra: um chafariz com uma corôa, várias casas apalaçadas e algumas quintas com grades na frente."*<sup>25</sup>

O termo "Junqueira" remonta ao séc. XIII, por nesse local, outrora pantanoso, se aglomerarem uma grande quantidade de juncos, possivelmente por aí se localizar a foz do Rio Seco. Ficou portanto a designar-se o Sítio da Junqueira.

Na zona ribeirinha, a Rua da Junqueira, representa a expansão da Cidade de Lisboa para Ocidente nos séculos XVII e XVIII. No entanto, com a sucessiva construção de aterros e construções como armazéns, tercenas e o grande edifício da Cordoaria, a rua que percorria o caminho até Belém, ficou cada vez mais afastada do Rio e das actividades a ele ligadas, originando o desaparecimento da famosa praia da Junqueira.



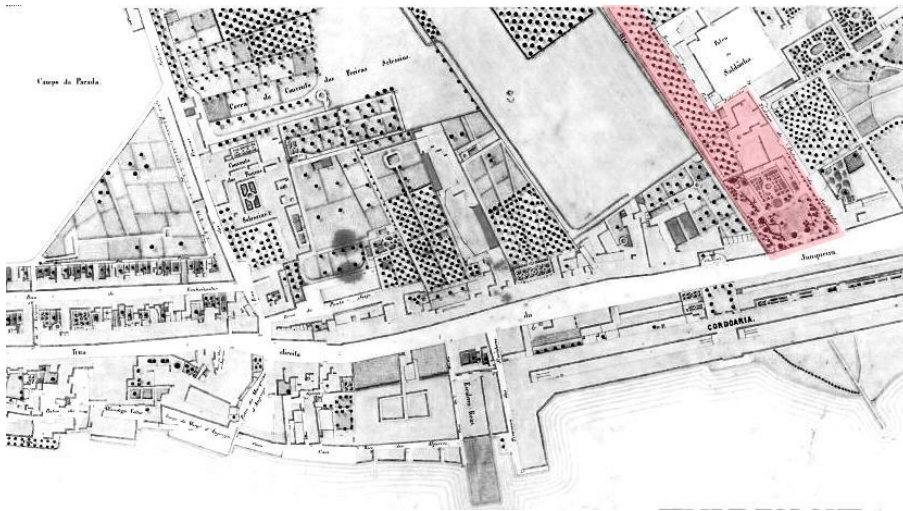
4.4. Areal da Junqueira, 1939



4.5. Rio Tejo, visto do Cais da Junqueira, s.d.

<sup>25</sup> Sampayo, Mario de, Do Sítio da Junqueira, pp.6

A Rua da Junqueira aparece como sendo uma rua paralela ao rio, larga e de grande extensão, um eixo estruturante de própria regularidade, consolidada por diversas tipologias arquitectónicas. Predominam os grandes lotes onde se encontram os Palácios e Casas Nobres de aristocratas e também elementos como a Cordoaria Nacional, o Hospital Egas Moniz e o Centro de Congressos.



4.6. Lisboa, 1856

Foi a habitação aristocrata que consolidou progressivamente a Rua da Junqueira, mas estas construções só foram possíveis devido ao aforamento de terrenos pertencentes ao Morgado dos Saldanha que se estendiam desde o início da Junqueira até Belém e do Rio até meio da Calçada da Boa Hora e constituíam, o que foi outrora, no séc. XVI, a Quinta das Caldas. A Família conseguiu que D. Pedro II (1648-1706) concedesse a licença para aforar algumas parcelas de terreno de modo a rentabilizar o Morgado, guardando para si uma delas.

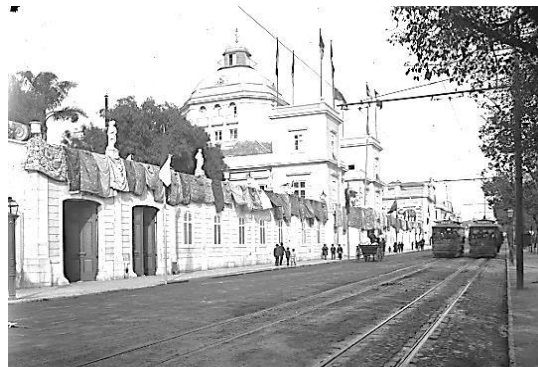
Dado este facto, a Junqueira passou a ser uma zona de arquitectura notável, impulsionada também pela construção do Palácio da Ajuda, no início do séc. XIX, que arrastou para a zona de Belém muitos burgueses que ali implantaram as suas majestosas habitações.

Fixaram-se no local seis tipos de habitação, a casa de um só piso e a casa de dois pisos, a habitação operária e a habitação colectiva, esta de três a cinco pisos, a casa abastada, e os grandes palácios e quintas de recreio com grandes

hortas e pomares, para onde se deslocava a burguesia principalmente para actividades de lazer, damos como exemplo o Palácio Burnay, o Palácio da Ribeira Grande e o Palácio da Quinta das Águias..



4.7 – Palácio da Ribeira Grande, s.d.



4.8 – Palácio Burnay, 1907

No seu desenvolvimento, o que levou a Junqueira a perder em parte o seu carácter puramente aristocrático, foi a implementação de estruturas de defesa, industriais e, mais tarde no séc. XX, de equipamentos contemporâneos.

Actualmente, de cariz mais urbano, a Rua da Junqueira, só pontualmente tem relação com o rio, apenas por pequenas ruelas desordeiras a ela perpendiculares, é possível fazê-lo sentir. É *"uma zona onde há das maiores concentrações de edifícios de carácter histórico e de reconhecido valor como património nacional, não descurando edifícios mais recentes de inquestionável valor cultural."*<sup>26</sup> Por esse motivo está incluída em duas zonas de protecção, na Zona Especial de Protecção do Palácio Nacional de Belém e na Zona Especial de Protecção conjunta da Capela de Santo Amaro, a fim de conservar a sua essência, valor tipológico e histórico do conjunto.

Desta forma é necessária uma atenção especial ao intervir neste Sítio com tantos elementos particulares e notáveis, saber interliga-los de forma coerente e respeitosa, mas com a funcionalidade necessária de que necessitamos hoje.

---

<sup>26</sup> Pomba, Adelaide, Rua da Junqueira, pp.3

### 4.3. Na História



4.9. Palácio das Águias, Fachada Sul



4.10. Escadas de acesso ao terraço Sul

O Palácio de que iremos contar a história é uma das notáveis casas-nobres aristocratas plantadas no Sítio da Junqueira. Com entrada principal orientada a Nascente para a Calçada da Boa-Hora, uma segunda abre para a Rua da Junqueira, a Sul, ladeada, a Poente, "(...) *por onde corre, encanado, o excedente das águas do Rio Sêco.*"<sup>27</sup> e, a Norte, delimitada por edifícios de habitação e pela Quinta da Rosa.

A propriedade divide-se em três áreas distintas, a Sul por uma grande zona ajardinada, de flora rara, a Norte por um tabuleiro de horta de dimensões generosas e a zona central onde se encontra a bela Casa-Nobre e alguns anexos de serviço à Quinta.

Em 1713, ao Dr. Manuel Lopes Bicudo, advogado na altura da Casa da Suplicação, foi concedido por João de Saldanha, administrador do vínculo da Junqueira, o aforamento de um terreno a este pertencente, para que aí construísse uma quinta com sua mulher, D. Mariana de Abreu Bacelar. A parcela não passava de umas casas-nobres de média dimensão, um pomar, uma horta e pontos de água como poços e fontes e era cercado do lado da Junqueira por um simples muro com cinco janelas. Foi então, mandado construir por Bicudo, uma Casa, de menor grandeza do que se encontra hoje, para ai viver com a mulher.

Anos depois, em 1731, surge o interesse por parte de Diogo de Mendonça Corte Real, em adquirir os direitos de Bicudo sobre a Quinta, o que lhe é deferido pelo administrador do vínculo, agora Aires de Saldanha, fazendo dele senhor destas

<sup>27</sup> Lamas, Arthur, A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira, pp.29

terras. Depois de se ver no domínio da Quinta, em 1751, ambicionou anexá-la a outra parcela de terreno, situada a Norte, ao que se denominava Terras da Eira, hoje Quinta da Rosa, na qual mandou fazer melhoramentos e plantações, é desta junção que resulta uma das denominações do nosso caso de estudo, a Quinta de Diogo de Mendonça.

Diogo de Mendonça Corte Real, filho ilegítimo do Secretário de Estado de D. João V, de igual nome, e de uma espanhola, Maria de Briónes y Velasco, nasce em Madrid em finais do séc. XVII. Foi abade de Santa Maria de Fragoso, deputado da Junta da Casa de Bragança, provedor da Casa da Índia e enviado nas cortes de Haia e de Roma. É nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar e da Marinha por D. José, quando este sobe ao trono em 1750.

As Casas-Nobres foram alteradas e ampliadas, e foi mandado edificar o Palácio, construído de raiz ou a partir de uma casa já existente, pensa-se ser obra de Carlos Mardel<sup>28</sup>, por nele se evidenciarem elementos característicos do engenheiro e também pela estreita relação com o Secretário de Estado do Ultramar, que era padrinho de uma das filhas de Mardel.

Ficou Diogo de Mendonça surpreendido, no dia 31 de Agosto de 1756, quando aparecem em sua casa o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel e, o desembargador João Inácio Dantas, corregedor do crime da Corte e Casa, com um Decreto do rei expondo o seu desagrado e inquietação sobre as acções infieis de que teve conhecimento, dando ordem para que Diogo de Mendonça cumpra a pena de sair da Corte e da cidade de Lisboa dentro de três horas para uma distância de *quarenta legoas*. Foi deportado para o Mazagão<sup>29</sup> e aqui viveu até 1768, ano em que veio para Peniche, onde faleceu em 1771, não se sabendo ao certo o motivo de tal castigo.

No seu tempo em Mazagão, o Palácio ficou entregue à governanta da casa Maria Catarina Josefa du Pressieux, mas passado pouco tempo é arrendada, por necessidade de algum rendimento, ao Cardeal Patriarca D. José Manuel, que devido ao terramoto de 1755, ainda não tinha residência condigna.

---

<sup>28</sup> Carlos Mardel (1696- 1763), Engenheiro e Arquitecto húngaro, vindo para Portugal em 1733, projectou várias obras em Portugal como o Aqueduto de Águas Livres e o Palácio do Marquês de Pombal e participou no plano de reconstrução da Cidade de Lisboa após o Terramoto de 1755.

<sup>29</sup> Cidade de Marrocos

Em 1758, após a morte do Patriarca, Diogo de Mendonça, convida seu irmão D. João Pedro de Mendonça Corte Real, "*que desde que sucedera o terramoto estava vivendo mal acomodado em barracas na quinta que tinha em Benfca*"<sup>30</sup>, a residir no Palácio. O irmão, casado com D. Domingas de Saldanha, filha de João de Saldanha, tem uma única filha, D. Maria Francisca, à qual Diogo de Mendonça deixa em testamento, escrito em 1762, todos os seus bens, que esta teria herdado não fossem os Pais usar a Quinta para extrair rendimentos a seu favor em vez de remeterem os rendimentos a Diogo de Mendonça. Com eles fizeram obras na Quinta, sem nunca consultar o desterrado, que pedia dinheiro emprestado para subsistir. Indignado com a atitude do irmão e da cunhada, em 1764, escreve um novo deixando os seus bens aos doentes do Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa.

A Santa Casa da Misericórdia, administradora do Hospital de Todos os Santos, que acabou por não lucrar com a doação, pois a fim de defender seus direitos procedeu com uma acção que vem a durar 73 anos, acabando por gastar mais do que veio a receber, só em 1841 consegue vender a Quinta a José Dias Leite de Sampaio, comendador das Ordens de Cristo, da conceição e de Carlos III, que foi também Barão e Visconde da Junqueira e a ele pertenceu a grande Quinta da Alorna, em Almeirim, onde se encontram hoje peças ornamentais provenientes da Quinta das Águias.

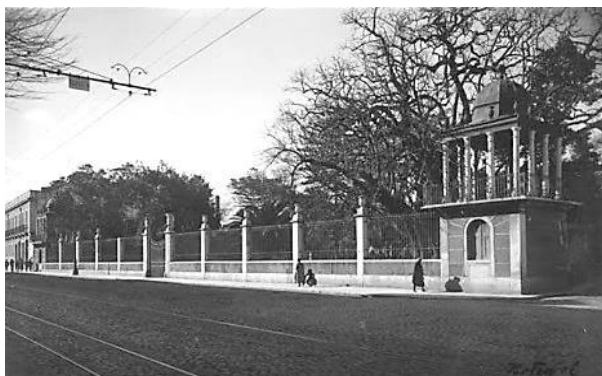
É nesta altura que o Palácio e a Quinta voltam a sofrer alterações, pelas mãos do Arquitecto Fortunato Lodi, com a construção do novo gradeamento e dos pavilhões nos seus extremos e a colocação das águias com a letra "S", dos Sampaio, no peito.

O Visconde era casado com D. Emilia Angelica Monteiro, com a qual teve uma filha, D. Emilia Angelica Monteiro de Sampaio, que vem a herdar o Palácio. Casada com o Conde da Junqueira, não resultou descendência alguma. A Condessa acaba viúva a morar na Quinta de Almeirim, deixando os bens a seus primos.

Em 1914 estes novos proprietários voltam a arrendar a casa, agora ao Sr. José Morales de Los Rios e em 1918, cedem suas cotas a novos sócios, acabando a sociedade apenas com dois membros, o Dr. Manuel Carocha e o Dr. Fausto Lopo Patrício de Carvalho, genro do primeiro, que avançam com uma acção de despejo contra Morales de Los Rios.

---

<sup>30</sup> Lamas, Arthur, A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira, pp.27



4.11. Gradeamento Sul, Rua da Junqueira



4.12. Fachada Principal a Nascente

Em 1933, Manuel Carocha cede as suas cotas ao Dr. Fausto Lopo de Carvalho e sua filha para aí residirem. A cargo destes, a Quinta e o Palácio tornam a sofrer profundas alterações, por volta de 1934, intervindo aqui os Arqs. Vasco Regaleira e Jorge Segurado, sendo a fachada poente uma das grandes alterações, assim como a reconstrução do Jardim Renascentista e dos Pomares. Seguem-se em 1940 obras de manutenção e em 1947 obras de alteração e ampliação dos edifícios anexos.

Por motivo de partilhas, a Quinta fica desabitada a partir de 1989 e em 1999 é redigida a Carta de Risco do imóvel pela DGEMN, dado o abandono e degradação na qual o imóvel se encontra.

No ano de 2002, a propriedade passa a pertencer à Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias, actual proprietário, continuando desabitada.

Dotada de grande valor histórico e artístico, é um exemplar notável de uma Quinta de Recreio ao estilo Renascentista, rica em decoração azulejar do séc. XVIII, jardim à italiana composto de flora rara inventariada, encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público pelo IGESPAR<sup>31</sup> e está novamente sobre uma acção em Tribunal que parece perdurar, assim como o seu estado de degradação.

---

<sup>31</sup> Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56 de 06 Março 1996

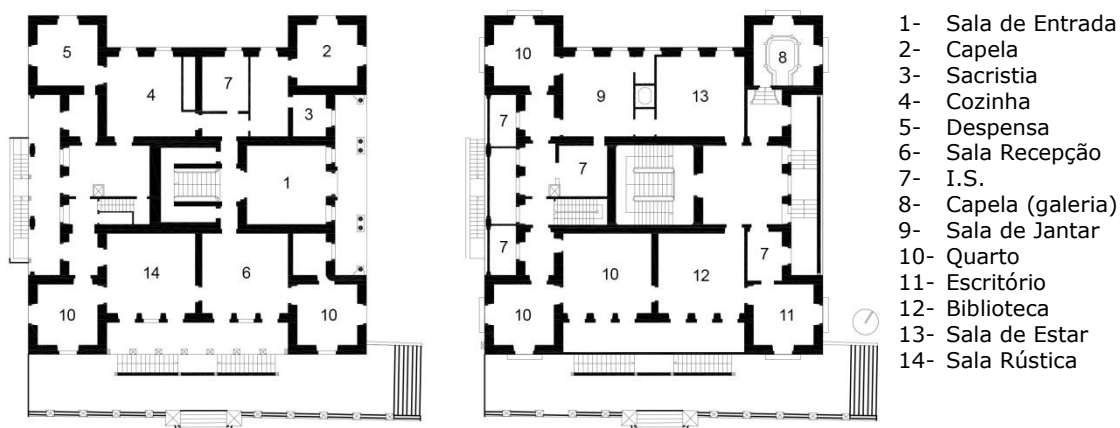
#### 4.4. Caracterização e Evolução Arquitectónica

Depois de uma procura intensiva de informação não só escrita mas gráfica da Quinta das Águias, no intuito de chegar ao projecto do que foi inicialmente este Palácio, deparámo-nos com um reduzido número de elementos descritivos, a informação escrita mais antiga que encontrámos data de 1924 e quanto a peças desenhadas são apenas relativas a alterações posteriores, datam estas de 1934.

Não sendo possível descrever uma completa evolução desde o projecto primitivo, vamos prosseguir com a análise da Quinta em questão através dos registos escritos, das fotografias e desenhos encontrados e do que podemos observar actualmente.

Pela sua arquitectura formal, geometria rigorosa e carácter erudito, a Quinta das Águias enquadra-se na tipologia arquitectónica das Quintas de Recreio, descritas no capítulo anterior, em que, além do Palácio renascentista, encontramos outras áreas características destas Quintas que confirmam que o conjunto se enquadra nesta tipologia. Elas são o Jardim Formal, numa lateral ao Palácio, o tabuleiro de Horta e Pomar a norte, e uma pequena zona arbórea contígua ao Jardim, onde as árvores estão dispostas aleatoriamente sem que sigam alguma regra de geometria.

O *Palácio* resulta de um conjunto de volumes de dois pisos que se intersectam, dando origem a uma planta regular, onde se evidenciam os torreões nos quatro cantos do quadrilátero que circunscreve a planta. Estes, de secção quadrada, têm cobertura em forma de pirâmide com mansardas.



4.13. Plantas do 1º e 2º Pisos do Palácio

A fachada principal está orientada a nascente, como manda a regra, resolve-se em dois pisos com cobertura amansardada de duas águas, dispõe de um alpendre que resulta do avanço dos torreões, sobreposto por arquitraves rectas nas laterais, que formam no piso superior, varandas com balaustradas e, ao centro sobrepõem-se uma arquitrave curva, de arco de volta redonda com frontão triangular, que encima a entrada nobre. Para o alpendre abrem-se três vãos, e também é visível um lambrim de azulejos. Já no piso superior sobressaem cinco vãos de sacada de arco abatido que se abrem para a varanda com balaustrada.



4.14. Fachada Principal, Nascente



4.15. Fachada Sul

Sendo as fachadas semelhantes, para além da fachada principal, destaca-se a fachada Sul, voltada para o Jardim e para a Junqueira. Esta desenvolve-se em três pisos, sendo que a reentrância entre os torreões forma no primeiro piso uma "loggia" com arcos de volta perfeita intercalados por pilares de secção piramidal, para onde abrem seis vãos, e no segundo piso uma varanda com balaustrada para o qual se abrem sete vãos de sacada. É também de salientar o revestimento da "loggia" a azulejo setecentista. O número sete, associado aos vãos, é de ressaltar, pois era uma característica de Mardel, que podemos identificar em outras das suas obras como a Casa Nobre de Lázaro Leitão ou o Palácio de Oeiras. A partir desta fachada o acesso ao Jardim é feito através de duas escadarias paralelas ao plano de fachada que terminam num terraço, delimitado por um muro com balaustrada, revestido a painéis de azulejo, que permite acesso aos dois torreões nesse nível e ao Jardim Formal, que por sua vez é confinado por dois muretes com conversadeiras, também eles revestidos a azulejo do séc. XVIII.



4.16. Fachada Sul



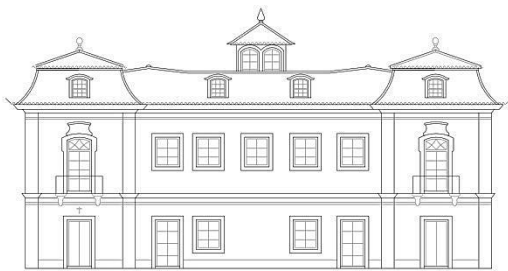
4.17. Balaustrada



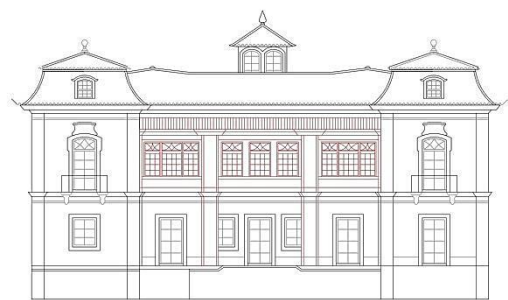
4.18. Muro com conversadeira

A fachada poente sofreu alterações em 1934, por intervenção dos arquitectos Vasco Regaleira (m. 1968) e Jorge Segurado (1898 – 1940). Segundo o projecto, foi construída uma varanda fechada no segundo piso que se mantém até hoje, e no primeiro piso, voltados para o alpendre, encontram-se cinco vãos.

A Norte, a fachada é semelhante, tendo no volume central cinco janelas, no piso superior e no piso térreo duas portas e duas janelas. Em todas as fachadas são visíveis coberturas amansardadas, excepto na fachada ponte, onde não existe qualquer trapeira a não ser nos torreões.



4.19. Fachada Norte



4.20. Fachada Poente

A composição exterior do Palácio, para além, da geometria regular e da simetria em cada fachada, é harmonizada por distintos materiais como a pedra de Lioz, usada nos cunhais, frisos e cantarias, o azulejo setecentista já referido, o reboco pintado das paredes, a pedra mármore nos pavimentos das varandas e

alpendres, o ferro fundido e forjado nas guardas e madeira nas portas e caixilharias.



4.21. "loggia"



4.22. Torreão Sul



4.23. Porta, Fachada Nascente

Avançando para o interior, pela fachada principal a Nascente, chegamos à Sala de Entrada ou *Casa de Fora*, remodelada por intervenção de Vasco Regaleira e Jorge Segurado, destaca-se o pavimento de mármore em xadrez branco e azul, o tecto em estuque com algum relevo, paredes estucadas e ornamentadas com lambrim de painéis azulejares do séc. XX, a porta com cantaria trabalhada do séc. XIX, que terá sido adornada de um portal de ferro trabalhado rematado pela Águia Heráldica dos Sampaio, obra de Vasco Regaleira, da Fábrica Granja, já não visível no local, assim como, as duas janelas que dão para a Sala estão rematadas por trabalhos de ferro fundido, enobrecendo o espaço destinado à recepção das pessoas de fora.

A escadaria tem um primeiro lanço, visível da Casa de Fora através de um vão em forma de arco em cantaria de pedra, e desdobra-se em dois lanços no piso médio, sendo que no primeiro as paredes são revestidas com placas de mármore do séc. XVIII com desenhos geométricos em vários tons, e as restantes têm revestimento azulejar do séc. XX. As guardas datam do séc. XIX e resultam da junção do trabalho de ferro com o corrimão de madeira. O tecto é abaulado, em estuque, com alguns trabalhos em relevo encimado por um lanternim.



4.24. Sala de Entrada



4.25. Escadaria, Primeiro Lanço



4.26. Escadaria, Segundo Lanço

Das salas e quartos do Palácio é de ressaltar a *Sala de Jantar* no segundo piso. Com decoração ao estilo de Luís XVI<sup>32</sup>, tem tecto de estuque branco, com relevos trabalhados, dividindo a superfície em doze quadrelas segundo um sistema geométrico. As restantes salas variam na decoração e ornamentação conforme a sua hierarquia espacial<sup>33</sup>. As de menor relevância apresentam-se com tectos de estuque liso e pavimentos em madeiras exóticas do séc. XIX.



4.27. Tecto Sala Rústica



4.28. Tecto Sala de Jantar



4.29. Pavimento de Madeira

A *Cozinha* encontra-se integrada no corpo do Palácio, no piso térreo, sendo facilmente acessível pelo piso superior através de umas escadas de serviço. Caracteriza-se por paredes revestidas a azulejos, originais do séc. XVIII, de figuras avulso variadas e em tons de azul e branco, o pavimento é de pedra e o tecto de estuque liso de cor branca.

<sup>32</sup> Estilo de decoração de interiores e mobiliário que se desenvolve em França a partir do reinado do D. Luís XVI, estende-se até 1792.

<sup>33</sup> Ver descrição detalhada do Palácio no Anexo III, Excerto do Livro "A Quinta de Diogo de Mendonça"



4.30. Chaminé da Cozinha



4.31. Lavatório em Pedra



4.32. Azulejos originais

A divisão mais distintas das Quintas de Recreio é a *Capela*, que também está presente no nosso caso de estudo e, assim como a cozinha, também integra o corpo principal do Palácio, embora de dimensões reduzidas, localiza-se num torreão com acessos independentes a norte e a nascente. Sendo que o Palácio tem muito poucos elementos originais setecentistas, a capela é um deles, tendo sido instituída por José Nogueira (m. 1748) tendo como orago Nossa Senhora da Anunciação, estando muito tempo conservado ao fundo do altar desta ermida o retábulo primitivo de Quillard<sup>34</sup> que representa a Anunciação. Decorada ao estilo Joanino<sup>35</sup>, de planta quadrada com galeria superior com balaustrada de madeira, nas paredes, silhares de azulejos do séc. XVIII, retractando figuras episódicas e pilastras; a sanca, com pintura ornamental polícroma com grinaldas e cartelas que ladeiam os versículos dos salmos. A Sacristia é uma pequena divisão que ladeia a Capela, com acesso pelo interior do Palácio, que como ela, incorpora o volume do Palácio, adoptando as fachadas deste.



4.33. Capela, Tecto



4.34. Capela, Altar



4.35. Capela, Galeria Superior

<sup>34</sup> Pierre Antoine Quillard, (1700-1733), retratista e pintor francês.

<sup>35</sup> Estilo decorativo referente ao período de reinado de D. João V.

Na Cobertura é visível o uso da telha canudo, que permite, no telhado, a criação de uma curvatura no seu perfil. O telhado é múltiplo e encontra a parede através de um beiral trabalhado, estes elementos são ambos, também identificados nas obras de Mardel, principalmente na reconstrução da Baixa de Lisboa. Nos torreões, o telhado é em forma de pirâmide e, no corpo central, ao centro, encontramos uma clarabóia com lanternim. No telhado da ala sul, com cumeeira mais elevada que as restantes, este é de quatro águas, e nas restantes alas é de duas águas. Apenas na ala poente não existem mansardas.



4.36. Cobertura, Sino



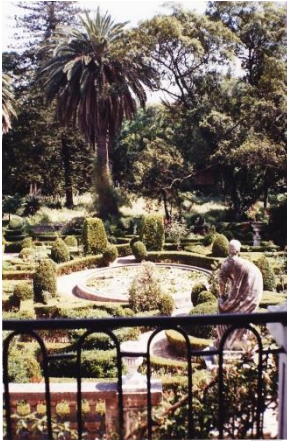
4.37. Cobertura de um Torreão



4.38. Beiral

A Norte do Palácio, mas ainda junto a ele, está um edifício anexo que servia para serventia dos trabalhadores e apoio às actividades agrícolas da Quinta. Assim como o Palácio, também este já sofreu alterações, havendo registos de planos de 1947/48 para umas futuras alterações, que não se chegaram a realizar. No edifício não há qualquer elemento de valor histórico, artístico ou arquitectónico, podendo ser totalmente remodelado.

Junto á fachada lateral Sul do Palácio vislumbramos o magnífico *Jardim Formal*, de forma quadrada, ladeado por muros com conversadeiras revestidos a azulejos setecentistas com representações de cenas de caça. O Jardim à italiana, desenhado pela própria vegetação, seguindo um sistema de regras ortogonais, era também ornamentado, assim como o terraço a ele contíguo, por estátuas de mármore, que estão hoje situadas na Quinta da Alorna em Santarém. A pontuar a centralidade do Jardim, encontramos um pequeno lago circular, dado o elemento água ser bastante presente nas Quintas de Recreio, assim como a plantação de espécies vegetais notáveis, que também estão presentes no nosso caso de estudo.



4.39. Jardim Formal



4.40. Lago



4.41. Muro com conversadeiras



4.42. Jardim Formal



4.43. Jardim Formal

A envolver o Jardim encontram-se dispersas várias espécies arbóreas que promovem sombreamento e protecção dos ventos, tal como os pavilhões nos extremos do gradeamento que dá para a Rua da Junqueira, que foram encomendados por José Leite Sampaio ao Arq. Fortunato Lodi em 1841. A encimar os pilares que ladeiam o portão desse gradeamento, foram colocadas duas águias com o "S" dos Sampaio no peito é, a partir desta altura que a Quinta de Diogo de Mendonça Corte real se começa a denominar como Quinta das Águias.



4.44. Jardim Formal



4.45. Jardim Formal

A Quinta beneficia ainda de um tabuleiro de Horta e Pomar, situado na parcela mais a Norte, reabilitado juntamente com o Jardim em 1934 por Vasco Regaleira. Os produtos agrícolas produzidos seriam para consumo dos proprietários e também para obter algum rendimento.

#### 4.5. Situação Actual



4.46. Fachada Nascente, Estado Actual

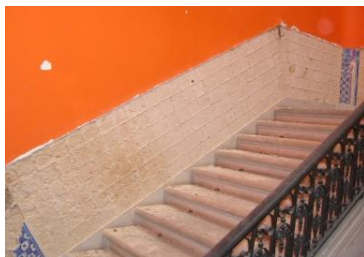


4.47. Porta, Átrio Nascente

O Palácio encontra-se desabitado há mais de vinte anos e em avançado estado de degradação, sendo alvo contínuo de vandalismo. Só entre Setembro e Novembro de 2006 foram roubados cerca de 930 azulejos setecentistas das fachadas e escadaria interior. Também a Capela foi vandalizada e furtada a talha dourada que decorava o altar<sup>36</sup>.



4.48. Sala de Entrada



4.49. Escadaria



4.50. Lanternim

<sup>36</sup> Blog Lisboa S.O.S.

Segundo a vistoria efectuada pela Câmara Municipal de Lisboa em Julho de 2008, na Sala de Entrada não se encontram vestígios da porta de ferro forjado de Vasco Regaleira, e o edifício apresenta inúmeras patologias. Na escadaria, o estuque do tecto abaulado está degradado e instável, consequência de infiltrações pelo lanternim que ostenta sinais de afundamento.



4.51. Capela, Altar



4.52. Capela



4.53. Entrada, Galeria



4.54. Parede de Sala

No andar nobre e águas furtadas, há sinais de infiltrações de águas pluviais pelo mau estado de conservação da cobertura, o que também se reflecte nos pavimentos de madeira com sinais de apodrecimento. A Capela, para além do vandalismo, serviu, sem quaisquer cuidados, de estaleiro de obra quando, em 2001, foram feitas obras, sem licenciamento no edifício anexo ao Palácio que foi inteiramente demolido e reconstruído.



4.55. Tecto de Sala



4.56. Tecto de Sala



4.57. Águas Furtadas

No exterior também são visíveis vários sinais da falta de manutenção, destacando-se o enegrecimento geral das cantarias por infestação bacteriológica,

os beirados dos telhados estão cobertos por espécies vegetais agravando o estado geral do telhado, há uma chaminé em ruína, vários elementos decorativos de pedra estão sumidos ou partidos, as caixilharias estão envelhecidas ou em mau estado e há vidraças partidas.

A fachada poente, intervencionada em 1934, apresenta uma estrutura de betão com as armaduras à vista oxidadas, e a fachada norte foi picada há anos até à estrutura, permanecendo sem revestimento até hoje, podendo prejudicar o edifício.



4.58. "Loggia", Sul



4.59. Fachada Norte



4.60. Guarda, Fachada Norte

Do Jardim Formal já só restam vestígios da sua existência. Ficaram perdidas as espécies notáveis vindas de países exóticos que o embelezavam e enriqueciam para se tornar uma área dominada por espécies infestantes, embora ainda permaneçam quase intactos os muros revestido a azulejo, apresentando apenas algumas patologias pontuais.



4.61. Muros do Jardim



4.62. Jardim



4.63. Lago, Jardim

Os anexos foram alvo de alterações interiores e exteriores tornando-os morfologicamente dissonantes em relação ao Palácio. Encontram-se também devolutos e já com algumas patologias.



4.64. Anexo, Fachada Sul



4.65. Entrada



4.66. Anexo, Pátio Norte

Seis anos depois da vistoria da CML e quinze anos depois de emitida a Carta de Risco do imóvel pela DGEMN, a Quinta das Águias permanece ao abandono e sem qualquer intervenção.

*"Apesar do atrás exposto, considera-se que o palácio, se for objecto de obras urgentes, é recuperável."<sup>37</sup>*

---

<sup>37</sup> Parecer Patrimonial do Palácio das Águias pelo Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM, CML, 31 Julho 2008

## 5. INTERVIR – ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO

### 5.1. Programa – Espaço Público e Espaço Privado

#### **Espaço Público – O Parque**

O Parque Natural, como estrutura verde ecológica, permite a permanência de fragmentos naturais, fauna e flora, e ainda, reforça o desenvolvimento de vários ecossistemas, como refere Leonel Fadigas (n. 1947) o Parque “*desempenha um papel importante na revitalização biológica dos espaços não construídos no interior das malhas urbanas.*”<sup>38</sup>

Com o avanço da urbanização, a continuidade natural é fragmentada como consequência de novas vias e edifícios. Estas intervenções provocam também alterações negativas no solo e percursos de água, tanto na superfície como no subsolo, alterações estas, que o planeamento urbano da cidade visa amenizar com a projecção de corredores ecológicos, parques e jardins em áreas estudadas e destinadas para tal.

O corredor verde que propomos e intitulámos Parque Natural do Rio Seco, por se localizar na sua linha de escoamento, tem como principal objectivo encontrar caminhos de articulação e consolidação dos espaços edificados e intersticiais do território, oferecendo os benefícios naturais de que um corredor verde dispõe, assim como, zonas de recreio, lazer e de interesses cultural e turístico, requalificando o vale que é hoje um espaço desprestigiado e desaproveitado.

O investimento numa estrutura deste tipo é altamente importante para o desenvolvimento económico e social da Cidade.

*“(...) o papel das cidades como agentes económicos e como factores de transformação territorial e contribui para a sua capacidade de atracção de investimentos, a fixação de actividades económicas e a criação e distribuição de riqueza, incluindo nestas actividades o turismo e cultura (...)”*<sup>39</sup>

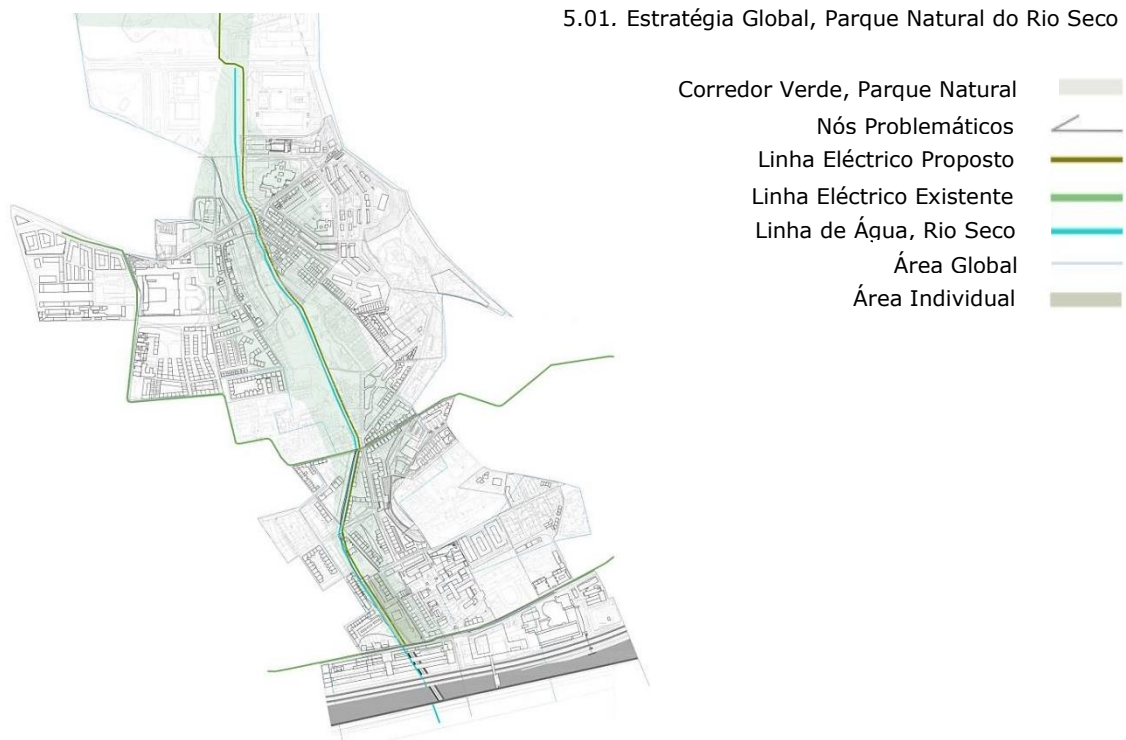
O corredor verde proposto arranca no Parque Florestal de Monsanto e, descendo pelo Vale, vai desembocar na frente ribeirinha, integrando a propriedade do Palácio das Águias.

---

<sup>38</sup> Fadigas, Leonel, (2010), *Urbanismo e Natureza – Os desafios*, pp.43

<sup>39</sup> Idem, pp. 47

Este percurso de carácter mais turístico e contemplativo pode ser disfrutado através de uma nova linha de eléctrico, desenhada de modo a garantir paragens estratégicas em todos os pontos de interesse constituintes do Parque Natural. A linha de eléctrico é acompanhada pelo Rio Seco que é naturalizado e vem dotar o Parque de um novo elemento capaz de criar novas ambiências ao longo da sua trajectória. Pretendemos criar uma relação harmoniosa da linha de água com os terrenos constituintes do Parque, em específico, com a propriedade do Palácio, que será redefinida de modo a ser uma porta de entrada a esta nova estrutura.



### **Espaço Privado – O Palácio**

O Palácio das Águias situa-se, precisamente, no ponto convergente do Parque Natural com a Rua da Junqueira, duas realidades contrastantes quer na arquitectura quer nos estatutos económico e social patentes. Nesta localização ambígua, o projecto pretende criar uma ligação lógica e coerente das partes, detendo os seguintes objectivos: a integração do Palácio no Parque Natural a fim de completar o corredor verde, dotando-o de valor patrimonial e histórico; a Recuperação do Palácio de modo a preservar o edificado histórico da Cidade e impedir a sua progressiva degradação; e promover a sua inserção no meio urbano, devolvendo o Palácio à cidade e a um conjunto de utilizadores mais vasto e diversificado.

Propomos para reintegração do Palácio na Cidade a alteração da sua função inaugural para um novo uso, um distinto Hotel de Charme que, embora advenha de um investimento privado, sendo um programa mais aberto, permite uma maior abrangência de usuários, quer a nível nacional quer a nível internacional, dando a conhecer um dos mais belos Palácios setecentistas de Lisboa.

## 5.2. Problemática – O Restauro e a Memória do Lugar

*“Por Restauro entendemos, por analogia com Arquitectura, a disciplina que reflecte e informa as acções de arquitectura sobre as pré-existências.”<sup>40</sup>*

O tema do Restauro tem vindo a ser debatido já desde o séc. XIX por grandes teóricos como Jonh Ruskin e Eugène Viollet-Le-Duc, e cada vez mais é tema de discussão e preocupação nos dias de hoje, onde a escassez do solo é maior tal como o número de edifícios devolutos e degradados nas Cidades.

Ruskin, de doutrina anti-intervencionalista, defende um anti intervencionalismo radical, ao que afirma que *“o trabalho das gerações passadas confere aos edifícios que elas nos legaram um carácter sagrado. As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência”*. Para o autor, qualquer intervenção no património histórico rompe sempre com a autenticidade da obra. Os edifícios pertencem aqueles que os edificaram, sendo o restauro a maior destruição possível que se pode fazer numa construção. Declara ainda, que *“o destino de qualquer monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva.”<sup>41</sup>*

Para Viollet-Le-Duc, por outro lado, partidário da intervenção, restaurar um edifício não é mantê-lo ou refazê-lo, é restabelece-lo de um estado que antes não continha. Apesar da sua coesão de ideias, o seu lado dogmático e radical acabou por condená-lo ao ostracismo<sup>42</sup>. Contudo, é importante referir a actualidade das suas ideias e a aplicabilidade nas obras de restauro actuais.

---

<sup>40</sup> Abreu, Pedro, (1996), Os Palácios da Memória – Percurso Crítico sobre o Restauro da Arquitectura, pp.75

<sup>41</sup> Choay, Françoise, (2006), A Alegoria do Património, pp.130, 131

<sup>42</sup> O ostracismo era uma punição existente em Atenas, no século V a.C., onde o cidadão, geralmente um político, que ameaçasse a democracia, era votado para ser banido ou exilado, por um período de dez anos.

Também devemos diferenciar, para além do conceito de Restauro, outros dois conceitos, mais recentes, provenientes do primeiro. São estes a Reabilitação e a Recuperação. Estes traduzem uma acção sobre algo que perdeu a sua função através do tempo, para assim adaptar o objecto às exigências actuais e repor o seu funcionamento. Os dois conceitos apresentam-se muito semelhantes no modo de agir, contudo, o que as difere é o uso conjecturado para o objecto, que na Reabilitação será o uso inicial para que este foi construído e na Recuperação este uso não está determinado, podendo ser diferente do seu uso primitivo.

Podemos então, afirmar que a acção de Restauro sobre o nosso caso de estudo, o Palácio das Águias, é uma acção de Recuperação. Pois, implica uma intervenção física e a alteração do seu uso primitivo para uma Unidade Hoteleira.

Iremos ter em atenção ao partirmos para esta acção de Restauro, um outro conceito: o de *lugar de memória*.

Conceito formulado e divulgado por Pierre Nora<sup>43</sup> que o define como lugar material onde está associada uma memória social que pode ser apreendida, mas também como lugar funcional porque adquire a função de capturar memórias colectivas. Poderá também ser um lugar simbólico, onde essas memórias são expressas e reveladas.

Deste modo, devemos estar conscientes da necessidade de inclusão da memória na Arquitectura, não só porque parte de factos e pressupostos do passado que assimilamos e aos quais conferimos sentido, mas também porque espelha a cultura e o contexto histórico em que a Arquitectura foi construída, sendo portanto fundamental para os arquitectos.

"... a preservação de valores estéticos e históricos do monumento deve ser baseada em profunda investigação e análise histórica do bem cultural a restaurar, as técnicas que estiveram na origem da sua criação e dos motivos que originaram a sua ruína"<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Pierre Nora nasceu a 17 de Novembro de 1931, é um dos historiadores franceses mais relevantes da contemporaneidade.

<sup>44</sup> Coelho, Maria, Intervir no Património- Conceitos e Opções in Urbanidade e Património, pp. 43-47

### 5.3. Proposta – O Secular e o Contemporâneo

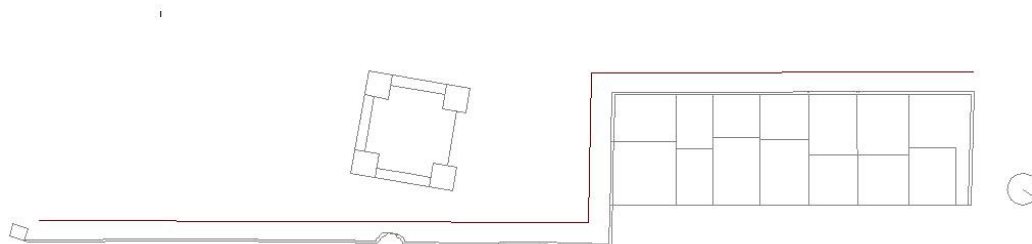
Aproximamo-nos, por fim, à escala do nosso caso de estudo, o Palácio das Águias, onde pretendemos intervir tendo como base o estudo e investigação efectuados ao longo deste trabalho. Para que a presente acção de Restauro sobre o Palácio possibilite a sua revalorização e reinserção na Cidade assumindo um novo significado, tendo em atenção a harmonia arquitectónica entre a pré-existência e o contemporâneo. Principalmente, para não deixar morrer o que ainda é parte do Património lisboeta e da nossa História.

*“... o monumento também nasce, e também amadurece, e até envelhece, só que não morre (se não o matarem); nele o tempo também deixa marcas, marcas essenciais ao estabelecimento de uma empatia entre homem e monumento, mas sobre ele o homem tem o poder de não o deixar morrer (e, portanto, de nele plasmar a sua aspiração à imortalidade).”<sup>45</sup>*

#### Conceito

O conceito aplicado a esta intervenção consiste em *habitar o muro* que ladeia a nascente toda a propriedade. Para isso optámos por demolir os anexos, que não tendo qualquer valor patrimonial, histórico ou artístico, são também dissonantes da arquitectura do Palácio. A construção nova desenvolve-se em duas cotas distintas, a cota 4.0 a Sul, e a cota 8.0 a Norte, sendo que toda a nova construção está internamente ligada, assim como, a união desta ao Palácio.

Pretendemos que os novos corpos da propriedade se integrem na topografia do terreno, nunca atingindo em altura a cota máxima do Palácio, que deve permanecer como peça de destaque da propriedade. Também a relação entre Arquitectura e Natureza, já prestigiada na arquitectura da Villeggiatura, é respeitada e continuada.



#### 5.02. Conceito, Habitar o Muro

<sup>45</sup> Abreu, Pedro, (1996), Os Palácios da Memória – Percurso Crítico sobre o Restauro da Arquitectura, pp.445

Relativamente ao novo programa, a Unidade Hoteleira será distinta não só pela beleza arquitectónica, valor histórico e patrimonial da pré-existência, mas também por adoptar um novo conceito de *Hotel de Charme*, em que as unidades de alojamento não são as usuais suites, mas sim pequenas reinterpretações do Palácio, autónomas e auto-suficientes, que intitulámos de Villas.

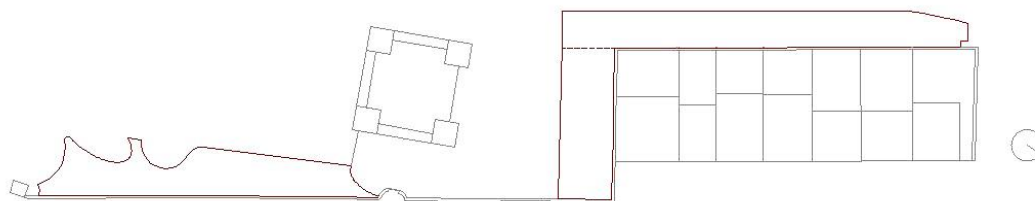
### **Organização e Forma**

A Norte, no antigo tabuleiro de horta, desenvolve-se um corpo, rematando um dos muros, que é composto por 13 Villas, de dois pisos, de arquitectura contemporânea, que se vão relacionar com o Palácio em pormenores de organização espacial e materialidades. As Villas estão ligadas por uma longa galeria, de duplo pé-direito e luz zenital, que as une e permitindo acesso a um segundo corpo adjacente.

O segundo corpo, sito onde se erguiam os antigos anexos, orientado a Sul, apresenta-se de forma rectangular, de dois pisos acima do solo e um de cave, onde se situam muitas das áreas e serviços do Hotel tais como o bar, administração e instalações sanitárias no piso 1; restaurante, cozinha e instalações sanitárias no piso 0; lavandaria, armazém e estacionamento no piso de cave, o último com acesso a partir da Calçada da Boa-Hora.

É a partir deste corpo que, pelo subsolo, se consegue ligação ao Palácio e a um terceiro corpo, este semienterrado tendo em conta o desnível do terreno. Contornando o muro nascente, desvenda-se a Sul, voltado ao jardim formal do Palácio. A sua forma orgânica é implementada pela própria natureza, sendo as árvores centenárias que ali se encontram que desenham o edifício. A Natureza intocável é um dos conceitos da Villa italiana, bem como a sua relação directa com a Arquitectura, formando um todo que se complementa.

Neste corpo a Sul, situam-se os vestiários do pessoal, com entrada independente; as piscinas cobertas, com um grande vão com vista para o jardim Sul; e, completamente revelados ao jardim, um bar e uma sala polivalente preparada para receber todo o tipo de eventos.



5.03. Forma

Chegando ao Palácio, vindo do estacionamento ou directamente pela entrada principal da Calçada da Boa Hora alcançamos a recepção do Hotel, antiga *Sala de Entrada* do Palácio, que faz posterior distribuição espacial nos dois pisos acima do solo e águas-furtadas. O piso 0, de entrada, contém também bar, sala de estar e de refeições, assim como capela e zona de serviços. O piso 1 está dividido em duas grandes suites podendo aceder-se também à galeria superior da capela.

É nossa intenção não intervir abruptamente no Palácio em termos de alterações projectuais, pretendemos que este se mantenha o mais fiel possível ao seu modelo primitivo, e isto é, fazer o mínimo de alterações possíveis. Propomos pequenos ajustes de adaptação ao seu novo uso, como a instalação de um elevador no seu interior e, alterações nas instalações sanitárias para que se cumpram os requisitos, contudo sem nunca comprometer a estrutura original do edifício.



5.04. Plantas de alterações

### **Materialidades**

Relativamente às materialidades utilizadas, a nova construção vai reutilizar os materiais presentes no Palácio, tais como o reboco, o azulejo, e a pedra de Lioz e aplica-los para reforçar a harmonia do conjunto. As coberturas são ajardinadas, de modo a que os novos corpos da propriedade se integrem naturalmente na paisagem, permanecendo sempre em lugar de destaque o Palácio Setecentista, um dos mais belos Palácios da Rua da Junqueira e de Lisboa, com grande potencial de recuperação e reinserção na Cidade. No Palácio, a intenção é tentar reconstruir as ambiências primitivas, restaurar os tectos, pavimentos e os revestimentos das paredes.

No exterior, o Jardim Formal pretendemos que seja devolvida a sua traça original, bem como o arbóreo característico dos Jardins italianos, uma vez que este é um dos elementos mais característico das Quintas de Recreio e das Villas italianas. Porém a área adjacente, de Natureza desordeira, permanece intacta,

estando apenas previsto passadiços que conduzem às várias entradas da Unidade Hoteleira.

### **Considerações Finais**

Deste modo, o presente Projecto pretende, na sua globalidade, que o Palácio volte a polarizar olhares não só pela sua grandeza e beleza arquitectónica, mas também para que seja um polo dinamizador do *Parque Natural do Rio Seco* e um elo de ligação entre este e a Rua da Junqueira.

A requalificação da Quinta das Águias com uma nova função vai pôr fim à sua progressiva degradação e permitir o seu usufruto por parte de um grupo de utilizadores mais vasto e variado, devolvendo este bem patrimonial à Cidade de Lisboa.

## 6. CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou o tema da requalificação e recuperação do Património Histórico, reflectindo acerca dos modos de acção respeitando a memória de lugar e também dotando-o de novos valores e significados.

O relatório final foi estruturado segundo uma lógica cronológica de modo a entender profundamente o local de intervenção e as tipologias aí edificadas. Para tal foi necessário um estudo histórico-crítico que inclui, recolha de informação escrita, gráfica, cartográfica e sucessiva análise. Para melhor entendimento e enquadramento da tipologia, fomos estudar os seus primeiros modelos, as Villas italianas, e o modo como esta tipologia renascentista chegou até nós. Prosseguimos com a análise do modelo que adoptámos, a Quinta de Recreio, e por fim ao estudo exaustivo da nossa Quinta, a um nível histórico, arquitectónico e do lugar. Finalmente, na última fase, assumimos a parte projectual ao intervir no edifício e sua envolvente, tendo por base todo o conhecimento adquirido ao longo do trabalho e reflectindo, em paralelo, sobre alguns conceitos relevantes para que o presente projecto possa ser consonante com a pré-existência histórica revalorizando-a.

Podemos comprovar que os objectivos iniciais foram alcançados. O Palácio revitalizado passa a ser um dos principais focos atractivos do *Parque Natural*, junto à entrada pela Rua da Junqueira, podendo também atrair público que irá usufruir de uma zona nobilitada, redesenhada e requalificada no coração de Lisboa. A recuperação da Quinta das Águias, irá ser uma mais valia para a Cidade, não apenas pela sua nova função, mas também pelo seu valor simbólico e cultural, devolvendo à Cidade um belo exemplar setecentista revalorizada por boas práticas arquitectónicas contemporâneas.

Trabalho com 12.750 Palavras.



## 7. FONTES DOCUMENTAIS

### BIBLIOGRAFIA

#### geral

Abreu, Pedro, (1996), *Os Palácios da Memória – Percurso Crítico sobre o Restauro da Arquitectura*, Vol I, Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa

Ackerman, James S., (1985), *The Villa, Form and Ideology of Country Houses*, Washington, Princeton University Press

Ariès, Philippe, (1991), *História da Vida Privada*, Porto, Edições Afrontamento, Lda

Caldas, João Vieira, (1999), *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no século XVIII*, Porto, Faup Publicações

Carita, Helder, (1998), *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e dasaires desta arte*, Venda Nova, Bertrand Editora

Castilho, Júlio de, (1893), *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional

Choay, Françoise, (2006), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70

Choay, Françoise, (2011), *As Questões do Património – Antologia para um Combate*, Lisboa, Edições 70

Coelho, Maria (1998) "Intervir no Património- Conceitos e Opções" in *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, pp. 43-47

Correia, José Eduardo Horta, (2002), *Arquitectura Portuguesa – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, Lisboa, Editorial Presença

Correia, Pedro Nuno Rosa (1998), "Visitar os Clássicos", *Revista da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa*, Geth, Série 1, Nº1, Lisboa, pp.67

Fadigas, Leonel, (2010), *Urbanismo e Natureza – Os desafios*, Lisboa, Edições Sílabo

Fernandes, Ana Margarida Ribeiro (2013), *Projectar com o Lugar – Reabilitação do Palácio dos Duques de Aveiro*, Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

- Green, V.H.H., (1991), *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Haupt, Albrecht, (1986), *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença
- Leal, Maria Cristina Gago (2011), *A Dimensão Temporal do Jardim Público*, Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa
- Lefebvre, Henri, (1999), *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte Ed. UFMG
- Martins, Inês Oliveira (2011), *Construir no Construído, Espaços Intersticiais no Morgadia dos Saldanha em Lisboa*, Tese de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa
- Nora, Pierre, (1984), *Les Lieux de Mémoire*, Vol. I, Paris, La République
- Pereira, José Costa, (1993), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa
- Pereira, Paulo, (1995), *História da Arte Portuguesa*, Vol II, Lisboa, Círculo de Leitores
- Pereira, Paulo, (2011), *Arte Portuguesa História Essencial*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Pires, Amílcar Gil, (2007), *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa
- Távora, Fernando, (2004), *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP

**sobre o caso de estudo**

- Araújo, Norberto de, (1939), *Peregrinações em Lisboa*, Vol. IX, Lisboa, Parceria A. M. Pereira
- Araújo, Norberto de, e Durval Pires de Lima (1950), *Inventário de Lisboa*, Fasc. XVIII, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 15-20
- Lamas, Arthur, (1924), *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira*, Lisboa, Topografia do Comércio
- Pires, Amílcar, et al. (1990), *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular, 3ºAno, Turma C, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Pires, Amílcar Gil, (2013), *A Quinta de Recreio em Portugal – Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*, Casal de Cambra, Caleidoscópio

Pomba, Adelaide, [s.d.], *Rua da Junqueira*, Trabalho Curricular, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Ribeiro, Mario de Sampayo, (1939), *Do Sítio da Junqueira*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa

Santana, Francisco, e Eduardo Sucena (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados-Consultores, pp. 486-487

## **CIBERGRAFIA**

Carapinha, Aurora (2008), *A Quinta de Recreio*, Diário de Notícias Online, Lisboa, in Internet - [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=998218](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998218), (tema, «Quinta de Recreio»), consultado em 04/03/2014

SIPA – *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* - consultado em Outubro 2013  
[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072)

IGESPAR – *Instituto de Gestão do Património* - consultado em Outubro 2013  
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74413/>

E-CULTURA – *Centro Nacional de Cultura* – consultado em Outubro 2013  
<http://www.e-cultura.pt/WebPatriPatrimonio.aspx?IDPatrimonio=2520&print=1>

CML – *Câmara Municipal de Lisboa* – consultado em Outubro 2013  
<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/quinta-das-aguias>

BLOG – *Ruas de Lisboa com Alguma História* – Novembro de 2013  
<http://aps-ruasdelisboacom-historia.blogspot.pt/2013/10/rua-da-junqueira-xvi.html>

BLOG – *Lisboa S.O.S.* – Novembro de 2013  
<http://lisboasos.blogspot.pt/2008/09/quinta-das-guias.html>



## **ANEXOS**



## **ANEXOS**

### **Anexo I. Levantamento Documental**

Cartografia  
Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa  
Plano de Pormenor de Santo Amaro  
Mapas de Análise da Envolvente

### **Anexo II. Levantamento Fotográfico**

1990  
1993  
2008

### **Anexo III. Elementos de Apoio ao Estudo de Caso**

Excerto do Livro "A Quinta de Diogo de Mendonça"  
Ficha Descritiva da Propriedade  
Ficha - SIPA  
Ficha - IGESPAR  
Cronologia  
Portaria

### **Anexo IV. Fotografias das Maquetes**

### **Anexo V. Painéis Síntese do Projecto**



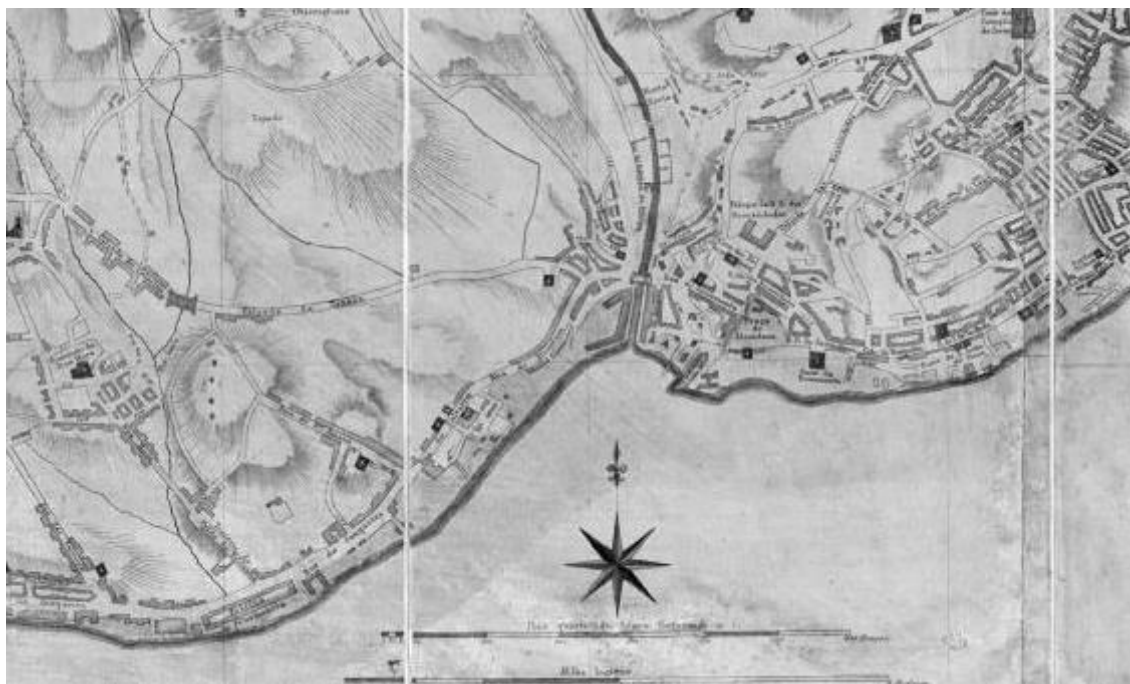
**Anexo I. Levantamento Documental**



## Cartografia



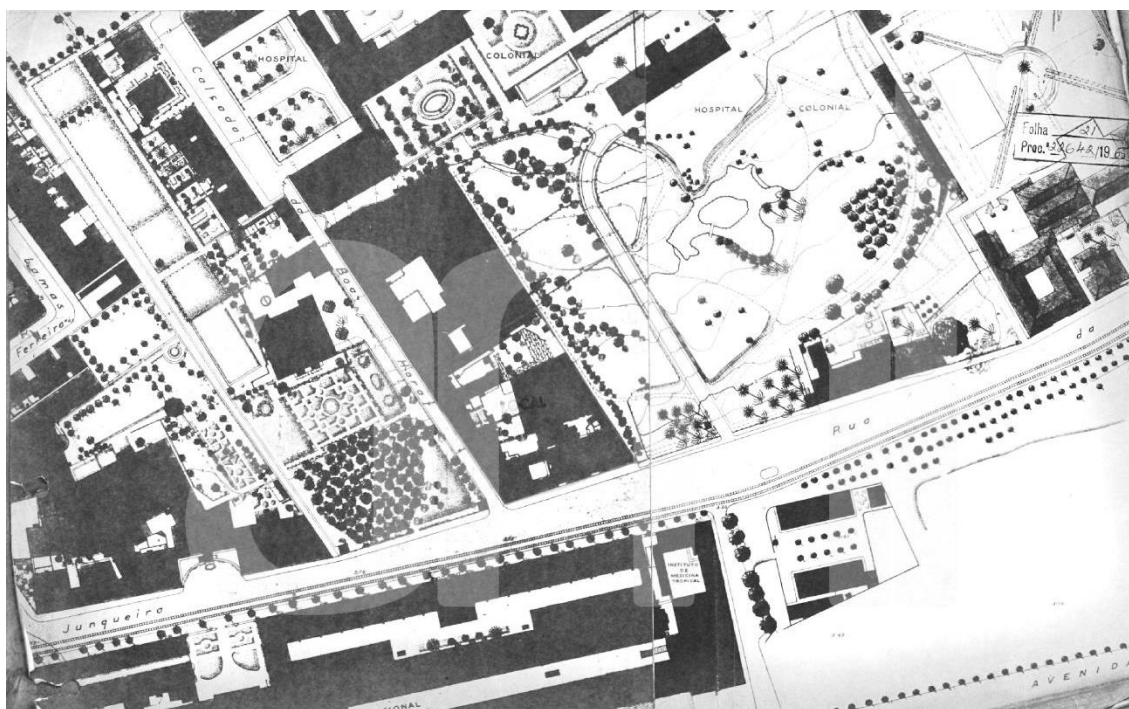
Lisboa, 1807, Museu da Cidade



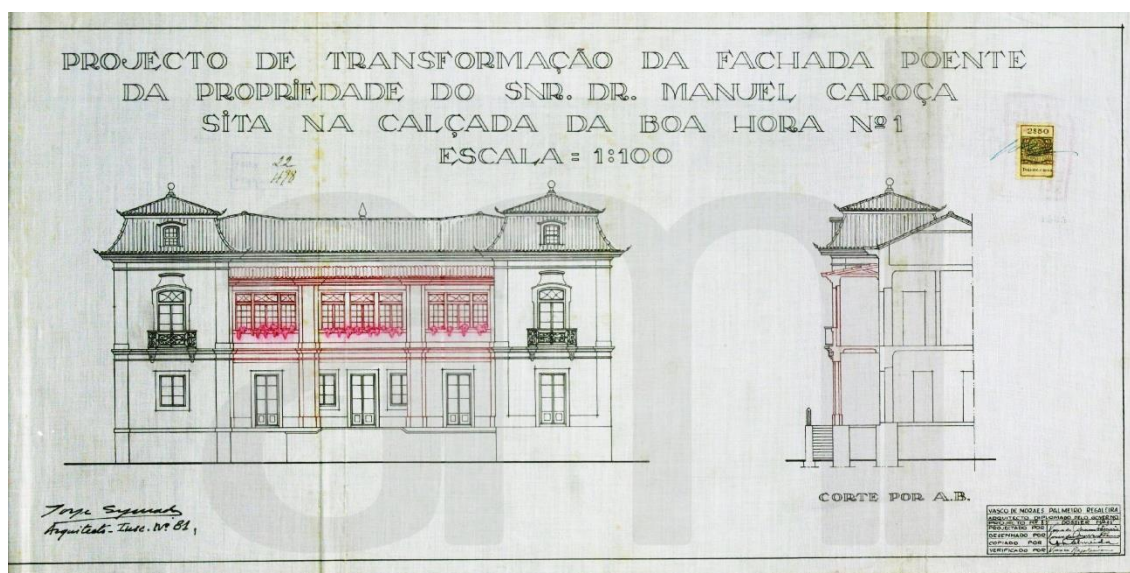
Lisboa, 1834, Museu da Cidade



## Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa



Planta de Implantação, 1965

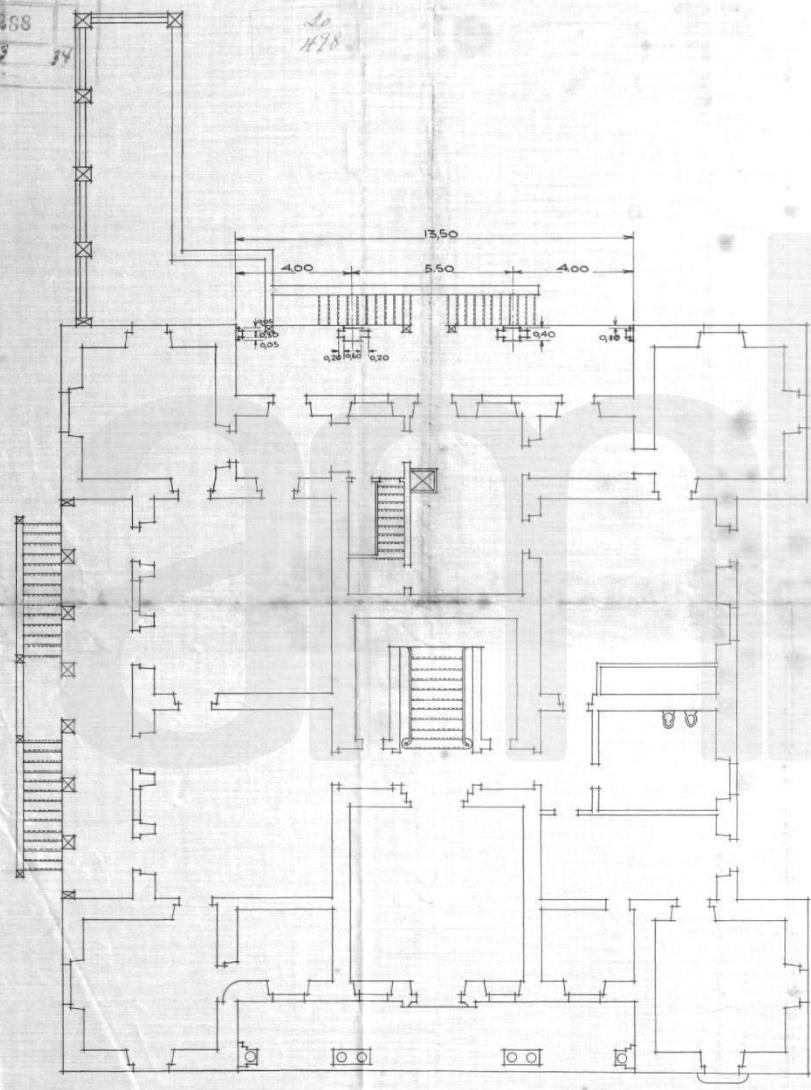


Alçado Poente, 1934, Arq. Jorge Segurado

PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO DA  
 FACHADA POENTE DA PROPRIEDADE DO  
 SNR. DR. MANUEL CAROÇA, SITA NA  
 CALÇADA DA BOA HORA Nº1  
 ESCALA = 1:100

10  
 1888  
 2 3 34

10  
 478



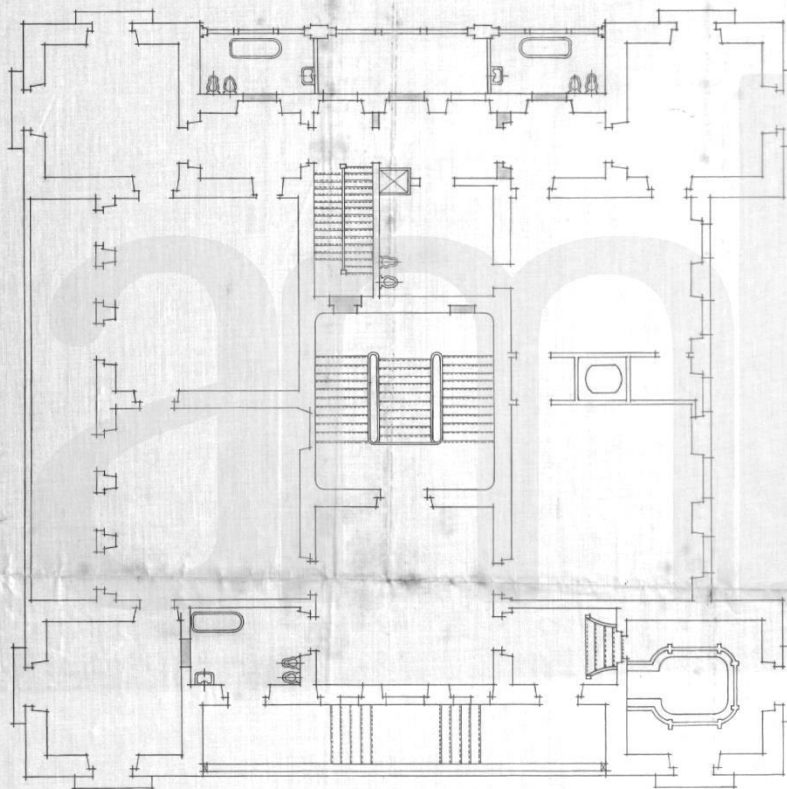
1º PAVIMENTO

*Jorge Segurado*  
 Arquitecto. Tunc. Nº 81.

VASCO DE MORAES PALMEIRO DEGALEIRA  
 ARQUITECTO DIPLOMADO PELO GOVERNO  
 PROJECTO POR *Jorge Segurado* Nº 81  
 DESENHADO POR *Vasco de Moraes Palmeiro de Galeira*  
 COPIADO POR *Vasco de Moraes Palmeiro de Galeira*  
 VERIFICADO POR *Vasco de Moraes Palmeiro de Galeira*

Planta do Primeiro Piso do Palácio, 1934, Arq. Jorge Segurado

PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO DA  
FACHADA POENTE DA PROPRIEDADE DO  
SNR. DR. MANUEL CAROÇA, SITA NA  
CALÇADA DA BOA HORA Nº 1  
ESCALA = 1:100



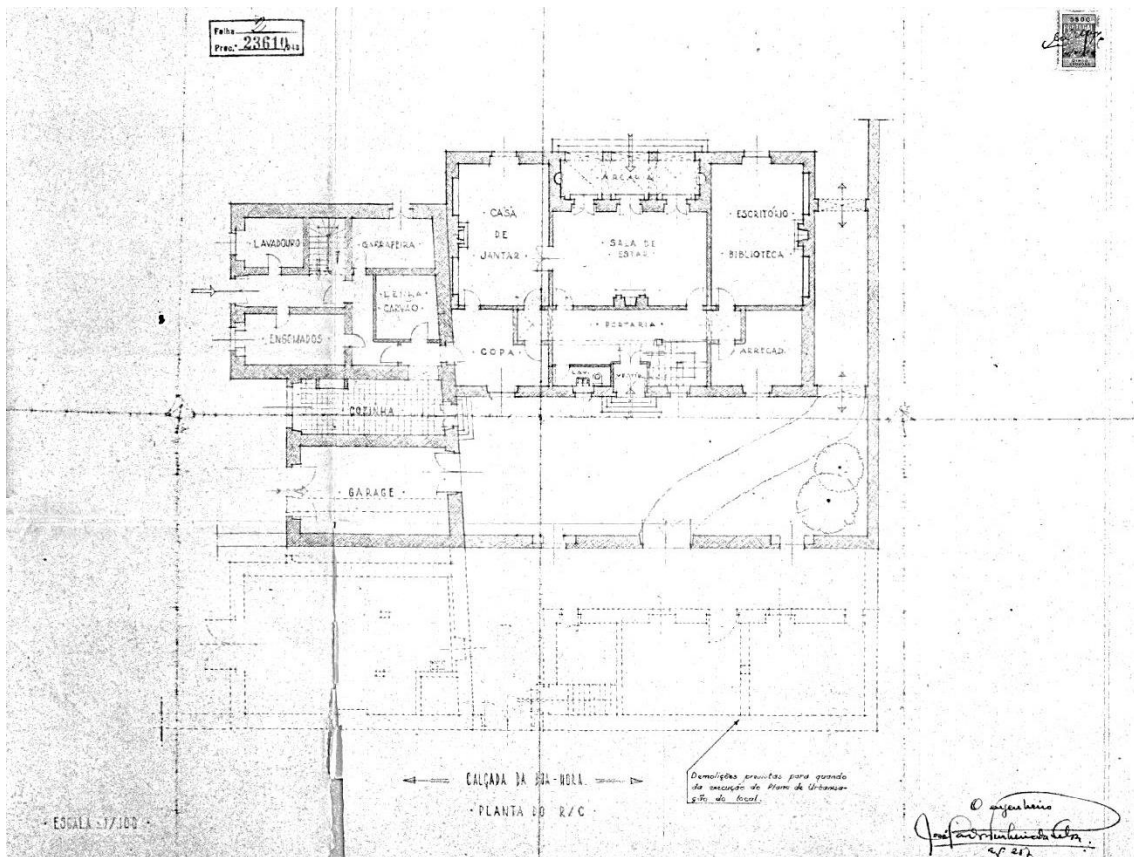
2º PAVIMENTO

*Jorge Segurado*  
Arquiteto. Inc. Nº 81.

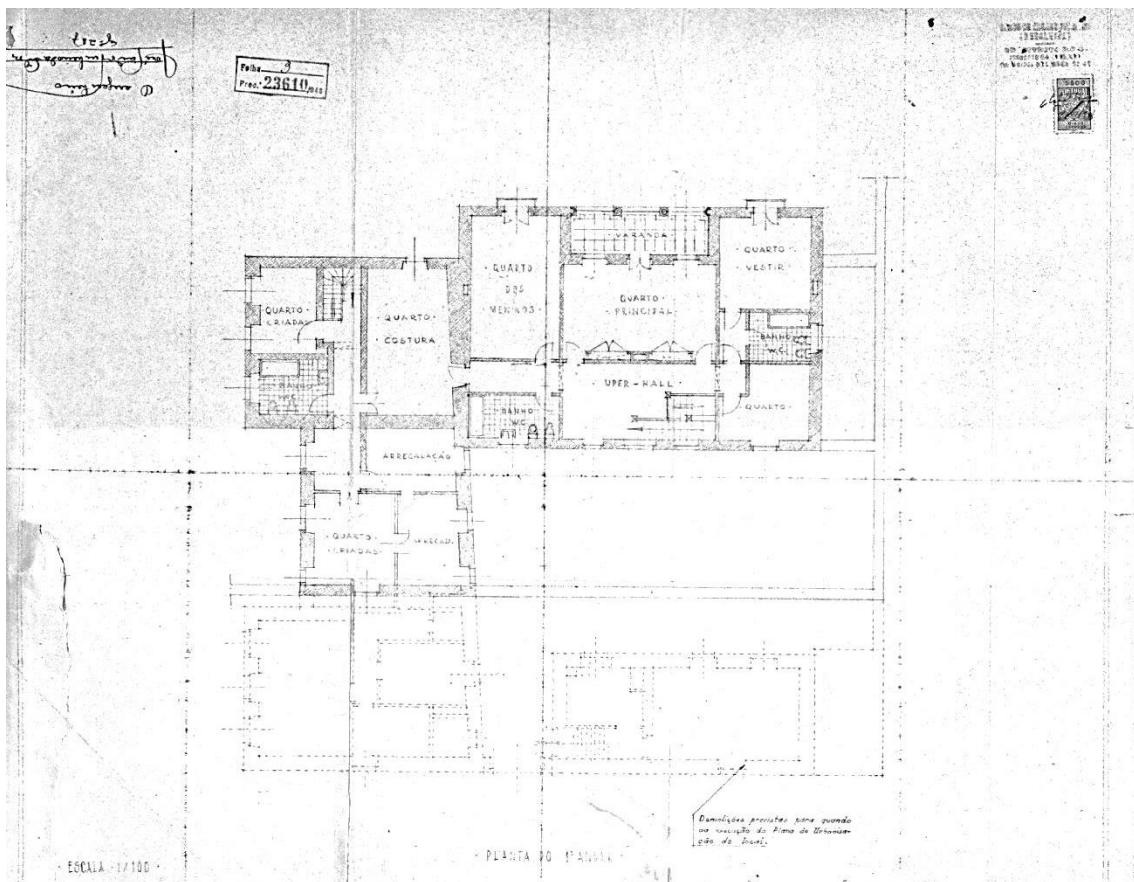
VASCO DE MORAIS PALMEIRO REGALIA  
ARQUITECTO DIPLOMADO FELO CONSELHO  
PROJETO Nº 81.º DOSS. EX. Nº 81.º  
DECRETADO POR Decreto nº 10.000  
DECRETADO POR Decreto nº 10.000  
VERIFICADO POR *Jorge Segurado*

Planta do Segundo Piso do Palácio, 1934, Arq. Jorge Segurado

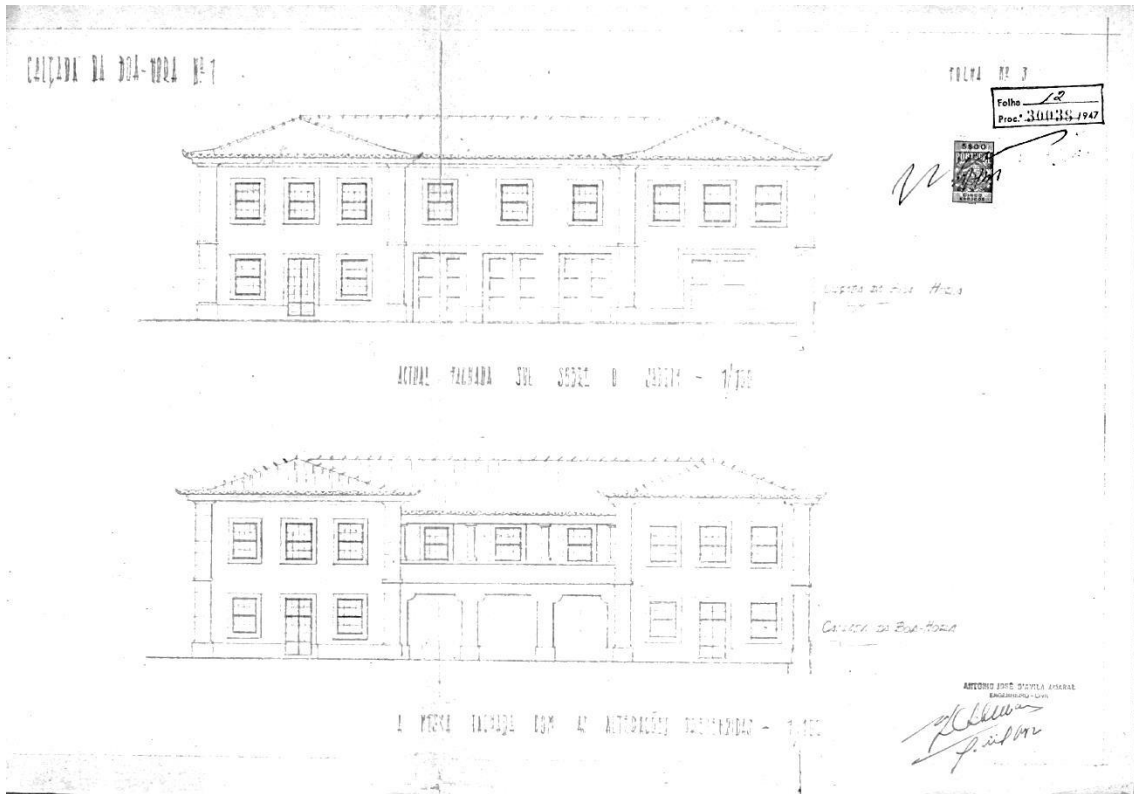




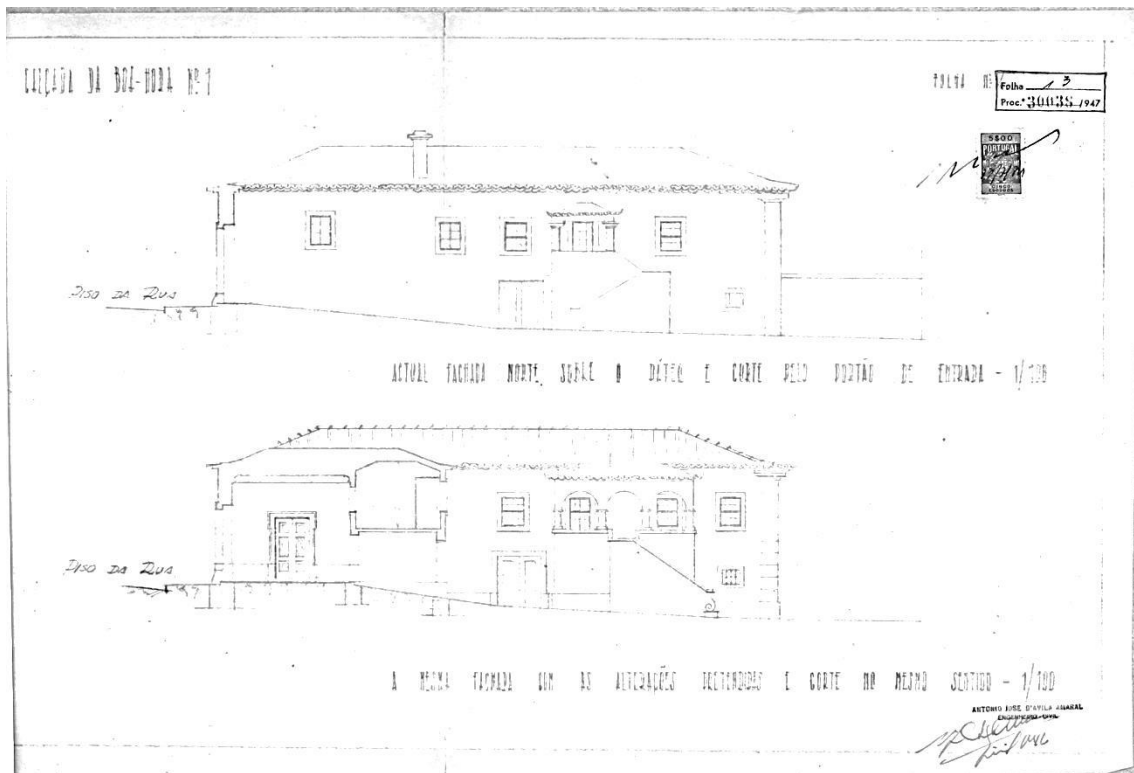
Planta de ampliação, não efectuada, do R/C do Anexo, 1948



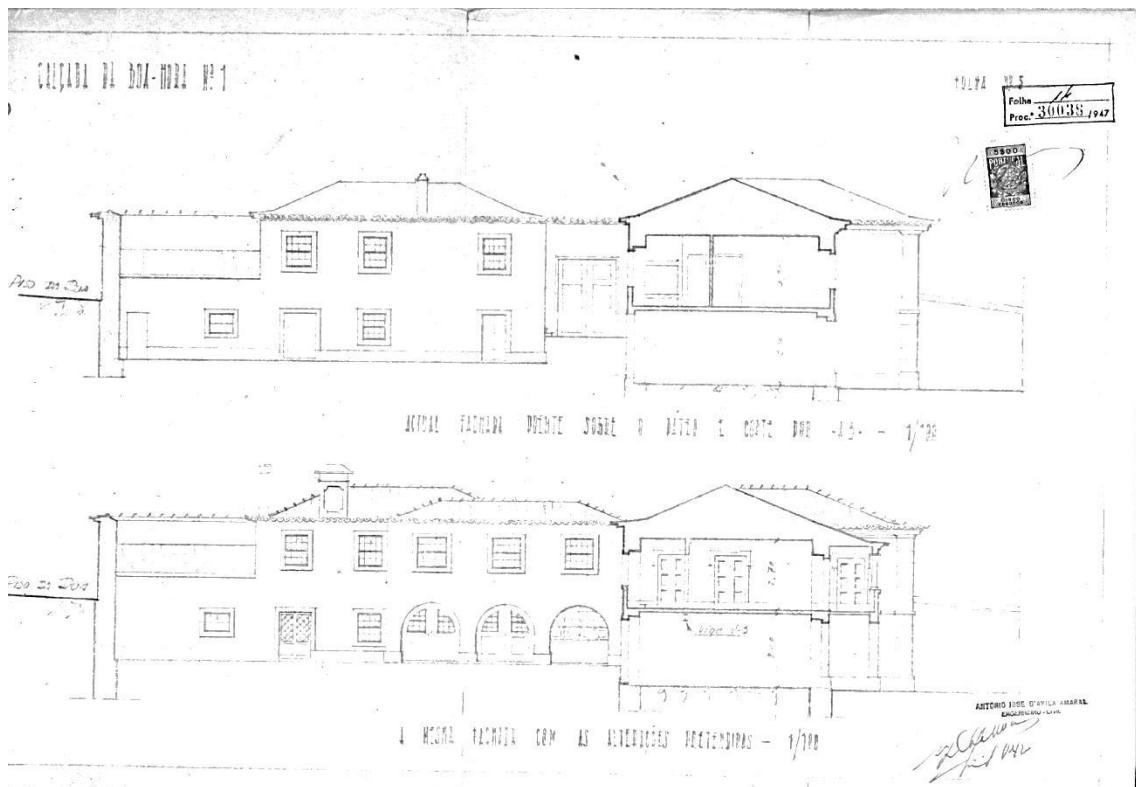
Planta de ampliação, não efectuada, do Primeiro Piso do Anexo, 1948



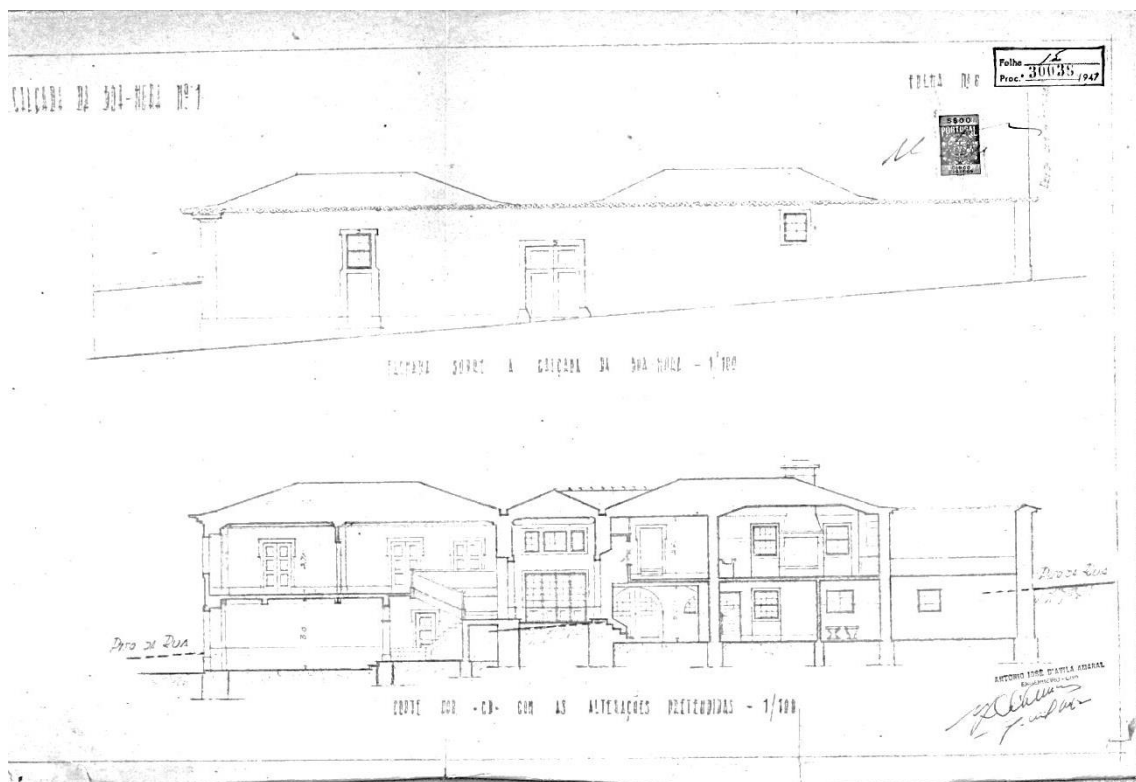
Alçado de alteração Sul do Anexo, 1947



Alçado de alteração Norte do Anexo, 1947

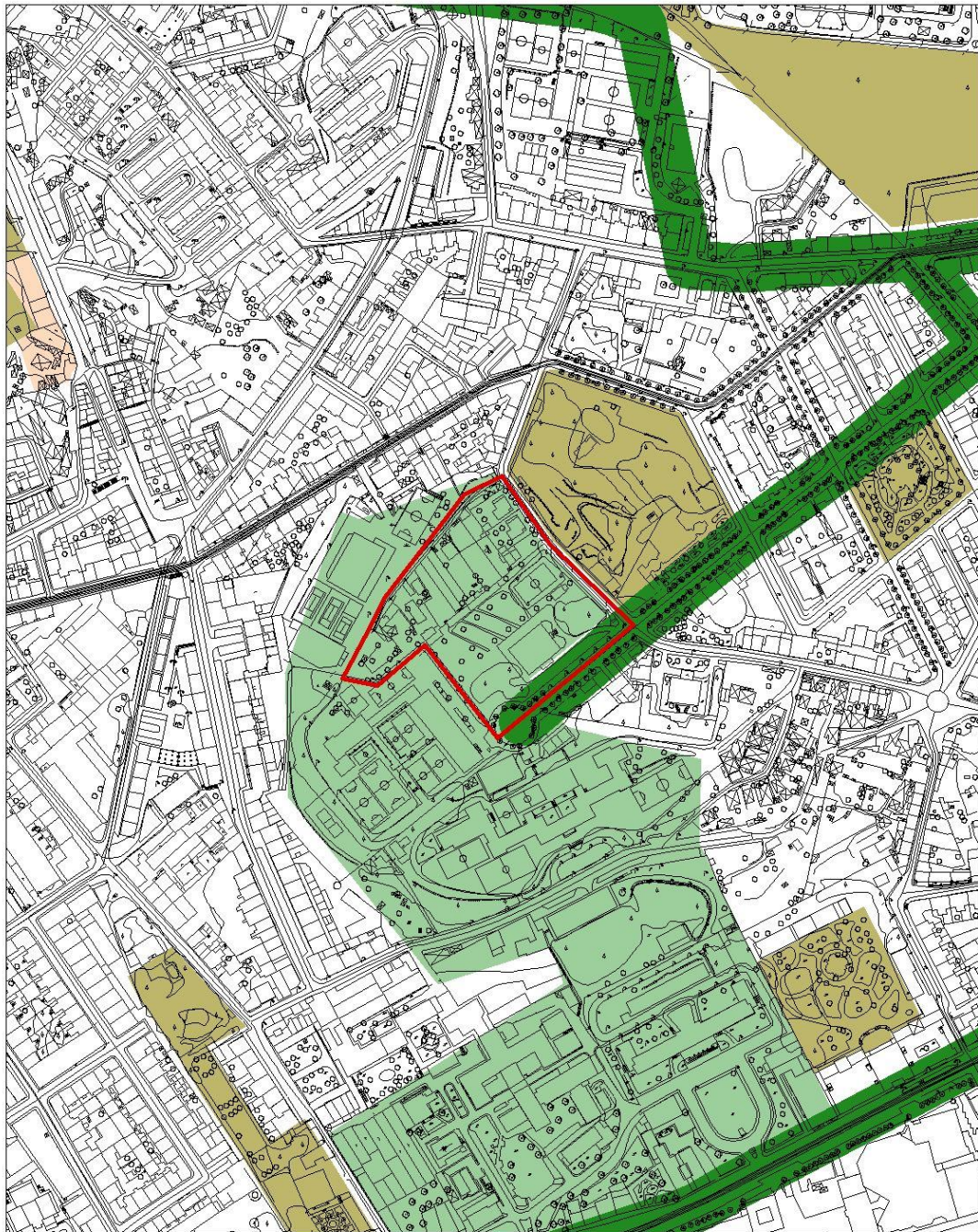


Cortes do Anexo, 1947






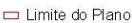


Alçado Nascente e Corte do Anexo, 1947

# Plano de Pormenor de Santo Amaro



Legenda:

-  Sistema de Corredores
-  Sistema Seco
-  Sistema Húmido
-  Áreas Integradas na estrutura verde da cidade
-  Logradouros Integradas na estrutura verde da cidade
-  Limite do Plano

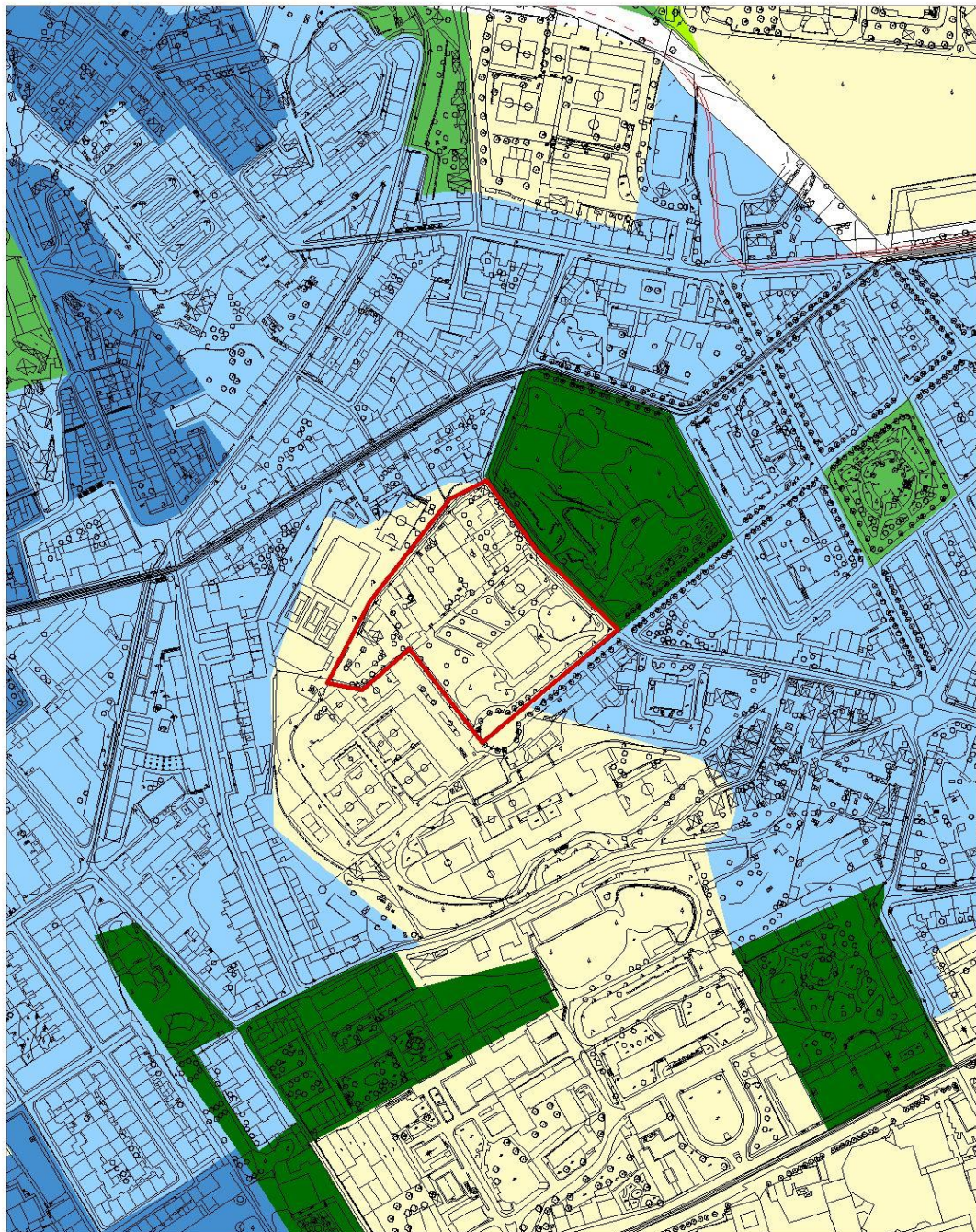
Plano de Pormenor do Alto de Santo Amaro

PDM - extracto  
Planta de Ordenamento  
Componentes ambientais 2.1

Escala: 1:4 000



Julho 2005



Legenda:

- Limite do Plano
- Área de Equipamentos e Serviços Públicos
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional
- Quintas e Jardins Históricos

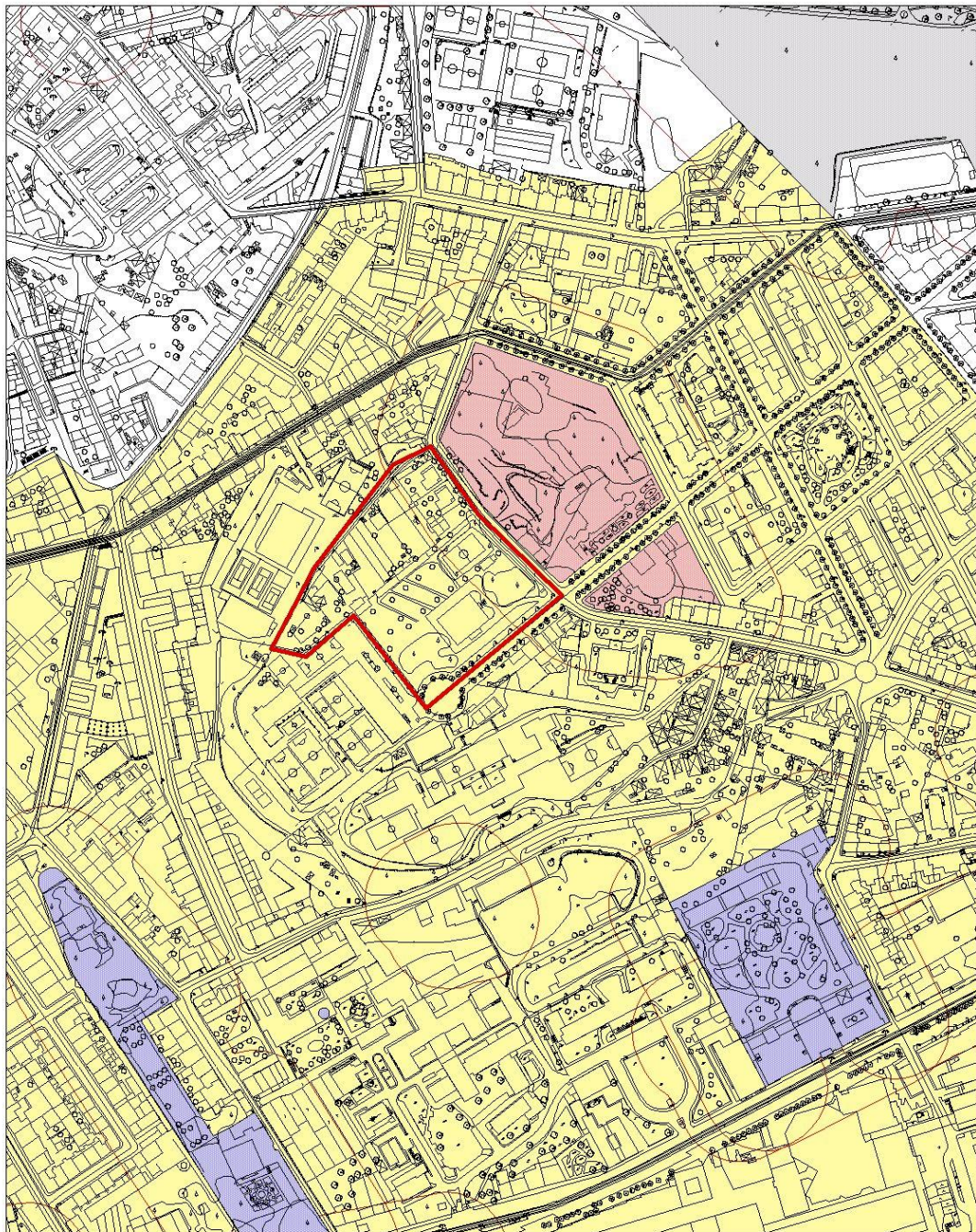
**Plano de Pormenor do Alto de Santo Amaro**

PDM - extracto  
Planta de Ordenamento  
Classificação do Espaço Urbano

Escala: 1/4 000



Julho 2005



Legenda:

□ Limite do Plano

- Imóveis em Vias de Classificação
- Imóvel de Interesse Público
- Monumento Nacional
- Valor Concelhio
- Zona Especial de Protecção

**Plano de Pormenor do  
Alto de Santo Amaro**

IPPAR

Escala: 1/4 000



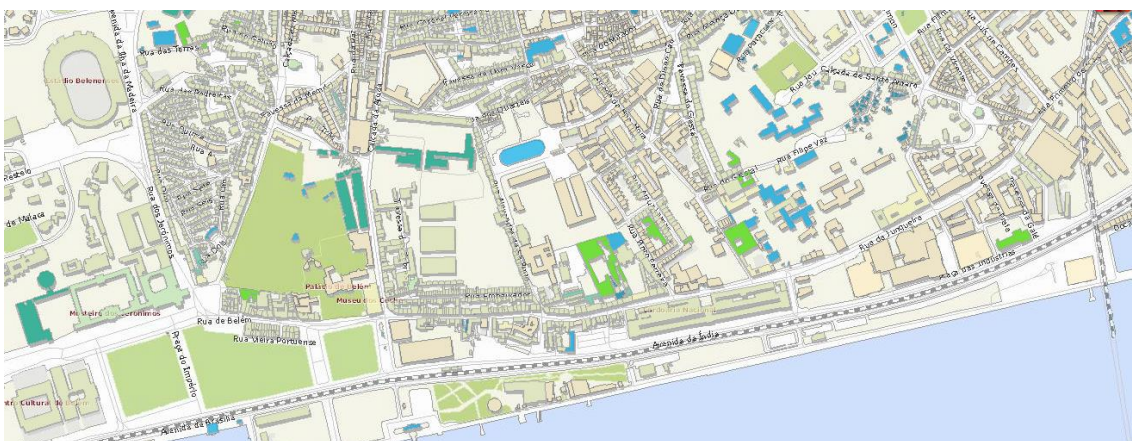
Julho 2005

## Mapas de Análise da Envolvente



### Cicloviás

- Percurso Ciclável Urbano, Âmbito CRIL - Em Estudo
- Percurso Ciclável Monsanto - Em Funcionamento
- Percurso Ciclável Urbano - Em Funcionamento
- - - - - Percurso Ciclável Urbano - Em Obra
- · · · · Percurso Ciclável Urbano - Em Projecto
- Percurso Ciclável Urbano - Em Estudo
- Percurso Ciclável Urbano, Proj. Benfica Ciclável - Em Estudo
- Percurso Ciclável Urbano, UPAL - Em Estudo

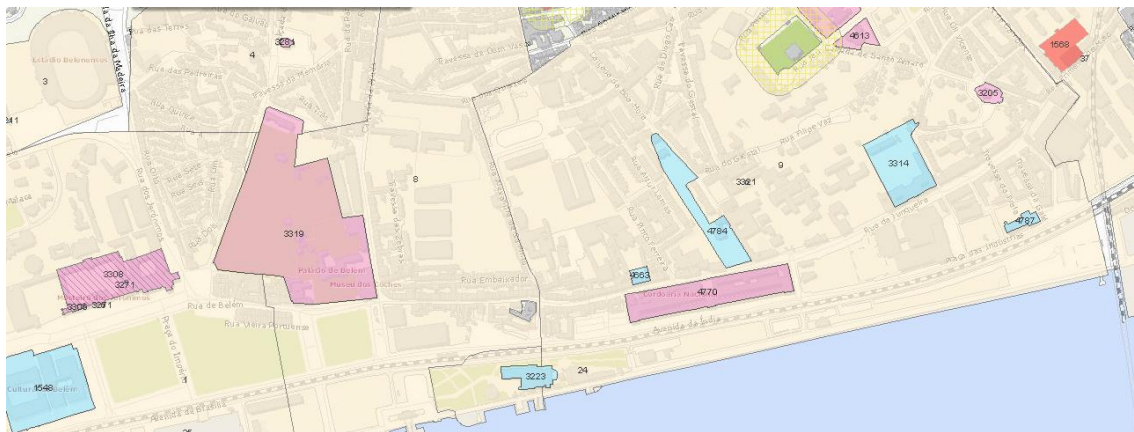


### Classificação Tipológica

- Edifício Abarracado
- Edifício Clássico/Prédio/Moradia
- Edifício Industrial
- Edifício Militar
- Edifício Religioso
- Palácio/Palacete
- Pátio/Vila
- Outro Edifício



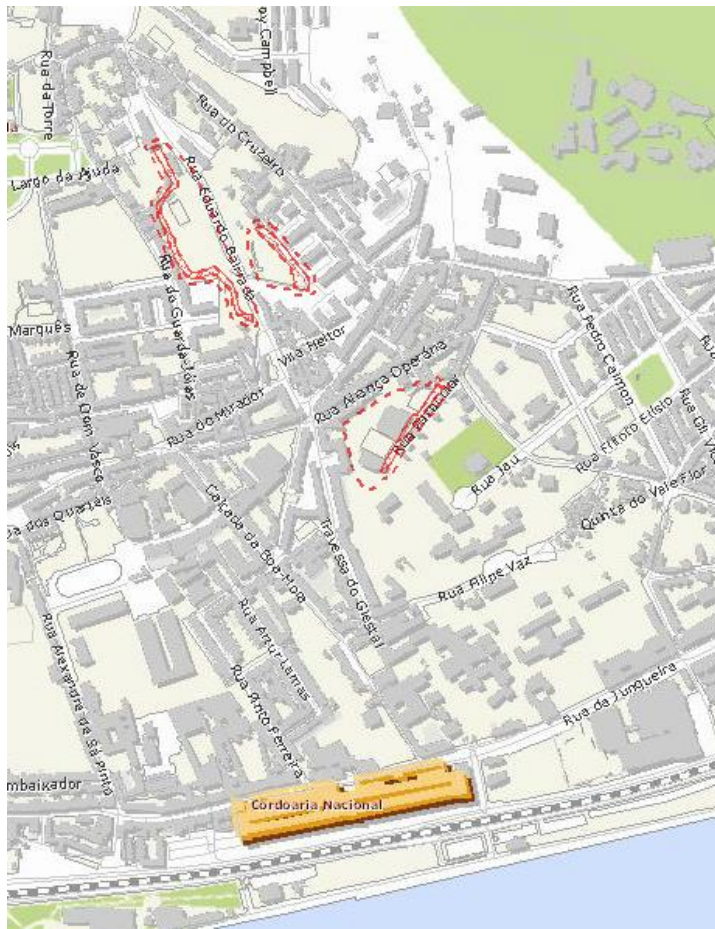
-  **Auditórios Espaços Polivalentes**
-  **Bibliotecas e Arquivos**
-  **Cinemas**
-  **Museus**
-  **Teatros**



**Património Classificado - IGESPAR**

-  **Património Mundial**
-  **Monumento Nacional**
-  **Zona de Protecção dos Imóveis**
-  **Monumento de Interesse Público**
-  **Imóvel de Interesse Público**
-  **Zona de Protecção dos Imóveis**
-  **Conjunto de Interesse Público**
-  **Zona de Protecção dos Imóveis**
-  **Zona Non Aedificandi**
-  **Zona Especial de Protecção**





**Anexo II. Levantamento Fotográfico**



1990

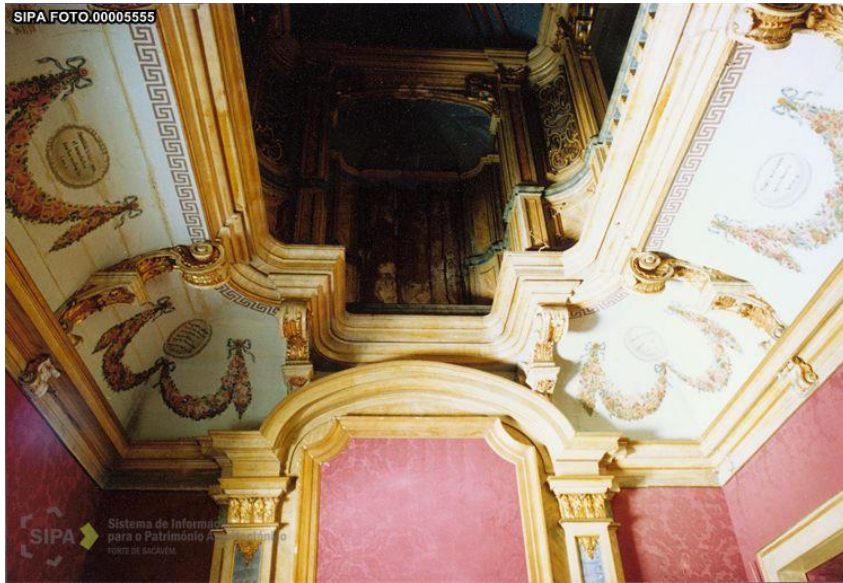




Pires, Amílcar, et al. (1990), *Palácio das Águias*, Trabalho Curricular

1993



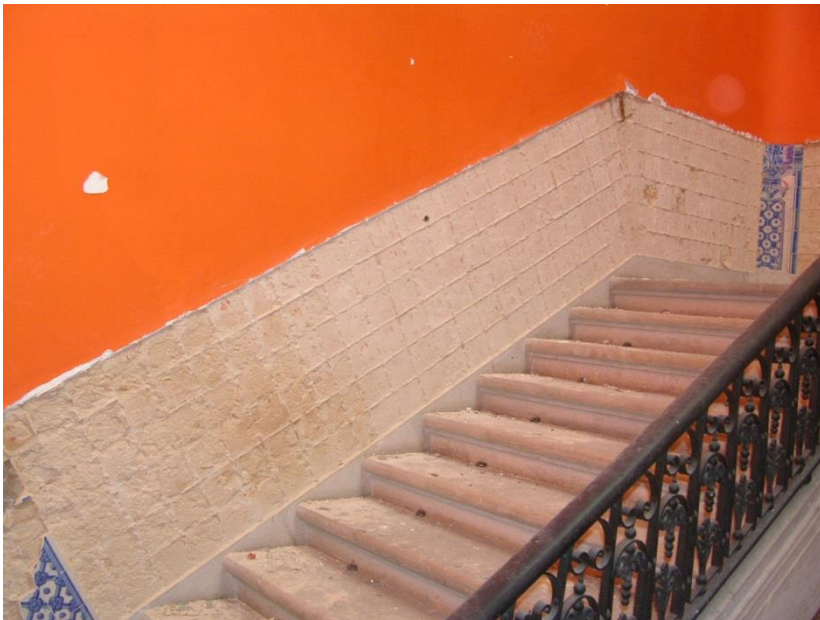
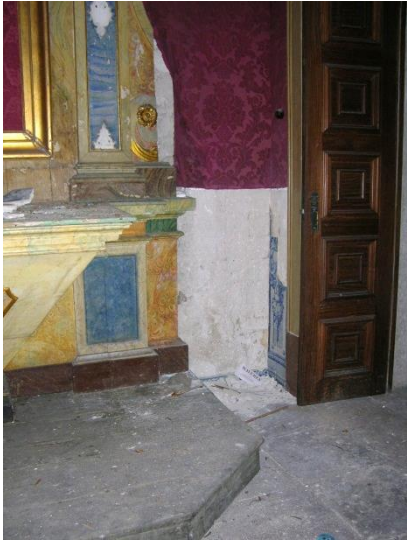




2008









CML



**Anexo III. Elementos de Apoio ao Estudo de Caso**



## Excerto do Livro "A Quinta de Diogo de Mendonça"

— 21 —

de Mendonça tivesse, sequer, pensado em atentar contra a vida de Sebastião José de Carvalho ter-lhe-ia sucedido o mesmo que sucedeu, anos depois, ao desgraçado João Baptista Pele que foi horripelmente esquartejado no areal da Junqueira.

A relativa moderação da pena indica que o crime não foi tão grave. Demais, passado algum tempo, El-Rei D. José, condoendo-se da situação do desterrado em Mazagão, mandou-lhe dar 5.000 cruzados por ano.

O mistério continua, pois, por desvendar.

Quando Diogo de Mendonça partiu para o desterro a casa da Junqueira ficou entregue á sua velha governante, Maria Caterina Josefa du Pressieux, a quem vulgarmente tratavam por *madama* e, tambem, por *mademoiselle*, ou *ama*.

Achando-se no desterro com necessidade de dinheiro, e tendo, talvez, perdido a esperança de recoperar a liberdade, Diogo de Mendonça arrendou o seu palácio da Junqueira, por escritura de 1 de Outubro de 1756, ao Cardeal Patriarca, D. José Manuel, vulgarmente designado por Patriarca Manuel, o qual por motivo do terremoto, não tinha ainda residencia condigna <sup>(1)</sup>. Existe um inventario dos moveis que ornavam, então, a casa e que foram compreendidos no arrendamento, feito por João Lefranc, homem de negocio, por ordem de Diogo de Mendonça, que o assinou, pelo qual se pode fazer ideia do luxo e grandeza com que este vivia.

A sala que ficava defronte da porta principal do pátio (átrio), era destinada aos criados de libré. Na escada de pedra havia um candieiro, com tres vidros grandes, de folha de Flandres, pintado de verde e dourado.

As parêdes das salas estavam forradas de magnificas sedas e chitas da India e de Italia, e algumas delas ornamentadas com muitas e delicadas peças de loiças boas da China, do Japão, e da Saxonia, tais como liões de loiça branca, pratos, canecas, jarras, pagódes, tigelas, chicaras, bules, garrafas, açucareiros, etc., estando cada peça colocada em sua prateleirazinha. Não faltavam lá cómodas, cadeiras, armários, bufetes e mesas de pau santo e de outras madeiras de fóra, e as talhas da China. Por cima da chaminé de uma das salas estava pendurado o retrato de Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado de D. João V, pai do dono da casa. Numa ante-camara deparava-se com uma comoda de bojo, nova, com embutidos de flores e com guarnições de bronze dourado.

---

<sup>(1)</sup> No dia 1 de Novembro de 1755 vivia no palácio do Marquês de Niza, a S. Roque, onde tambem tinha vivido o seu antecessor, D. Tomás de Almeida. Vid Pinho Leal: *Portugal Antigo e Moderno*, s. v. Lisboa; e Castilho: *Lisboa Antiga* — 2.ª ed. I, pag. 237-239. Em Abril de 1756, morava em Campolide.

No quarto de dormir, que tinha janela para a varanda, havia um leito de pau santo com embutidos de madeira de *Sebastião de Arruda* e de pitia amarelo, cuja armação, que constava de docel, cortinas, rodapés, e duas colchas, era de finíssima chita da Índia, não tendo as cortinas avesso por serem pintadas em ambas as faces <sup>(1)</sup>. As parêdes estavam forradas de chita da Índia, mas com lavores diferentes dos da cama.

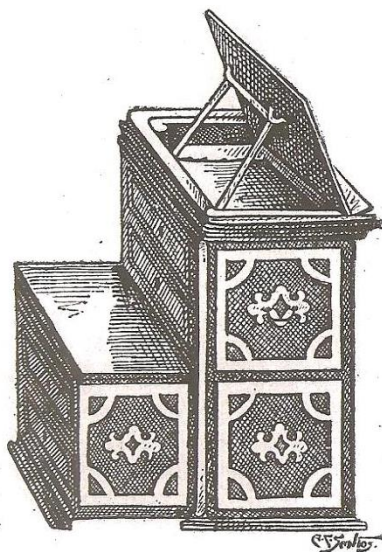
Havia no mesmo quarto de dormir mais os seguintes moveis: dois canapés; quatro cadeiras de braços; doze cortinas, umas de portas outras de janelas, de *pano rei*, postas em varões de ferro dourado; um *debuxo* de Vieira Lusitano, que representava o Padre Eterno, com moldura de pau santo e vidro na frente, novo e sem defeito algum (*e tem de altura dois palmos e tres quartos e de largura dois*); outro painel com N. S. da Conceição em meio corpo; uma imagem de Cristo, de marfim; duas banquinhas aos lados da cama, de pau santo, com embutidos de madeira de *Sebastião de Arruda*, tendo uma delas pedra de marmore branco e pardo, e a outra, quatro gavetas e uma estante em cima <sup>(2)</sup>; dois armários iguais de

(1) A' margem está a seguinte nota rubricada por Diogo de Mendonça: «*Dei a meu irmão esta cama e leitos.*»

(2) Pela Senhora D. Teodora Leonor Adelaide da Camara Coutinho, filha do poeta D. Gastão Fausto da Camara Coutinho, foi-me dado um lindo movel que pode muito bem ser esta segunda banquinha de pau santo, com embutidos de madeira de *Sebastião de Arruda*, com quatro gavetas e com uma estante em cima. É um movel de muito bonita apparencia, com elegantes proporções, pesado, e pequeno, pois tem de altura apenas 0<sup>m</sup>,74, de largura 0<sup>m</sup>,66 e de fundo 0<sup>m</sup>,40. Vid. a gravura junta.

Parece uma cômoda em ponto pequeno. Puxando-se pelas duas gavetas de baixo, ao mesmo tempo, transforma-se em degrau que antigamente servia para se subir para as camas altas. Não é, porém, só por a descrição do meu movel coincidir com a que vem no inventário que admito a possibilidade de êle ser o mesmo que Diogo de Mendonça tinha a um dos lados da cama. É porque êle pertenceu sucessivamente, que se saiba ao certo, à segunda sobrinha do primitivo dono, D. Maria Joana, filha de D. Maria Francisca, ao terceiro sobrinho, D. João Pedro da Camara, que foi governador civil de Lisboa em 1870, e por fim, à cunhada deste que foi quem mo deu.

Em tempos, este precioso movel andou por capoeiras de galinhas.



pau santo, pitiá, e *Sebastião de Arruda*, com pés de cabra tendo um deles dentro, um catre para cama; uma banquinha com pés de garras e bronze dourado, ovada, para nela se escrever, das mesmas madeiras dos armários, a qual se abria em duas partes, tendo uma delas tinteiro, areeiro, e caixa de obreias, tudo de prata, e a outra acomodação para papel e gaveta.

No quarto de banho havia uma tina de chumbo revestida de madeira (tanque de pau), pintada a fingir pedra, com duas torneiras (chaves), de bronze por onde corria agua para o banho. Por cima da tina estava embutido na parêde um prato de loiça, que tinha pintada, por um Rafael, uma batalha de Alexandre. Parte deste quarto estava forrada de chita azul.

Num gabinete do *quarto alto* achava-se assim instalada a livraria: nas parêdes, estantes de pau santo e pitiá amarelo, com guardapós de pano encarnado, tudo novo; nas duas portas, cortinas de *pano rei* com guarnições nas bordas; dispostos em vários sitios, quatro tamborettes com pregaria dourada, estofados e cobertos com couro amarelo, um bufete de ébano, que tinha cinco palmos e meio de comprimento e tres de largura, quatro pés torneados e tres gavetas, e uma escada de engonços para se subir ás estantes.

Em cima da chaminé de uma sala estava posta uma peça de loiça da Saxonia que representava um monte sobre o qual estava colocado o *Tempo*, com um menino, e que assentava numa base de bronze dourado. Aos lados havia duas serpentinas pequenas que representavam ramos de flores, cada um com seu pássaro, e cujos pés eram de bronze *lavrado e dourado, d'agoas novas*. Na mesma sala, alem de outras peças de loiça, havia *dois papagaios irmãos, sobre um monte com seus ramos, de loiça de S. Clou* (sic), *sem lezão*.

No quarto do interior, aonde *assistia a ama*, e aonde havia uma chaminé, notavam-se dois armarios de madeira do Brasil com rótulas de arame, uma mesa de pinho e outra de pau de bordo, cadeiras, tamborettes e ferros para a chaminé.

Na capela e sacristia viam-se bons paramentos.

No retábulo do altar estava colocado um «painel que he o principal por »sima do altar q.<sup>e</sup> representa a noncição da S.<sup>ra</sup> seu aotor Quillard tem »de altura 8 palmos e  $\frac{1}{4}$  e de largo 6 p.<sup>mos</sup>  $\frac{1}{4}$  com sua moldura dourada, »perfeito — 400\$000». Este quadro, que é lindo, como se pode ajuisar pela gravura que aqui se publica, ainda hoje se conserva no mesmo lugar. Nenhum outro objecto da casa obteve tão alta avaliação (1).

(1) Sobre o seu aotor, Quillard (Pedro Antonio), vid. Raczyński: *Dictionnaire Historico Artistique*, pag. 238 e *Les Arts en Portugal*, pag. 326; e Cyrillo Volkmar Machado: *Collecção de Memórias*, pag. 96.

»por cima do dito painel hum docel de damasco incarnado, com sua »franja e galão douro fino (100\$000),

»por cima do docel junto a tribuna huma image de Christo de marfim »que tem 3 p<sup>mos</sup>  $\frac{1}{4}$  de alto com resplendor e titulo e cravos de prata e os »ditos cravos com pedras de cristal encastoadas posta a dita image em huma »cruz de pau preto, com seus rematés dourados (100\$000)».

No lugar deste Cristo existe hoje um mau quadro a oleo com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Pelas parêdes da capela achavam-se pendurados vários quadrinhos com imagens de santos sendo uma delas a de S. Diogo. A um canto via-se uma cômoda de França com três gavetas guarnecidas de bronzes, folheada com nogueira, e com pedra de marmore em cima.

Nas parêdes da sacristia, além de um Cristo crucificado pintado em tela, havia um painel gótico, que representava a adoração dos Reis, pintado em madeira, e uma estampa grande que representava a elevação da Cruz.

Constava a mobilia da casa de jantar do seguinte: uma banca de talha dourada com quatro pés, e com pedra de marmore em cima; duas jarras de alabastro lavrado, com pedras falsas encastoadas, *servindo de remate a cada uma delas um menino tambem de alabastro tendo cada menino na mão uma cornucopia para se meter uma vela.* Cada jarra media 7 palmos e meio de altura e descansava sobre quatro garras de liões feitas de madeira pintada de ouro e branco; dois espelhos fixos; um aparador com suas meias portas de vidraça; *um aparador com seus armarios e gavetas que fazia meia volta para dentro com tres arcos e cada arco com sua cortina de pano rei com franja branca, e pintado a fingir pedras, avaliado em 100\$000 rs.; á mão esquerda do dito aparador uma casinha com prateleiras, com uma cortina de festão branco, e fechava-se o dito aparador com duas portas de vidro.* Em frente do primeiro aparador, havia uma gruta revestida com pedras, conchas, figuras de barro, e louças da India, e ornamentada com quatro mangas da China, coloridas de azul e ouro, as duas primeiras, e de azul, ouro, incarnado e amarelo as outras. No meio tinha uma talha azul e branca que servia de deposito da agua que se escoava para várias figuras, sendo umas delas dois meninos de alabastro, e ia depois cair numa bacia de marmore branco, com pés de pedra amarela e base de pedra preta. Resguardavam esta gruta duas portas com vidraça. Parece que esta gruta era obra de pouco gosto.

Na copa, *que fazia correspondencia a uma porta fingida da casa de mesa,* havia um armario, da largura do quarto, e prateleiras.

Na cosinha havia dois espetos para assar, uma mesa de quatro pés, de madeira do Brasil, e um armario da mesma madeira.

A casa tinha dois fornos de cozer pão, e um quarto para se amassar **ende** estavam guardadas duas talhas grandes para azeite.

Ornamentavam o jardim alguns vasos de chumbo e de pó de pedra, quatro talhas da China, azuis e brancas, com bocais de chumbo, duas *harpias* de pedra, e cinco vasos de loiça de Roão.

Os madeiramentos das parreiras eram de pau do Brasil. Nos póços havia nóras sendo uma delas, a que ficava *da parte de Lisboa por detrás da cascata, movida por um cão*.

Na casa das flores guardava-se uma bomba de incendio, com todos os seus pertences, que valia 100\$000 rs., e no pombal albergavam-se cem casais de pombos.

Num gabinete do rés do chão (quarto baixo), *da parte da barra* (S. W.), estavam pendurados nas parêdes muitos quadros que representavam: dois, vasos com flores; outros dois, aves; dois, flamengos, figuras; dois, de madeira, a madrugada e a noite; dois, de madeira, góticos, a Circuncisão e o Nascimento; dois, cestos com flores; dois, góticos, o Senhor no Portório de Pilatos, e a scena de se tirarem as vestiduras a Cristo para o pregarem na Cruz; dois, de papel recortado, com vidros na frente, Diana no banho e Diana descansando da caça; um, esmaltado, o Menino Jesus, Nossa Senhora, e Santa Ana; um, uma «*cabeça até ao peito*» a olhar para o ceu; um, gótico, de cobre, a adoração dos reis magos; um (lamina), miniatura, com vidro, uma penitente; um (lamina de pedra de ágata), Santa Maria Egipciaca e um anjo; um, meio corpo de um monje com a mão esquerda sobre uma caveira e a direita sobre um livro; um, dois cães; um, um homem com bigode, e barba crescida, vestido á tudésca; um, uma garrafa com flores; um, um flamengo e uma flamenga, com um papel de musica e um candieiro aceso; um, um vaso de flores; dois originaes de *Suson*, feitos em 1681, duas marinhas pintadas em madeira; um, «*lamina*», com vidro, de cobre, Nossa Senhora com o Menino tendo este um pé sobre uma peanha e a cabeça sobre o peito da Senhora; um, original de «*Du ME EOVES'E*» (sic), pintado, em vidro transparente, de modo que se viam as imagens por ambas as faces, Nossa Senhora e o Menino; um, original de «*F.<sup>co</sup> Varius*», de cobre, a Conceição da Senhora, tendo a imagem apenas meio corpo e o Menino nos braços; um, uma paisagem com rio, lavadeiras, pescadores, terraço, caçadores com cães, pastores, gados, uma arvore grande, e perspectiva de cidade (pintura antiga); dois, originaes de «*Lucas Jordano*», pintor napolitano, *conforme a atestação de F.<sup>co</sup> Vieira Lusitano*, o *sacrificio* (sic) de Abel e Caim, e o sacrificio de Abraão, tendo o primeiro tres figuras e o segundo seis.

Num quarto do primeiro andar estavam pendurados mais estes outros quadros, que representavam: dois, originaes de *Rosa*, duas águias, várias aves mortas, e cães de caça; seis, quadrados, tendo cada lado palmo e meio,

um holandês cachimbando, um holandês com um copo na mão, um holandês com uma vela, aquecendo-se a um braseiro, um velho apoiado a umas maletas, um polaco a empunhar um terçado, e um caçador com seu cão; três pratos de loiça pintados por um *Rafael* tendo todos êles, excepto um, escudos de armas, «*istorias da fabula*».

Numa escritura em que doou os seus bens ao hospital de Lisboa, a que adiante terei de me referir, feita em 16 de Fevereiro de 1764, declarou Diogo de Mendonça que no inventário que acabei de extrair não haviam sido incluídas, por esquecimento, ou descuido, as avaliações dos seguintes painéis que estavam no gabinete do *quarto baixo* (rés do chão), *da parte de Belem*, o qual tinha porta para a varanda e estava armado de verde: um, que representava a noite, feito por *DesRaque* (sic), mestre holandês; um outro, pequeno, com o retrato em meio corpo do Príncipe Mauricio, *original do famoso Mestre Wandique* (sic); um terceiro, maior do que o antecedente, que estava na *parêde da parte de Lisboa*, original de dois mestres romanos cujos nomes se achavam escritos nas costas do painel, sendo um dêles o autor da paisagem e o outro o das figuras: fora-lhe oferecido pelo Bispo do Porto, Fr. José de Evora, quando viera de Roma; tres painéis com flores, originaes de *Baptista, mestre francês* que não pintava senão flôres; dois, com aves, de um mestre holandês; e mais outros dois que representavam gente do campo a comer e a jogar, também de mestre holandês.

O valor total dos moveis descritos no inventário era de 8.073\$400 réis.

Morto o Patriarca, em 1758, Diogo de Mendonça, condoído da situação do irmão, que desde que sucedera o terremoto estava vivendo mal acomodado em barracas na quinta que tinha em Bemfica, ofereceu-lhe a sua quinta na Junqueira para êle ir nela viver com a familia. Aceite o oferecimento logo se instalaram na casa D. João Pedro de Mendonça Corte Real, sua mulher, D. Domingas de Saldanha, e sua filha unica D. Maria Francisca, que então deveria ter cerca de 11.anos de idade, mas que, apesar disso, passado pouco tempo, teve o seu casamento ajustado com um primo, Luis de Vasconcelos e Sousa, filho dos Condes de Castelo Melhor.

Para se assegurar a realização deste casamento e o futuro bem-estar dos noivos, visto D. João Pedro de Mendonça ser muito gastador e possuir poucos bens, tornava-se indispensavel alcançar outros bens para D. Maria Francisca. Assim pensou D. Domingas de Saldanha e, devido ás suas *excessivas e importunas instancias*, Diogo de Mendonça (1) prometeu que havia de doar a sua sobrinha todos os seus bens, reservando para si apenas os

---

(1) Ele próprio assim o disse numa carta.

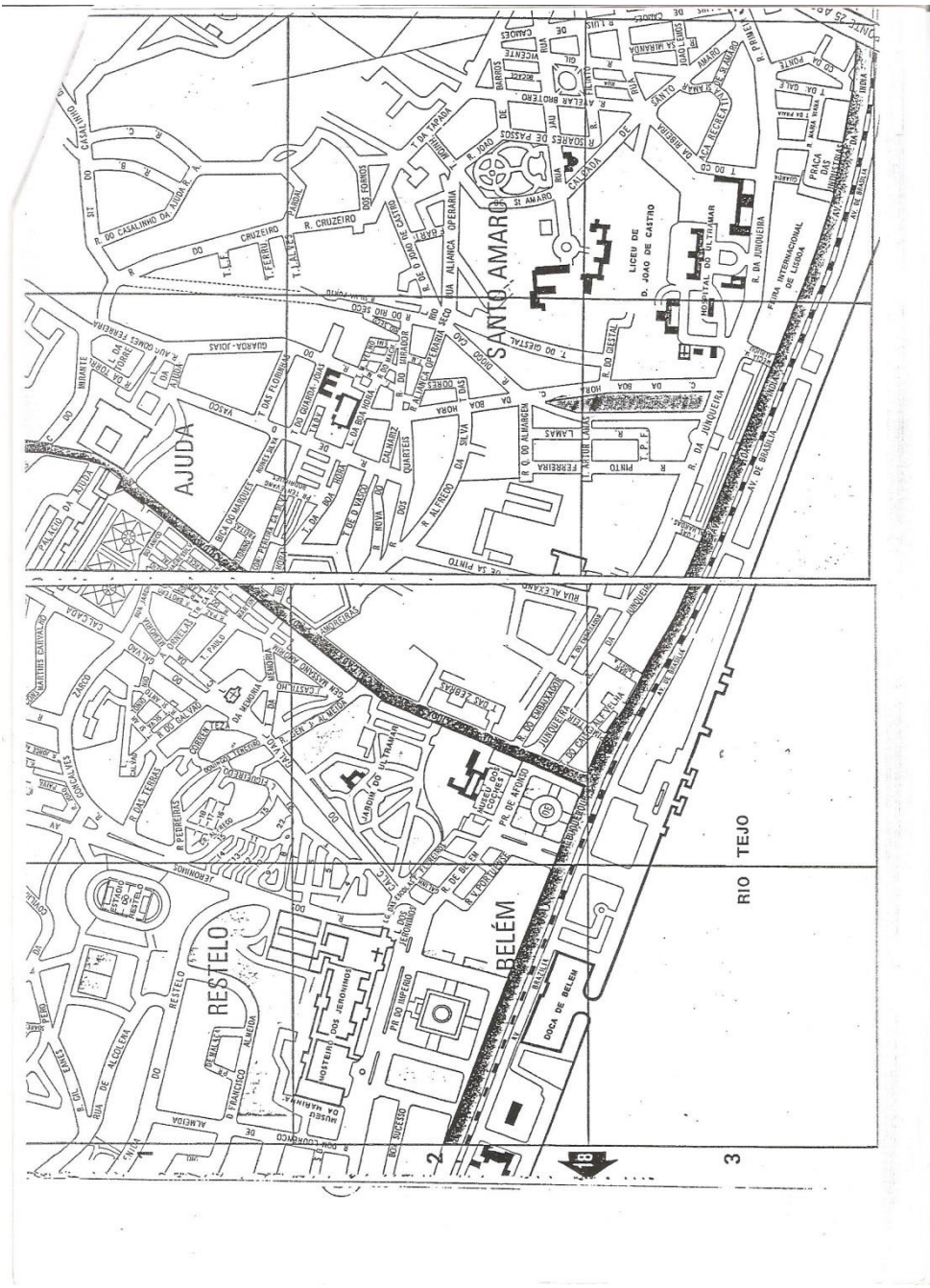
**Ficha Descritiva da Propriedade**

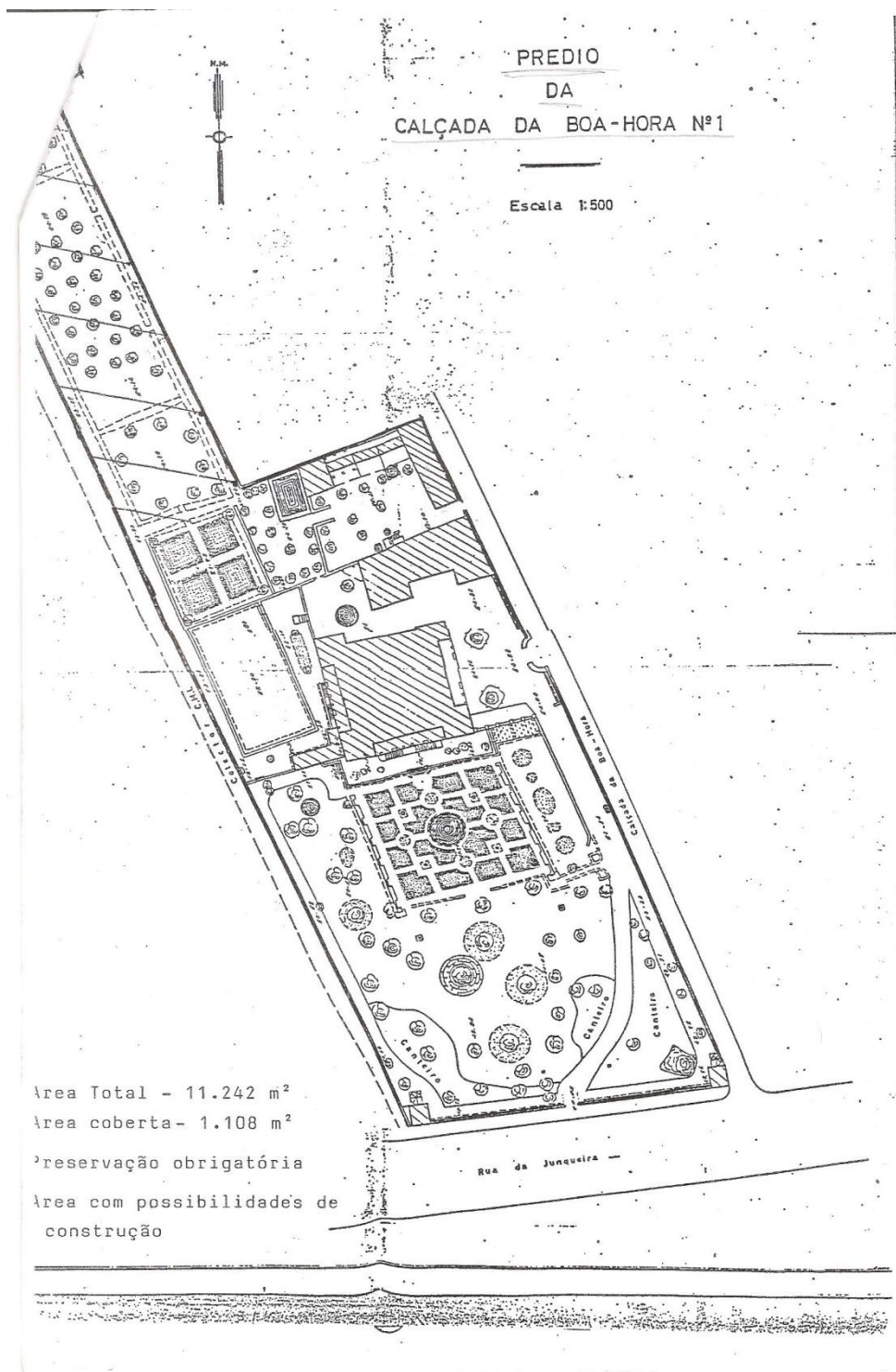


PALÁCIO DA JUNQUEIRA  
CALÇADA DA BOA-HORA, 1

## PALÁCIO DA JUNQUEIRA

- LOCALIZAÇÃO:** Calçada da Boa\_Hora nº 1, junto à Rua da Junqueira, em Lisboa.  
A 100 metros da F.I.L.
- ÁREAS:** A área total do imóvel é de 11.242 m<sup>2</sup> incluindo 1.108 m<sup>2</sup> de construção.
- ESPECIFICAÇÃO:** Palacete estilo francês, século XVIII.
- OBSERVAÇÕES:** O imóvel pode ser dividido em duas zonas distintas:
- ZONA A - Palácio e seus anexos, bem como jardins envolventes. Trata-se de uma zona, naturalmente, a preservar, tanto pela sua beleza, como pela riqueza da construção. Os interiores do palacete poderão sofrer alterações, desde que salvaguardando a traça antiga. Relativamente aos anexos, existe a possibilidade de serem totalmente remodelados.
- ZONA B - Trata-se de um lote de terreno, a norte do conjunto, formando um rectângulo com aproximadamente 3.000 m<sup>2</sup>, com possibilidades de construção de uma zona residencial. Deste nível, disfruta-se bonita vista sobre o rio.
- PREÇO:** Esc. 1.200.000.000\$00, correspondendo a cerca de 107 c./m<sup>2</sup>. É de notar que os valores para o mês de agosto, segundo o Índice "Confidencial Imobiliário", se situam, nesta zona, entre 100 e 120 c./m<sup>2</sup>.





Ficha fornecida pelo Sr. José Santos, da Sociedade Agrícola da Alorna

## **Ficha – SIPA**

Palácio da Quinta das Águias / Quinta de Diogo de Mendonça / Quinta do Visconde da Junqueira / Quinta do Professor Lopo de Carvalho / Quinta dos Corte-Real

IPA.00004072

Portugal, Lisboa, Lisboa, Alcântara

Arquitectura residencial, setecentista.

### **CATEGORIA**

Monumento

### **DESCRIÇÃO**

De planta regular, organiza-se planimetricamente dentro de quadrilátero desenvolvendo-se através de um conjunto de volumes de três pisos que se articulam entre si com cobertura de duas águas, realçado nos cantos por torreões salientes de secção quadrada cujas coberturas, de telha vidrada com beirais salientes, em tronco de pirâmide com mansardas são sobrepostas por pirâmides de maior abertura. Na fachada leste, composta por dois andares e uma mansarda, a reentrância provocada pelo avanço dos torreões deu lugar a um alpendre que se divide em três zonas: as laterais, em que a arquitrave recta forma varandas no andar superior com balaustrada de cantaria; e a central correspondente à zona do alpendre em que a arquitrave, em curva, acompanha a elevação da entrada nobre, de arco de volta redonda com frontão triangular sobre pilastras. No piso térreo, abrem-se três vãos e é visível um lambril de azulejos do tipo navio e flor. O primeiro piso com varanda delimitada por balaustrada, abrem-se cinco vãos de sacada com arco abatido. Do telhado de duas águas que cobre o corpo central, elevam-se três trapeiras. Esta lógica de fachada repete-se um pouco pelas restantes. A fachada Sul, com carácter de excepção, apresenta três pisos, está virada para o jardim e também aqui o recuo do corpo central da lugar a uma galeria sobre o qual decorre uma varanda com balaustrada, que serve o andar superior. Sob esta varanda abrem-se vãos separados por pilares de secção quadrada. O acesso ao jardim faz-se através de uma escadaria de lanços divergentes paralelos ao plano de parede que terminam num extenso terraço limitado por balaustrada. INTERIOR: há a destacar o átrio - com pavimento de mármore e tecto de estuque, apresenta no muro de fundo uma porta de ferro forjado (Vasco Regaleira, Fábrica Granja, séc. 20) e emolduramento de cantaria; a escadaria - com um 1º lanço que se desdobra em 2 no patamar médio, o qual possui tecto de estuque abaulado, com clarabóia e lanternim, e ostenta revestimento azulejar nos muros (séc. 20); a Sala de Entrada - com tecto de estuque, levemente relevado, e uma porta de serralharia artística (Vasco Regaleira) e emolduramento de cantaria ; a Sala de Jantar e Sala de Estar - ambas com tectos de estuque; Capela - de pequenas dimensões, com galeria superior limitada por balaustrada de madeira e silhares de azulejos setecentistas - do tipo rótulos e pendurados, com figuras episódicas e pilastras nas bordaduras laterais. A sanca apresenta pintura ornamental policroma (grinaldas e cartelas com versículos dos salmos). O denominado jardim grande, fronteiro ao alçado S., apresenta traçado setecentista com muretes de azulejos (cenas de caça), bustos de mármore e espécies vegetais notáveis.

### **ACESSOS**

Rua da Junqueira, n.º 138 / Calçada da Boa Hora, n.º 3 - 5 e 29

### **PROTECÇÃO**

IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 2/96, DR, 1.ª série-B, n.º 56 de 06 março 1996 \*1 / Incluído na Zona Especial de Protecção conjunta da Capela de Santo Amaro (v. IPA.00006224), Palácio Burnay (v. IPA.00006535), Salão Pompeia (v. IPA.00006536) e Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha (v. IPA.00006221) / Parcialmente incluído na Zona de

Proteção da Cordoaria Nacional (v. IPA.00003181) / Parcialmente incluído na Zona de Proteção do Palacete Polignac de Barros (IPA.00025572)

#### **GRAU**

2 - imóvel ou conjunto com valor tipológico, estilístico ou histórico ou que se singulariza na massa edificada, cujos elementos estruturais e características de qualidade arquitectónica ou significado histórico deverão ser preservadas. Incluem-se neste grupo, com excepções, os objectos edificados classificados como Imóvel de Interesse Público.

#### **ENQUADRAMENTO**

Edificado numa antiga zona de ocupação de cariz aristocrático em que a sucessão de casas nobres de recreio ao estilo barroco, o Palácio das Águias, com a sua quinta e jardins, constitui um comprido e estreito rectângulo afinilado a Norte. Hoje integrado no plano urbano definido pela Rua da Junqueira, é confinado, a Sul, pela Rua da Junqueira, a Nascente e a Norte pela Travessa da Boa-Hora, e a Poente pelo Rio seco. Situa-se nas proximidades do Palácio do Ega do Edifício da Fabrica Nacional de Cordoaria (v. PT031106320175) e do Chafariz da Junqueira (v. PT031106320373).

#### **DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR**

Porta guarnecida a cantaria e enriquecida por portal de ferragem portuguesa da autoria de Vasco Regaleira, rematado pela águia heráldica dos Sampaio (Átrio). Tecto de estuque branco dividido em doze quadrelas geométricas, cavadas, sobrepostas com relevo de estuque no estilo Luis XVI (Sala de Jantar). Pintura atribuída ao pintor francês Pierre - Antoine Quillard (Capela).

#### **UTILIZAÇÃO INICIAL**

Residencial: palácio / Agrícola: quinta com exploração agrícola

#### **UTILIZAÇÃO ACTUAL**

Devoluto

#### **PROPRIEDADE**

Privada: pessoa colectiva

#### **AFECTAÇÃO**

Sem

afecção

#### **ÉPOCA CONSTRUÇÃO**

Séc. 18 / 19

#### **ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR**

ARQUITECTO: Fortunato Lodi. ENGENHEIRO: Carlos Mardel (atr.).

#### **CRONOLOGIA**

1731 - Diogo Mendonça Corte Real (filho legitimado do estadista homónimo, secretário de Estado de D. João V) adquire a casa - talvez o núcleo primitivo da actual edificação - construída em 1713 pelo licenciado Manuel Lopes Bicudo na parte S. da propriedade que aforara e era, até então, parte integrante do domínio dos Saldanha e Albuquerque; c. 1735 / 1755 - Diogo Mendonça Corte Real terá feito significativas obras na casa e terá também sido o responsável pelo jardim que existe entre o palácio e a rua da Junqueira, com seus bancos e muretes de revestimento azulejar azul e branco da 1ª metade de Setecentos; 1758 - falecimento no palácio da quinta do cardeal patriarca de Lisboa D. José Manuel da Câmara, a quem a propriedade se encontrava arrendada; 1758 - D. João Pedro Mendonça, meio-irmão do proprietário, passa a residir na quinta; 1771 - falecimento de Diogo Mendonça Corte Real iniciando a quinta um longo período de decadência e degradação; 1838 - resolução judicial do litígio relativo à herança de Diogo Mendonça Corte-Real ficando a quinta na posse da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; 1841 - a propriedade é adquirida por José Dias Leite de Sampaio, contratador de tabaco e de sabões, que se torna o 1º barão e depois 1º visconde da Junqueira. Registam-se então modificações na propriedade da responsabilidade

do Arquitecto Fortunato Lodi, amigo do proprietário; 1913 - morte da condessa da Junqueira, D. Emília Angélica Monteiro Sampaio, filha e única herdeira do visconde, passando a quinta por nova fase de decadência e degradação; 1933 - a quinta, sendo propriedade do Dr. Fausto Lopo de Carvalho, regista significativas obras, sobretudo no interior do palácio; 1937 - estariam concluídas as obras; 1999 - a casa encontra-se fechada há 10 anos e em processo de degradação devido ao abandono, por motivo de partilhas; 20 Maio - elaboração da Carta de Risco do imóvel pela DGEMN.

#### **CARACTERÍSTICAS PARTICULARES**

##### **DADOS TÉCNICOS**

Paredes autoportantes

##### **MATERIAIS**

Alvenaria, cantaria de calcário, ferro fundido e forjado, azulejos, reboco pintado, mármore, estuque pintado, madeira.

##### **BIBLIOGRAFIA**

LAMAS, Arthur, A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira, Lisboa, 1924; ARAÚJO, Norberto de, Inventário de Lisboa, Fasc. 8, Lisboa, 1950; VIDAL, Frederico Gavazzo Perry, Os Velhos Palácios da Rua da Junqueira, in Olisipo, Ano XVIII, Nº 70, Abril 1955 e Ano XVIII, Nº 71, Julho 1955; ATAÍDE, M. Maia, (coord. de), Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Lisboa - Tomo III, Lisboa, 1988; GONÇALVES, José Manuel, Palácio das Águias, in Casa e Jardim, Lisboa, Setembro 1990

##### **DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA**

##### **DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA**

IHRU: DGEMN/DSID, Carta de Risco

##### **DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA**

IHRU: DGEMN/DSID, Carta de Risco; CML: Arquivo de Obras, Proc. Nº 2506; IGESPAR: IPPAR: Proc. Nº 89/3 (113)

##### **INTERVENÇÃO REALIZADA**

PROPRIETÁRIO: 1914 - pequenas alterações em dependências anexas; 1927 - obras de manutenção geral; 1934 - obras de alteração do edifício principal, nomeadamente: construção de varanda fechada no alçado O., segundo projecto dos arquitectos Vasco Regaleira (m. 1968) e Jorge Segurado (1898 - 1990); 1940 - obras gerais de manutenção; 1947 - alterações várias nas dependências anexas, ampliações.

##### **OBSERVAÇÕES**

\*1 - DOF: Quinta das Águias, também denominada Quinta de Diogo de Mendonça, Quinta do Visconde da Junqueira, Quinta do Prof. Lopo de Carvalho ou Quinta dos Côrte-Real.

##### **AUTOR E DATA**

Teresa Vale e Carlos Gomes 1993

##### **ACTUALIZAÇÃO**

João Marques e Ricardo Porfírio 2003

## Ficha - IGESPAR

Quinta das Águias, também denominada «Quinta de Diogo de Mendonça», «Quinta do Visconde da Junqueira», «Quinta do Prof. Lopo de Carvalho» ou «Quinta dos Côrte-Real» - detalhe

### Designação

Designação: Quinta das Águias, também denominada «Quinta de Diogo de Mendonça», «Quinta do Visconde da Junqueira», «Quinta do Prof. Lopo de Carvalho» ou «Quinta dos Côrte-Real»

Outras Designações: Quinta do Professor Lopo de Carvalho, Palácio da Quinta das Águias

Categoria / Tipologia: Arquitectura Civil / Quinta

Divisão Administrativa: Lisboa / Lisboa / Alcântara

Endereço / Local: Rua da Junqueira, Lisboa; Calçada da Boa Hora, Lisboa

### Protecção

Situação Actual: Classificado

Categoria de Protecção: Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

Cronologia: Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996 (ver Decreto)

ZEP-

Zona "non aedificandi"-

Abrangido em ZEP ou ZP: Não

Abrangido por outra classificação: Não

Património Mundial-

### Descrições

Nota Histórico - Artística

Em 1731 D. Diogo de Mendonça Corte-Real obtém os direitos sobre a propriedade que mais tarde viria a ser conhecida como Quinta das Águias, mas aqui habitou pouco tempo, dado ter sido degredado para Mazagão por ordem régia e depois, já regressado, ter rumado ao Convento de São Bernardino de Peniche. Datam desse período as construções essenciais - palácio, jardins e capela -. Nas décadas seguintes a Quinta teve vários proprietários e só em 1841 passou para a posse de José Dias Leite Sampaio, Visconde da Junqueira. Já no século XX toda a quinta ficou na posse do Dr. Fausto Lopo Patrício de Carvalho que então empreendeu profundas reformas com o contributo dos Arquitectos Vasco Regaleira e Jorge Segurado, de que se destaca a varanda no alçado Oeste.

## **Cronologia**

**1713** – Manuel Lopes Bicudo, advogado da Suplicação, adquiriu o terreno de João Saldanha, para construir uma quinta, para ele e a mulher viverem.

**1731** – D. Diogo de Mendonça Corte Real adquire a quinta.

**1751** – Diogo Mendonça adquire o terreno da Quinta da Eira ou Quinta da Rosa; Restauro e Ampliação do primitivo Palácio, entregue a Carlos Mardel ?

**1756** – 31 Agosto, Deportado para o Mazagão. A quinta fica entregue à governanta Maria Catarina Josefa du Pressieux. A casa é arrendada ao Cardeal Patriarca, D. José Manuel que perdeu residência no terramoto de 1755.

**1758** – Por morte do patriarca a quinta é habitada pelo meio-irmão de Diogo, D. João Pedro de Mendonça Corte Real, sua mulher e filha. João é enviado para Angola, e a quinta fica a favor dos doentes do Hospital de Todos os Santos, por vontade de Diogo.

**1771** – Morte de Diogo de Mendonça, deixa a Quinta ao Hospital e Todos os Santos, administrado pela Santa Casa Misericórdia.

**1764 a 1837** – Decorre uma demanda entre Santa Casa e o irmão de Diogo de Mendonça, que se mantém, apos a morte deste pelos seus descendentes. O Palácio começa a entrar em decadência nesta altura, quando se resolve o problema a favor da Santa Casa, estes não possuem meios para restaurar a quinta.

**1838** – Propriedade hasteada em leilão.

**1841** – A quinta é comprada por José Dias Leite Sampaio, dono da quinta da Alorna em Almeirim. Vive na quinta até 1878. Tendo deixado a quinta à filha, que morre em 1913, e deixa esta para seis primos, que constituem, em 1915, a Sociedade Agrícola da Alorna.

**1841** – Intervenções no gradeamento e construção dos pavilhões nos extremos deste, são também colocadas as Águias no portão com a letra "S" no peito, pelo Arg. Fortunato Lodi a mando de Sampaio.

**1914** – A quinta é arrendada a José Morales de Los Rios.

**1918** – Manuel Carocha, membro da Sociedade Agrícola da Alorna, adquire cotas da quinta.

**1933** – Cede as cotas ao genro Dr. Fausto Lopo de Carvalho e à filha Maria Carocha Lopo de Carvalho.

**1934** – Obras de alteração por Vasco Regaleira e Jorge Segurado, alteração de fachada poente, reconstrução do jardim e pomares.

**1940** – Obras de manutenção.

**1947** – Obras de alteração e ampliação dos edifícios anexos ao palácio.

**1989** – O Palácio fica desabitado por motivo de partilhas.

**1999** – 20 de Maio, elaboração da Carta de Risco do imóvel pela DGEMN.

**2001** – Alterações nos anexos, sem licenciamento. Demolição dos interiores e arranjos nas fachadas.

**2002** – Aquisição da Quinta pela Sociedade de Administração Imobiliária Palácio das Águias. (Actual Proprietário).

da norma violada, dentro dos seguintes prazos, a contar da decisão condenatória definitiva:

- a) No caso de violação do n.º 2 do artigo 13.º o prazo é de 60 dias;
- b) No caso de violação do n.º 3 do artigo 13.º o prazo é de 30 dias;
- c) No caso de violação dos n.ºs 1.3, 1.4 e 1.6 do anexo I o prazo é de 180 dias;
- d) No caso de violação do n.º 1.5 do anexo I o prazo é de 90 dias;
- e) No caso de violação dos n.ºs 1.3, 1.4 e 1.6 do anexo II o prazo é de 180 dias;
- f) No caso de violação do n.º 1.5 do anexo II o prazo é de 120 dias;
- g) No caso de violação dos n.ºs 1.2 e 1.3 do anexo III o prazo é de 180 dias;
- h) No caso de violação do n.º 1.4 do anexo III o prazo é de 120 dias;
- i) No caso de violação dos n.ºs 1.3, 1.4 e 1.5 do anexo IV o prazo é de 180 dias;
- j) No caso de violação dos n.ºs 1.3 e 1.4 do anexo V o prazo é de 180 dias.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 48.º

Estabelecimentos hoteleiros existentes

1 — Os estabelecimentos hoteleiros existentes à data da entrada em vigor do presente diploma devem satisfazer os requisitos nele previstos para a respectiva categoria, devendo as suas entidades exploradoras proceder à realização das obras e à instalação dos equipamentos necessários para esse efeito no prazo de dois anos a contar daquela data.

2 — A requerimento dos interessados, a Direcção-Geral do Turismo pode reconhecer que a realização de algumas das obras referidas no número anterior se revela materialmente impossível ou excessivamente onerosa, para efeitos da sua dispensa.

3 — O não cumprimento do disposto no n.º 1 implica a revisão da classificação do estabelecimento para a categoria correspondente, salvo quando se verificar que o estabelecimento não reúne os requisitos mínimos para poder ser classificado em qualquer grupo e categoria, caso em que deve ser determinado o seu encerramento e apreendido o respectivo alvará.

Artigo 49.º

Hotéis de luxo

1 — Os hotéis que à data da entrada em vigor do presente diploma estejam classificados como hotéis de

luxo consideram-se classificados, independentemente de quaisquer formalidades, na categoria de 5 estrelas.

2 — As entidades exploradoras dos hotéis referidos no número anterior devem, no prazo de seis meses a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, alterar a placa identificativa da respectiva classificação, bem como a documentação utilizada em toda a actividade externa, designadamente na publicidade e na correspondência.

Artigo 50.º

Pensões

As pensões que à data da entrada em vigor do presente diploma estejam classificadas como pensões de 4, 3 e 2 estrelas consideram-se classificadas, independentemente de quaisquer formalidades, como pensões de 1.ª, 2.ª e 3.ª, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 51.º

Hospedarias ou casas de hóspedes

Os estabelecimentos hoteleiros que à data da entrada em vigor do presente diploma estejam classificados como hospedarias ou casas de hóspedes podem requerer à Direcção-Geral do Turismo a reclassificação dos mesmos como pensões de 3.ª, desde que preencham os requisitos deste grupo e categoria previstos no presente diploma.

Artigo 52.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediatamente a seguir à sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 15 de Maio de 1997.

*António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino — Mário Fernando de Campos Pinto — Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Alberto Bernardes Costa — Augusto Carlos Serra Ventura Mateus — Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina — Manuel Maria Ferreira Carrilho.*

Promulgado em 4 de Setembro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 10 de Setembro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ANEXO I

Tabela que estabelece os requisitos mínimos das instalações e de funcionamento dos hotéis

	5 estrelas	4 estrelas	3 estrelas	2 estrelas	1 estrela
<b>1 — Elementos caracterizadores do edifício, das instalações, equipamentos, mobiliário e serviços</b>					
1 — Os hotéis devem:					
1.1 — Situar-se em local adequado à sua categoria .....	S	S	S	S	S
1.2 — Dispor de instalações, equipamento, mobiliário e serviços .....	(1) S	(2) S	(3) S	(4) S	(5) S

	5 estrelas	4 estrelas	3 estrelas	2 estrelas	1 estrela
1.3 — Poder ocupar apenas parte independente de um edifício, constituída por pisos completos e contíguos .....	S	S	S	S	S
1.4 — Possuir, no mínimo, 10 unidades de alojamento .....	S	S	S	S	S
1.5 — Dispor de acessos próprios e directos aos pisos ocupados pelo estabelecimento para uso exclusivo dos seus utentes .....	S	S	S	S	S
1.6 — Dispor de <i>suites</i> em número correspondente a pelo menos 5% das suas unidades de alojamento .....	S	N	N	N	N
<b>2 — Infra-estruturas</b>					
2.1 — Infra-estruturas básicas:					
2.1.1 — Água corrente quente e fria .....	S	S	S	S	S
2.1.2 — Reservatórios de água <sup>(6)</sup> .....	S	S	S	N	N
2.1.3 — Sistema de iluminação de segurança <sup>(7)</sup> .....	S	S	S	S	S
2.1.4 — Telefone ligado à rede exterior .....	S	S	S	S	S
2.1.5 — Sistema de armazenagem de lixos <sup>(8)</sup> .....	S	S	N	N	N
2.2 — Sistemas de climatização <sup>(9)</sup> <sup>(10)</sup> <sup>(11)</sup> :					
2.2.1 — Ar condicionado quente e frio nas zonas de utilização comum <sup>(12)</sup> .....	S	S	S	N	N
2.2.2 — Ar condicionado quente e frio nas unidades de alojamento <sup>(12)</sup> .....	S	S	N	N	N
2.2.3 — Aquecimento e ventilação nas zonas de utilização comum .....	-	-	-	S	S
2.2.4 — Aquecimento e ventilação nas unidades de alojamento .....	-	-	S	S	S
<b>3 — Unidades de alojamento</b>					
3.1 — Áreas (metros quadrados) <sup>(13)</sup> :					
3.1.1 — Quartos com uma cama individual <sup>(14)</sup> .....	12	10	9	8	7
3.1.2 — Quartos com duas camas individuais ou uma cama de casal <sup>(14)</sup> .....	17	15	14	11	9
3.1.3 — Quartos com três camas individuais .....	22	20	18	15	14
3.1.4 — Salas privadas dos quartos e das <i>suites</i> <sup>(15)</sup> <sup>(16)</sup> .....	12	10	9	8	7
3.2 — Instalações sanitárias privativas <sup>(17)</sup> <sup>(18)</sup> :					
3.2.1 — Água corrente quente e fria .....	S	S	S	S	S
3.2.2 — Casas de banho simples <sup>(19)</sup> .....	-	-	S	S	S
3.2.3 — Casas de banho completas <sup>(20)</sup> .....	100%	100%	30%	10%	N
3.2.4 — Casas de banho simples (área em metros quadrados) .....	-	-	2,75	2,50	2,50
3.2.5 — Casas de banho completas (área em metros quadrados) .....	5,50	4,50	4	3,50	3,50
3.3 — Equipamento dos quartos e dos quartos de dormir:					
3.3.1 — Mesas de cabeceira ou soluções de apoio equivalentes .....	S	S	S	S	S
3.3.2 — Luzes de cabeceira <sup>(21)</sup> .....	S	S	S	S	S
3.3.3 — Campanha de chamada de pessoal de serviço <sup>(22)</sup> .....	S	S	S	S	S
3.3.4 — Roupeiro com espelho <sup>(23)</sup> .....	S	S	S	S	S
3.3.5 — Cadeira ou sofá .....	S	S	S	S	S
3.3.6 — Telefone com acesso à rede exterior através da recepção .....	S	S	S	S	S
3.3.7 — Telefone com acesso directo à rede exterior .....	S	S	N	N	N
3.3.8 — Rádio <sup>(24)</sup> .....	S	S	S	S	S
3.3.9 — Televisor <sup>(25)</sup> .....	S	S	N	N	N
3.3.10 — Tomadas de electricidade .....	S	S	S	S	S
3.3.11 — Sistema de ocultação da luz exterior .....	S	S	S	S	S
3.3.12 — Sistema de segurança nas portas .....	S	S	S	S	S
3.4 — Equipamento das salas privadas das <i>suites</i> :					
3.4.1 — Telefone com acesso à rede exterior através da portaria .....	S	S	S	S	S
3.4.2 — Telefone com acesso directo à rede exterior .....	S	S	N	N	N
3.4.3 — Cadeiras ou sofás .....	S	S	S	S	S
3.4.4 — Mesa .....	S	S	S	S	S
3.4.5 — Rádio <sup>(24)</sup> .....	S	S	N	N	N
3.4.6 — Televisor .....	S	N	N	N	N
3.4.7 — Tomadas de electricidade .....	S	S	S	S	S
<b>4 — Zonas de utilização comum</b>					
4.1 — Átrio de entrada <sup>(26)</sup> <sup>(27)</sup> <sup>(28)</sup> <sup>(29)</sup> :					
4.1.1 — Área (metros quadrados) .....	<sup>(30)</sup> 30	<sup>(31)</sup> 25	<sup>(32)</sup> 20	<sup>(33)</sup> 15	<sup>(34)</sup> 15
4.1.2 — Recepção/portaria .....	S	S	S	S	S
4.1.3 — Zona de estar .....	S	S	S	S	S
4.2 — Zonas acessórias:					
4.2.1 — Sala ou salas de refeições ou restaurante <sup>(35)</sup> <sup>(36)</sup> .....	S	S	S	S	S
4.2.2 — Capacidade mínima (percentagem do número de unidades de alojamento) .....	50	40	30	25	20
4.2.3 — Área mínima por lugar (metros quadrados) .....	1,50	1,50	1,25	1,25	1,25
4.2.4 — Bar com sala privativa .....	S	N	N	N	N
4.2.5 — Bar em zona de estar <sup>(37)</sup> .....	S	S	S	S	N
4.2.6 — Bengaleiro .....	S	S	S	S	S
4.2.7 — Cabinas telefónicas privativas do hotel .....	S	S	S	S	S
4.2.8 — Tabacaria .....	S	N	N	N	N
4.3 — Instalações sanitárias comuns <sup>(38)</sup> :					
4.3.1 — Com separação por sexos .....	S	S	S	S	S
4.3.2 — Água corrente fria .....	S	S	S	S	S
4.3.3 — Água corrente quente .....	S	S	S	N	N
4.3.4 — Retretes <sup>(39)</sup> e lavatórios com espelho .....	S	S	S	S	S

	5 estrelas	4 estrelas	3 estrelas	2 estrelas	1 estrela
<b>5 — Zonas de serviço</b>					
5.1 — Dependências gerais <sup>(40)</sup> <sup>(41)</sup> :					
5.1.1 — Coluna de serviço <sup>(42)</sup> .....	S	S	S	S	S
5.1.2 — Cozinha <sup>(43)</sup> .....	S	S	S	S	S
5.1.3 — Copa de cozinha .....	S	S	S	S	S
5.1.4 — Instalações frigoríficas .....	S	S	S	S	S
5.1.5 — Zona de armazenagem .....	S	S	S	S	S
5.1.6 — Depósito de bagagens <sup>(44)</sup> .....	S	S	N	N	N
5.1.7 — Rouparia .....	S	S	S	S	S
5.1.8 — Garagem ou parque de estacionamento <sup>(45)</sup> .....	S	S	S	S	S
5.2 — Dependências para o pessoal:					
5.2.1 — Vestiários com separação por sexos .....	S	S	S	S	<sup>(46)</sup> S
5.2.2 — Instalações sanitárias com separações por sexos <sup>(47)</sup> <sup>(48)</sup> .....	S	S	S	S	<sup>(46)</sup> S
5.2.3 — Sala de refeições <sup>(49)</sup> .....	S	S	S	S	S
<b>6 — Acessos</b>					
6.1 — Entradas:					
6.1.1 — Entrada de serviço distinta da entrada para os utentes .....	S	S	S	N	N
6.1.2 — Acesso próprio e directo aos pisos ocupados pelo estabelecimento para uso exclusivo dos seus utentes .....	S	S	S	S	S
6.2 — Escadas <sup>(50)</sup> :					
6.2.1 — Escada geral para os utentes .....	S	S	S	S	S
6.2.2 — Escadas de serviço .....	S	S	S	S	S
6.3 — Ascensores e monta-cargas <sup>(51)</sup> :					
6.3.1 — Desde que o estabelecimento tenha dois pisos, incluindo o rés-do-chão .....	S	N	N	N	N
6.3.2 — Desde que o estabelecimento tenha três pisos, incluindo o rés-do-chão .....	S	S	S	N	N
6.3.3 — Desde que o estabelecimento tenha mais de três pisos, incluindo o rés-do-chão .....	S	S	S	S	S
6.3.4 — Desde que o estabelecimento esteja instalado em pisos superiores ao segundo, incluindo o rés-do-chão <sup>(52)</sup> .....	-	S	S	S	S
<b>7 — Serviços</b>					
7.1 — Serviços:					
7.1.1 — Serviço permanente de recepção/portaria .....	<sup>(53)</sup> S	<sup>(54)</sup> S	<sup>(54)</sup> S	<sup>(54)</sup> S	N
7.1.2 — Serviço de pequenos-almoços na sala de refeições <sup>(55)</sup> .....	S	S	S	S	S
7.1.3 — Serviço de pequenos-almoços nas unidades de alojamento <sup>(56)</sup> .....	S	S	S	N	N
7.1.4 — Serviço de refeições <sup>(57)</sup> <sup>(58)</sup> .....	<sup>(59)</sup> S	<sup>(59)</sup> S	S	S	S
7.1.5 — Serviço de bar .....	S	S	S	S	N
7.1.6 — Serviço de refeições e de bar nas unidades de alojamento <sup>(60)</sup> .....	S	S	S	N	N
7.1.7 — Serviço telefónico permanente com a rede exterior .....	<sup>(61)</sup> S	<sup>(61)</sup> S	S	S	S
7.1.8 — Serviço de correio e telecópia (fax) .....	S	S	S	S	N
7.1.9 — Serviço de guarda de valores em cofres individuais <sup>(62)</sup> .....	S	S	S	S	N
7.1.10 — Serviço de arrumação e limpeza .....	<sup>(63)</sup> S	S	S	S	S
7.1.11 — Serviço de lavandaria e engomadoria .....	S	S	S	N	N

(1) Com elevados padrões de qualidade e oferecer um ambiente requintado em condições de luxo e de grande comodidade e conforto.

(2) Com muito bons padrões de qualidade e oferecer um aspecto geral e ambiente confortáveis.

(3) De boa qualidade, de modo a proporcionar boas condições de conforto.

(4) Que permitam oferecer as indispensáveis condições de comodidade e conforto.

(5) Simples, oferecendo o mínimo de comodidade.

(6) Os reservatórios de água devem ter capacidade suficiente para satisfazer temporariamente as necessidades correntes dos seus serviços se faltarem as fontes normais de abastecimento.

(7) Deve estar concebido de modo a entrar em funcionamento logo que o sistema de iluminação normal falhe.

(8) Exigível quando não existir serviço público de recolha de lixo.

(9) Se a localização ou o período de exploração do estabelecimento o permitirem, a Direcção-Geral do Turismo pode dispensar, total ou parcialmente, alguns dos elementos componentes do sistema de climatização.

(10) O sistema de ar condicionado deve permitir a sua regulação separada em cada unidade de alojamento.

(11) Nos casos em que seja exigível aquecimento e ventilação devem existir unidades em número suficiente e com comando regulável, de modo a garantir uma adequada temperatura ambiente.

(12) O sistema de ar condicionado quente pode ser substituído por sistema de aquecimento central.

(13) Nas áreas exigidas para os quartos e salas privadas não se incluem as superfícies das respectivas antecâmaras, corredores e terraços, incluindo-se, porém, as ocupadas por roupeiros embutidos.

(14) Nas *suites*, as áreas dos quartos são iguais às indicadas para os quartos.

(15) No caso de a *suite* ter mais do que uma sala, basta que uma delas satisfaça a área mínima exigível.

(16) No caso de a sala da *suite* possuir *kitchenette*, devem ser acrescidas à sua área 4 m<sup>2</sup>.

(17) Com comunicação directa para o exterior ou dotadas de dispositivos de ventilação artificial com contínua renovação do ar adequados à sua dimensão.

(18) Quando os quartos não estiverem dotados de instalações sanitárias privadas, devem possuir lavatório e bidé, com água corrente quente e fria.

(19) As casas de banho simples são compostas por polibanho com chuveiro, retrete e lavatório.

(20) As casas de banho completas são compostas por banheira com chuveiro, bidé, retrete e lavatório.

(21) Com computador ao alcance da mão.

(22) Salvo se essa função for assegurada pelo telefone.

(23) É dispensado o espelho no roupeiro se o mesmo se encontrar instalado noutra local do quarto.

(24) Dispensável quando estiver integrado no televisor.

(25) Nas *suites* dos hotéis de 4 estrelas o televisor pode estar instalado na sala privada.

(26) No átrio de entrada deve situar-se a recepção/portaria e a zona de estar.

(27) Sem prejuízo do disposto na lei geral, na organização do átrio e respectivos acessos deve prever-se a existência, sempre que possível e necessário, de rampas destinadas a permitir ou facilitar a circulação de utentes com deficiências motoras.

(28) Quando existirem salas polivalentes para reuniões, estas devem ser dotadas de vestíbulo de recepção próprio com vestiário e, pelo menos, uma cabina telefónica, se a sua capacidade o justificar e na medida em que as restantes instalações do estabelecimento as não possam apoiar.

(29) As instalações dos hotéis onde se ofereça música para dançar ou de concerto devem ser isoladas acusticamente, com observância do estabelecido no Regulamento Geral sobre o Ruído.

(30) A esta área devem ser adicionados 0,75 m<sup>2</sup> por cama, até ao limite máximo de 350 m<sup>2</sup>. Quando a zona de estar não estiver situada no espaço destinado ao átrio de entrada, a área que lhe é reservada é de 80 % da área global.

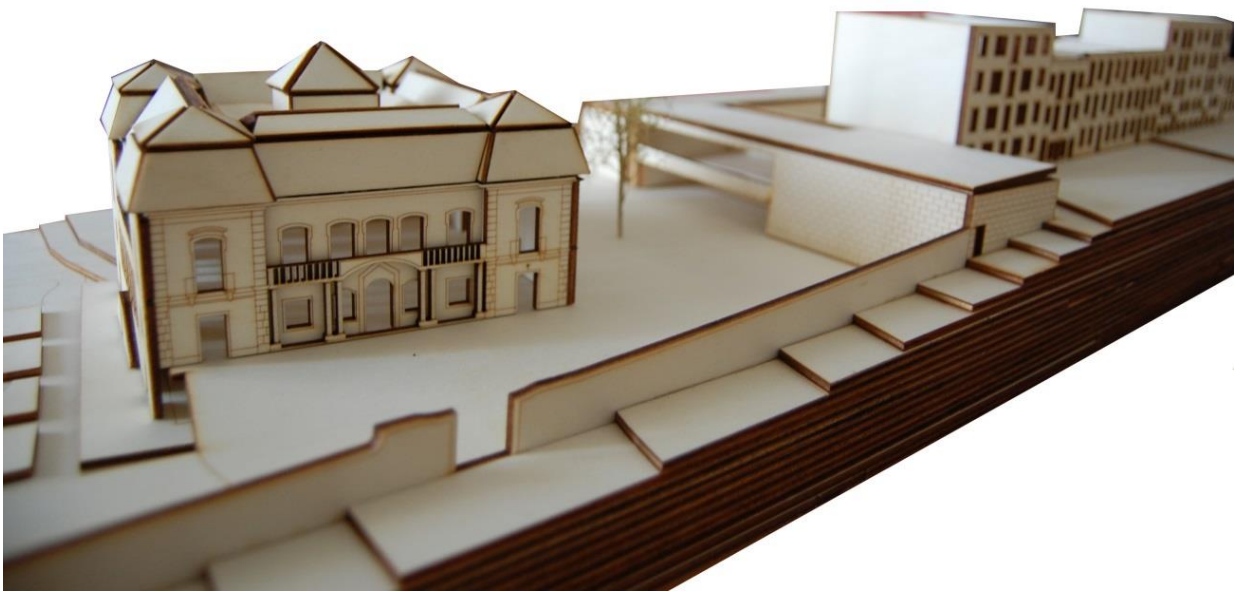
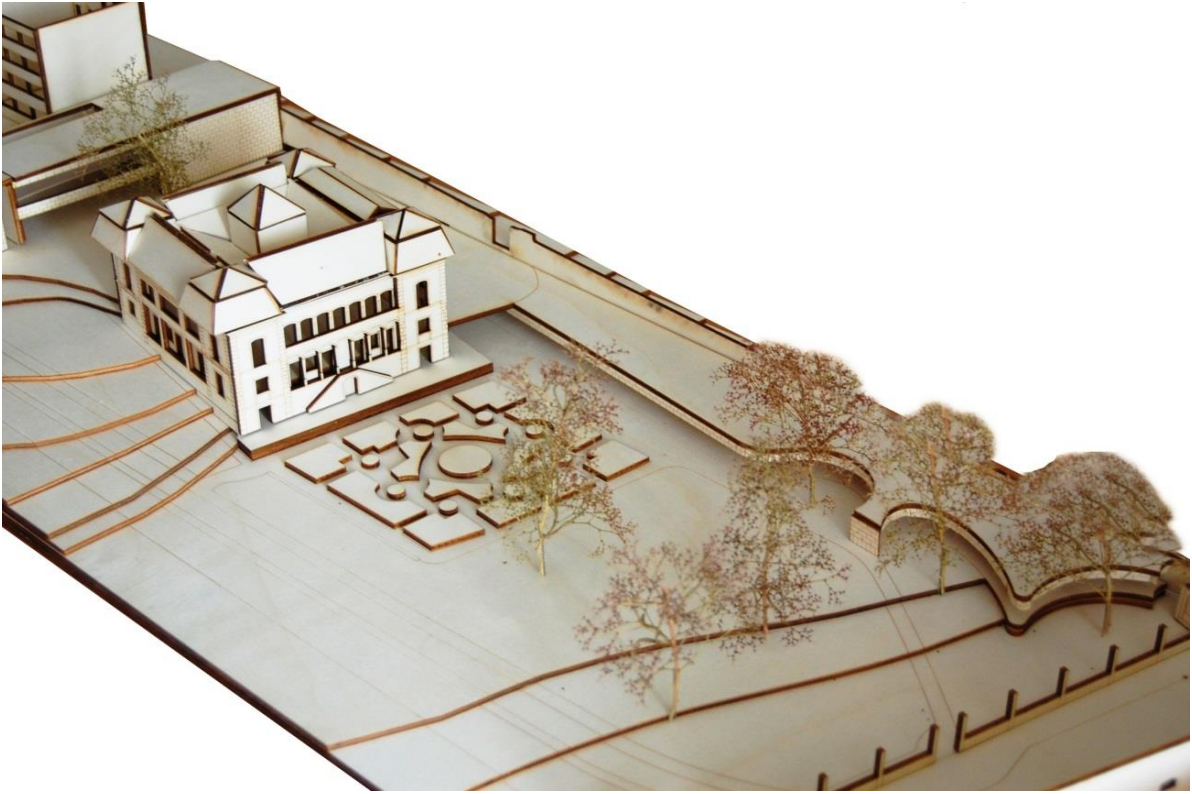
(31) A esta área devem ser adicionados 0,65 m<sup>2</sup> por cama, até ao limite máximo de 250 m<sup>2</sup>. Quando a zona de estar não estiver situada no espaço destinado ao átrio de entrada, a área que lhe é reservada é de 80 % da área global.

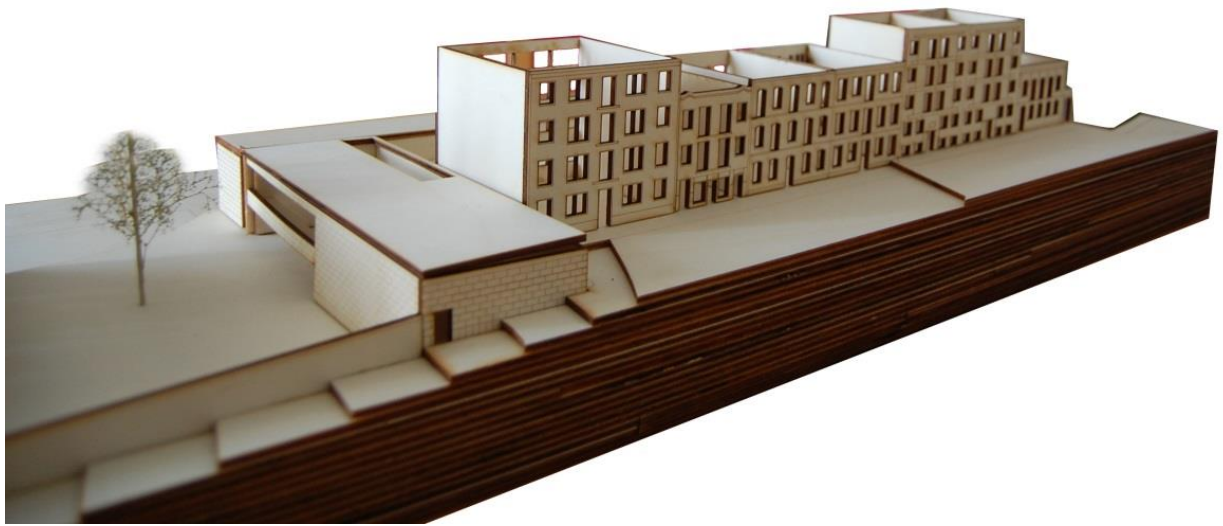


**Anexo IV. Fotografias das Maquetes**

1. Maquete Geral, Esc.: 1:200





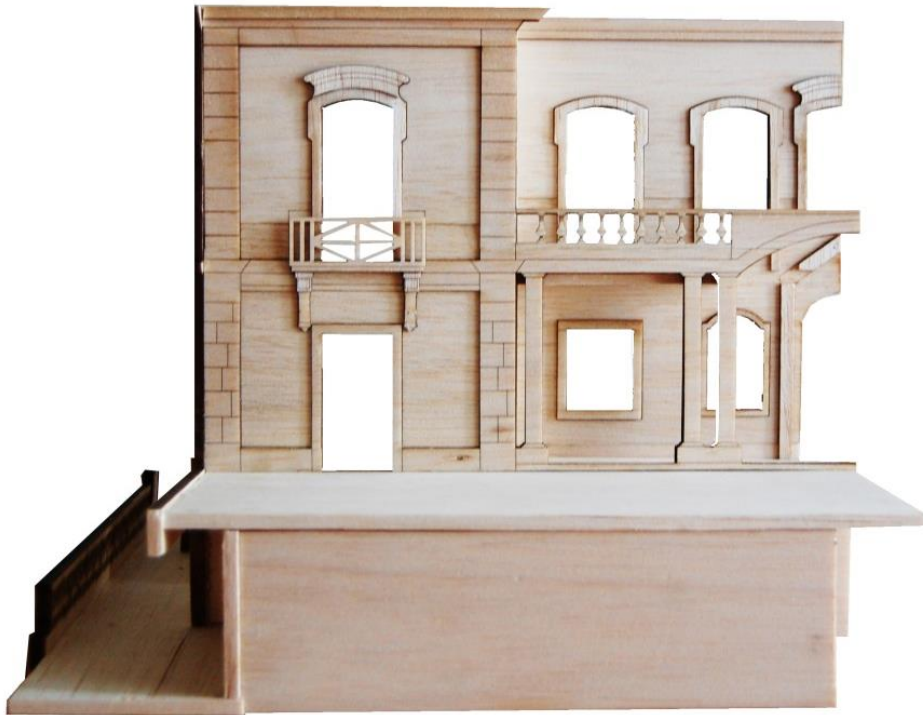


**2. Maquete de Pormenor da Sala Polivalente, Esc.: 1:50**



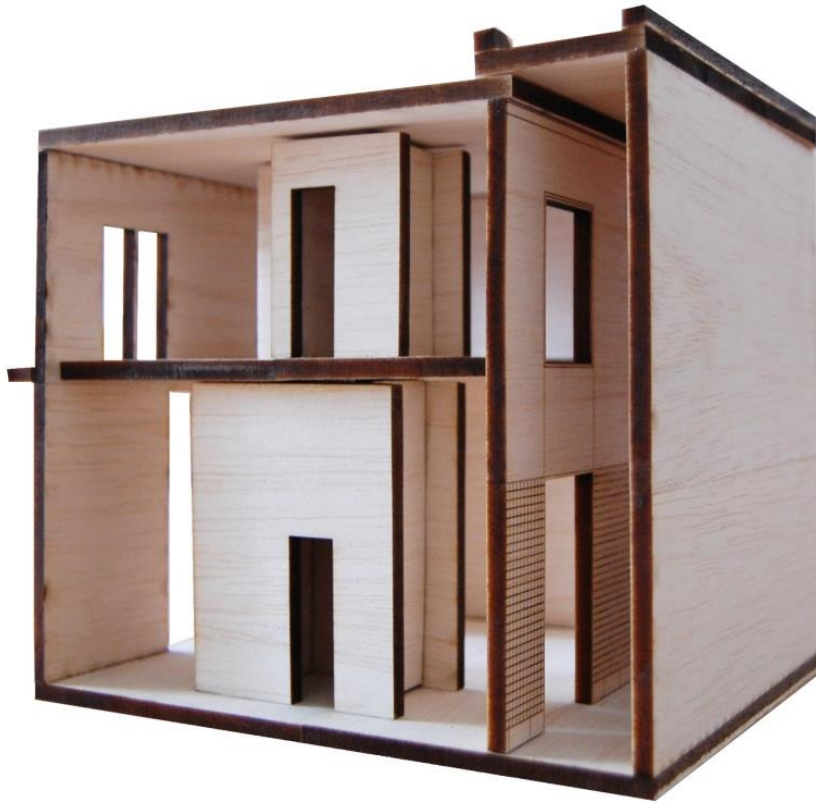
**3. Maquete de Pormenor do Palácio, Esc.: 1:50**



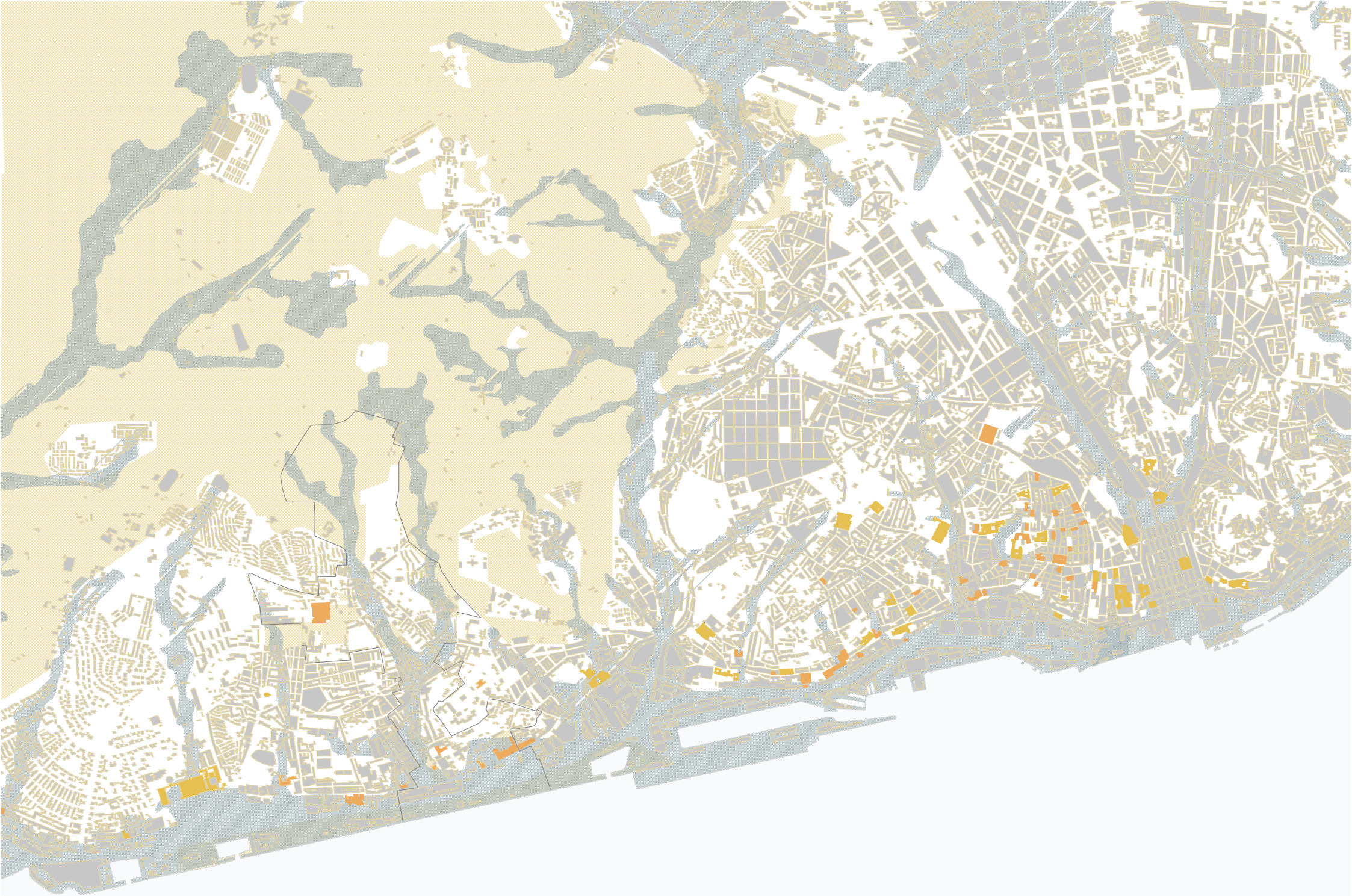


4. Maquete de Pormenor da Villa, Esc.: 1:50










**Anexo V. Painéis Síntese do Projecto**



1 A CIDADE, ESC. 1:10000

LEGENDA:  ESTRUTURA VERDE,  LINHAS DE ÁGUA,  ÁREA INTERVENÇÃO,  PALÁCIOS,  IGREJAS E CONVENTOS





PALÁCIO DE BELÉM .1



PALÁCIO DOS CONDES DA EGA .2



PALÁCIO PESSANHA .3



PALÁCIO DOS CONDES DA PONTE .4



PALÁCIO BURNAY .5



PALÁCIO DOS CONDES DA RIBEIRA GRANDE .6



PALÁCIO DA QUINTA DAS ÁGUIAS .7

- UNIDADE HOTELEIRA
- 13 VILLAS CONTEMPORÂNEAS (90m2) -
- 2 SUITES SÉC. XVIII (100 A 120m2) -
- 14 CAMAS EM COBERTURA AMANSARDADA -
- 2 RESTAURANTES -
- 2 BARES -
- PISCINAS EXTERIOR E INTERIOR -
- SALA POLIVALENTE -
- CAPELA -
- SERVÍCIO LAVANDARIA -
- 14 L. ESTACIONAMENTO COBERTO -



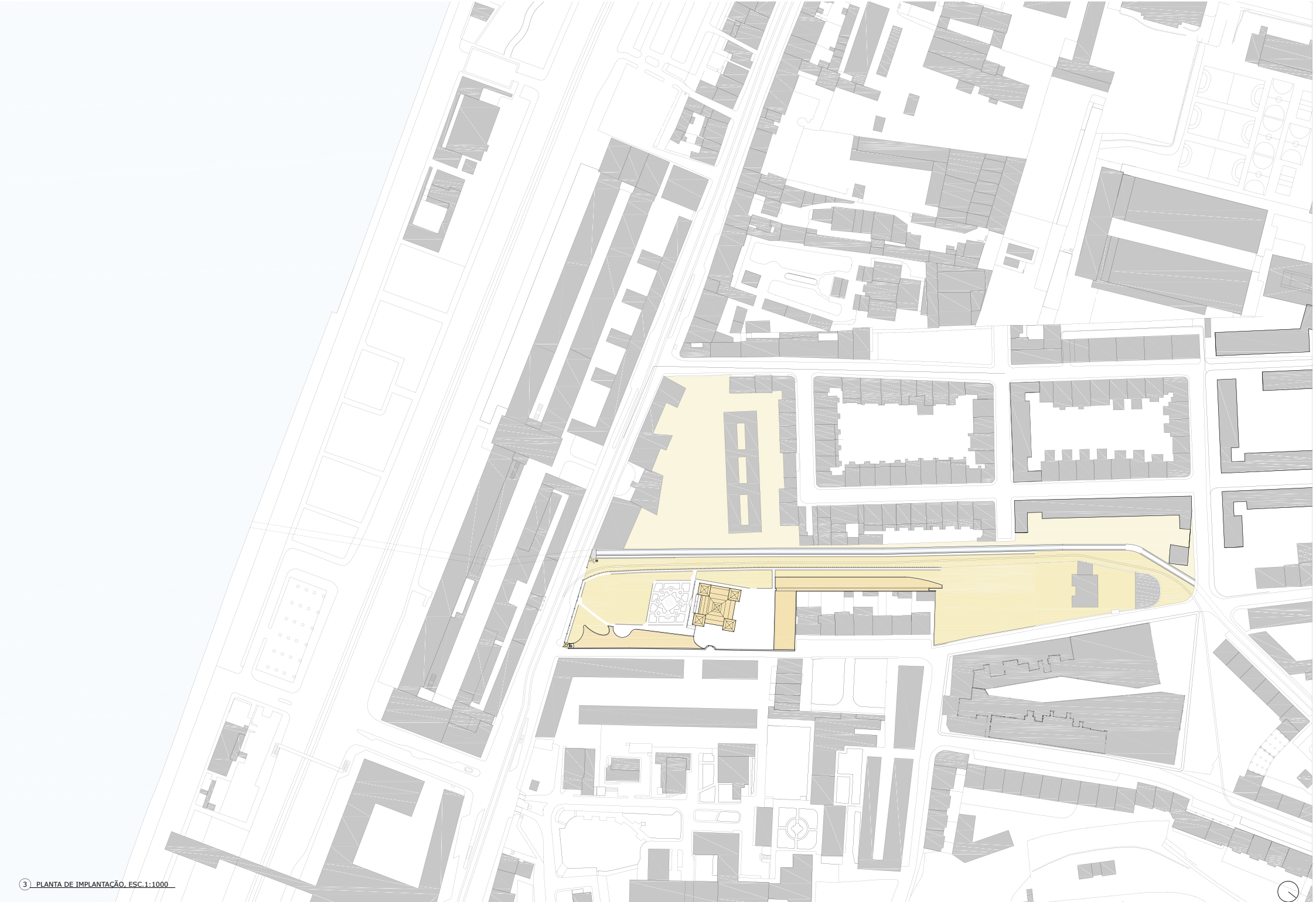
CASA NOBRE DE LÁZARO LEITÃO ARANHA .8

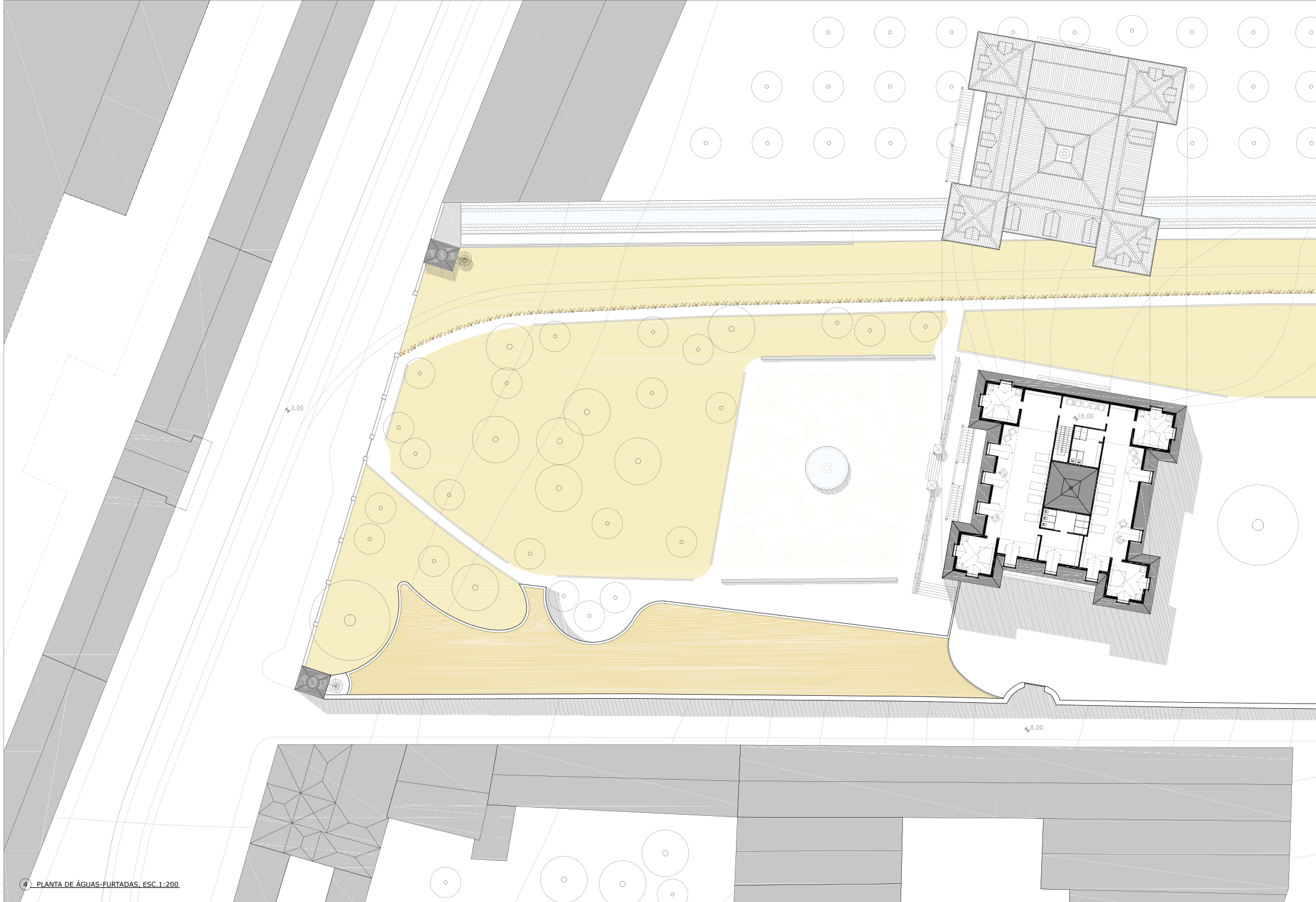


PALÁCIO DOS MARQUÊS DE ANGEJA .9

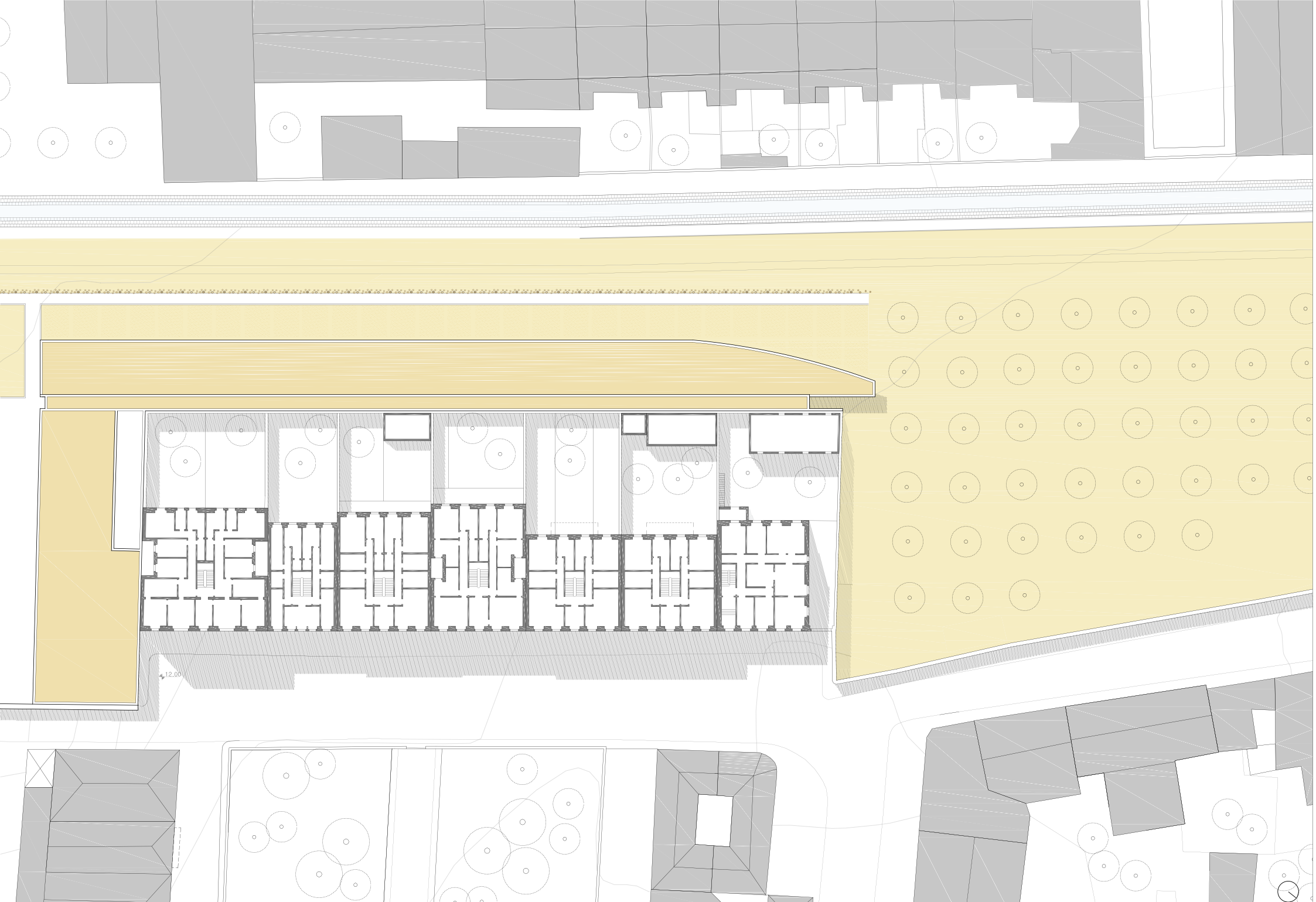
2 O PARQUE, ESC. 1:4000

LEGENDA: ESTRUCTURA VERDE, PARQUE, ÁREA DE INTERVENÇÃO, PROPOSTAS, PALÁCIOS, EDIFÍCIOS MARCANTES, RIO SECO, ELÉCTRICO EXISTENTE, ELÉCTRICO PROPOSTO

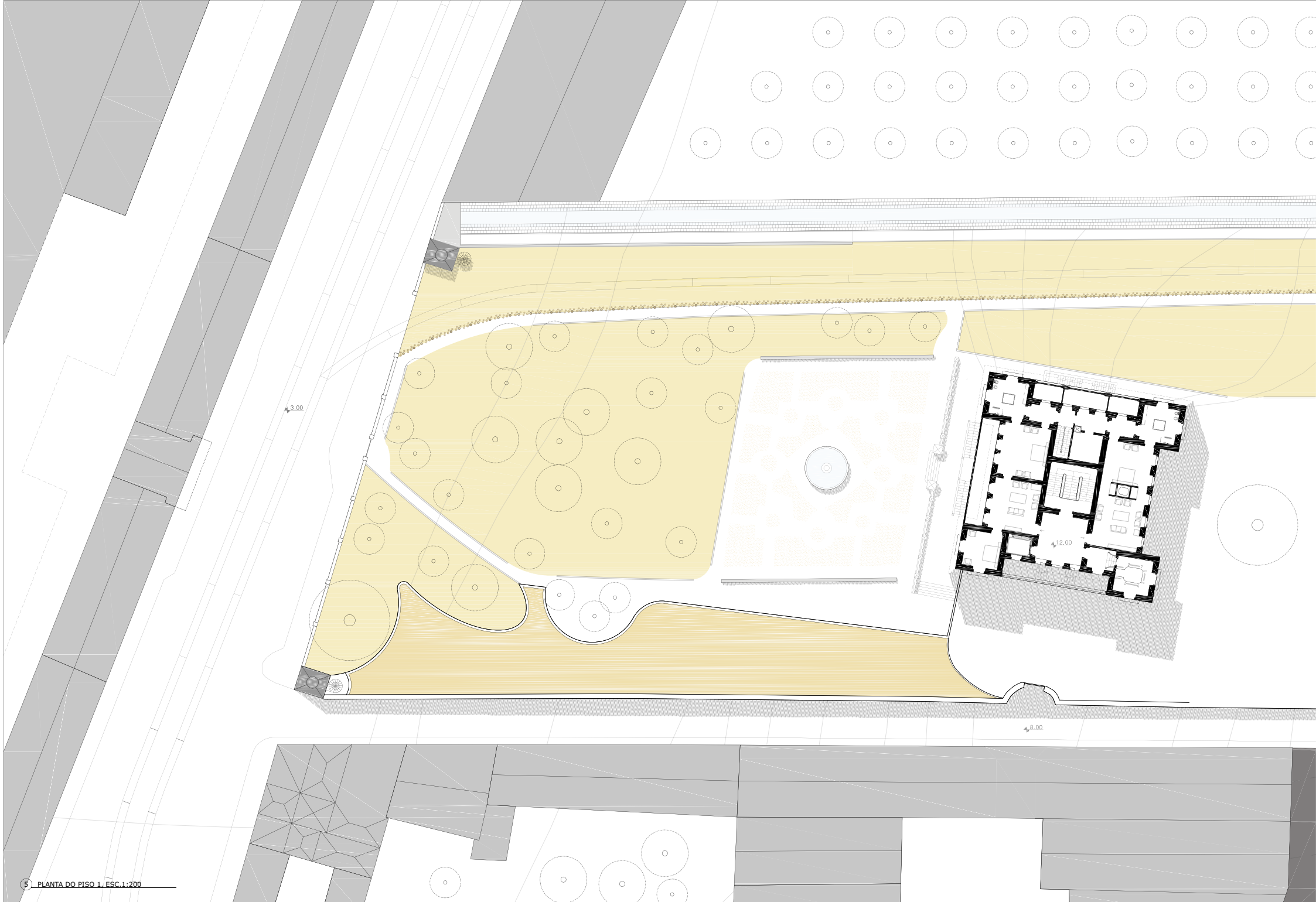




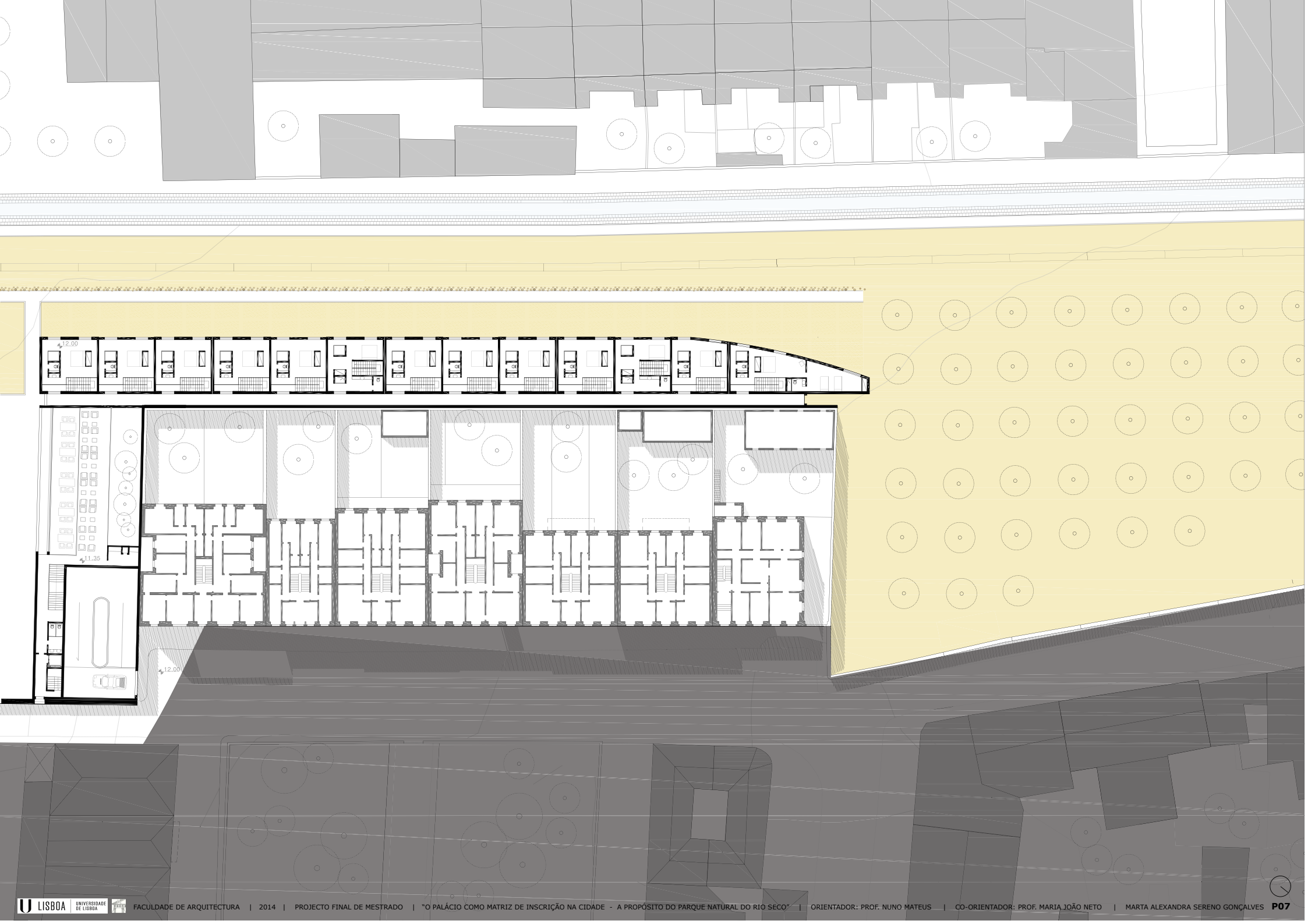
4 PLANTA DE ÁGUAS-FURTADAS, ESC. 1:200.



4,12,00

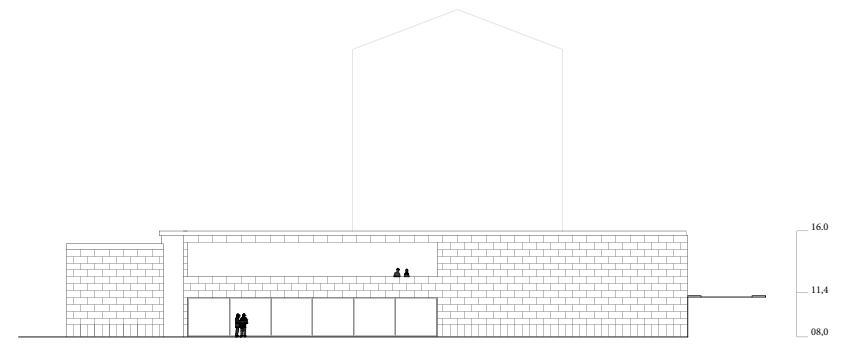


5 PLANTA DO PISO 1, ESC.1:200





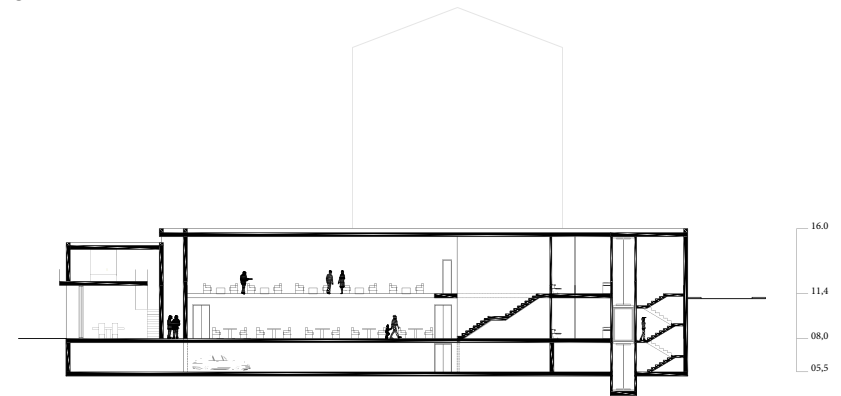
6 CORTE AA', ESC.1:200



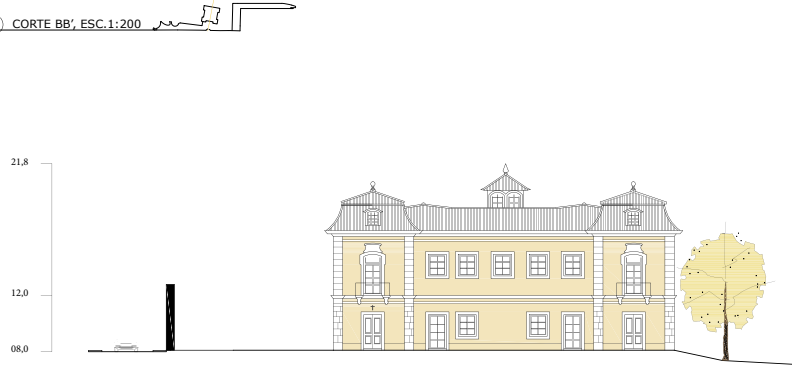
7 ALÇADO SUL, ESC.1:200



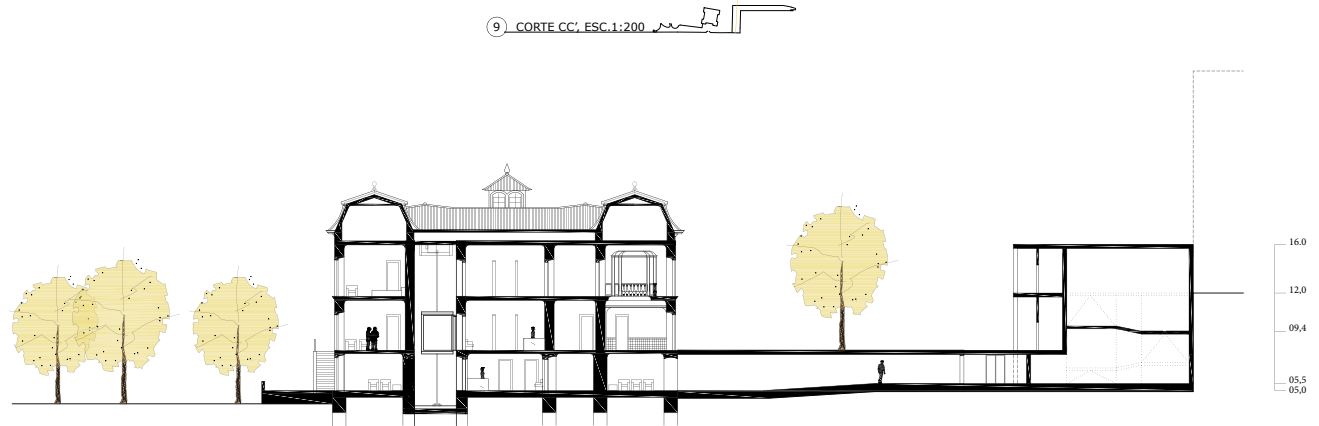
8 CORTE BB', ESC.1:200



9 CORTE CC', ESC.1:200



10 ALÇADO NORTE, ESC.1:200



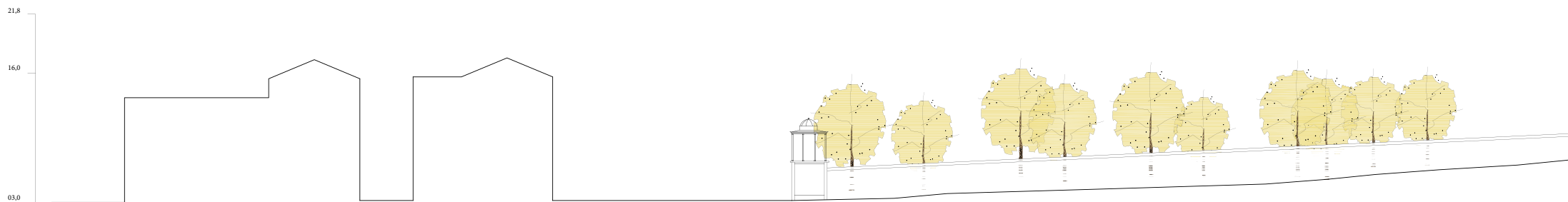
11 CORTE DD', ESC.1:200



12 ALCAIDO POENTE, ESC.1:200

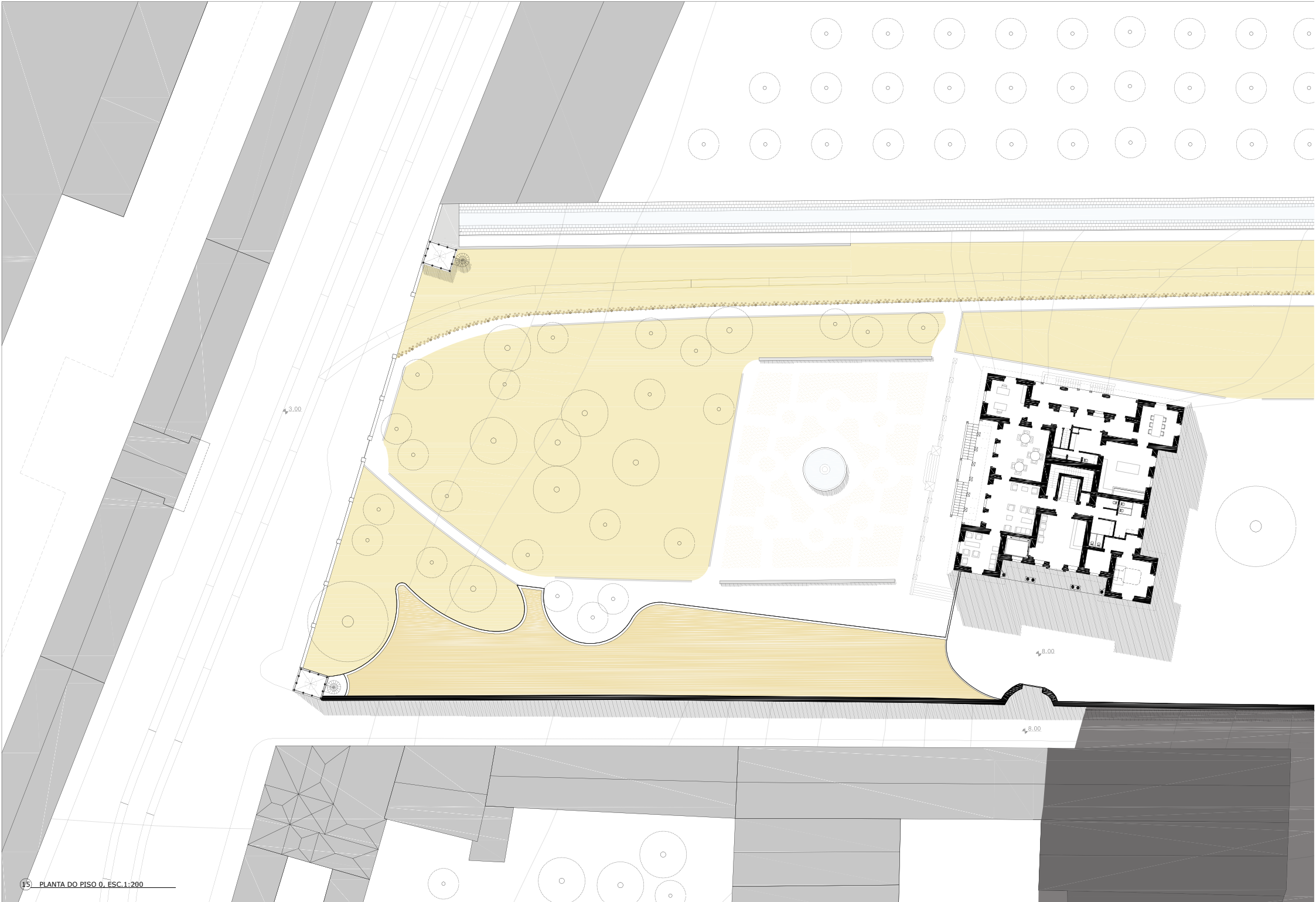


13 CORTE EE', ESC.1:200

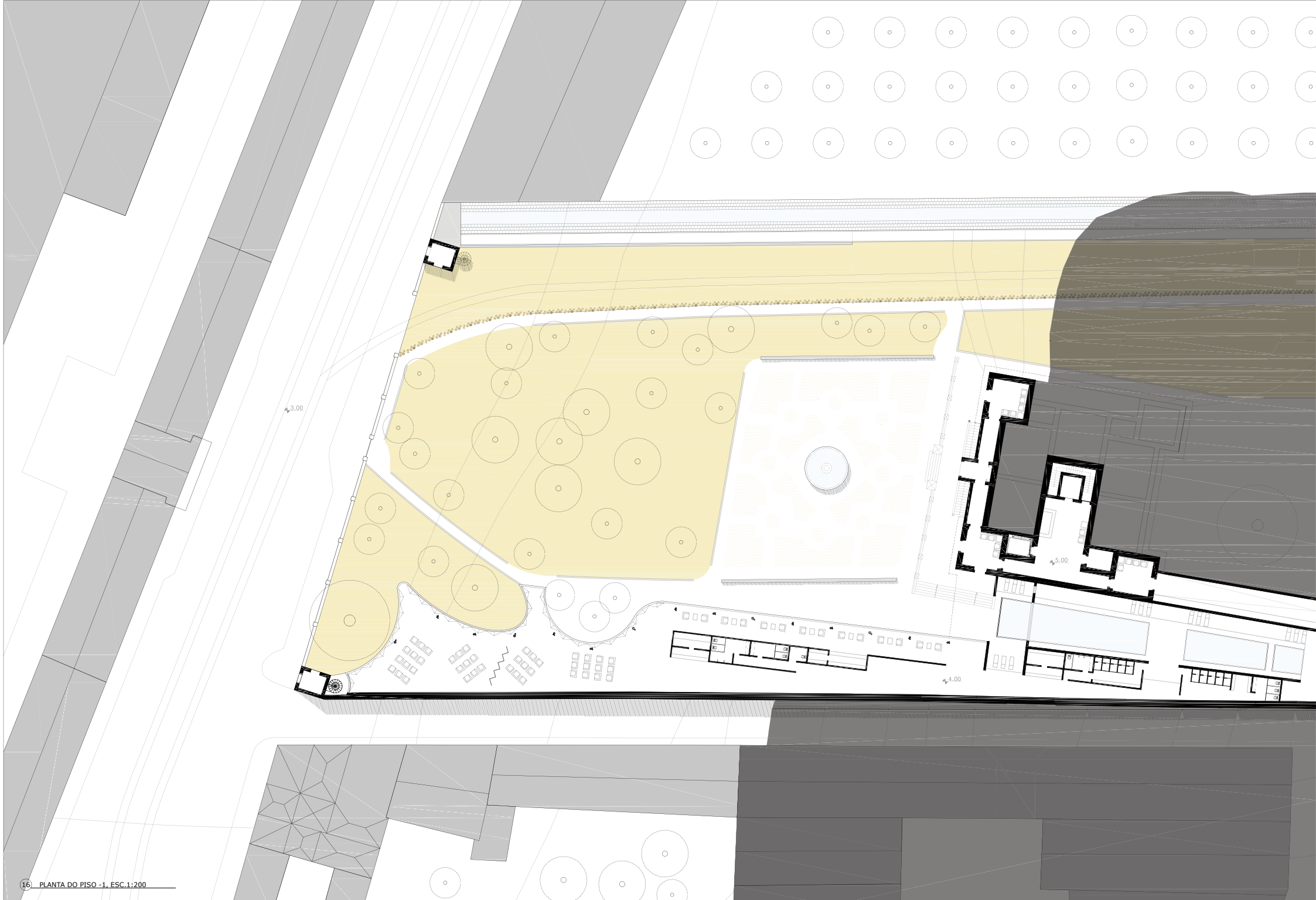


14 ALCAIDO NASCENTE, ESC.1:200





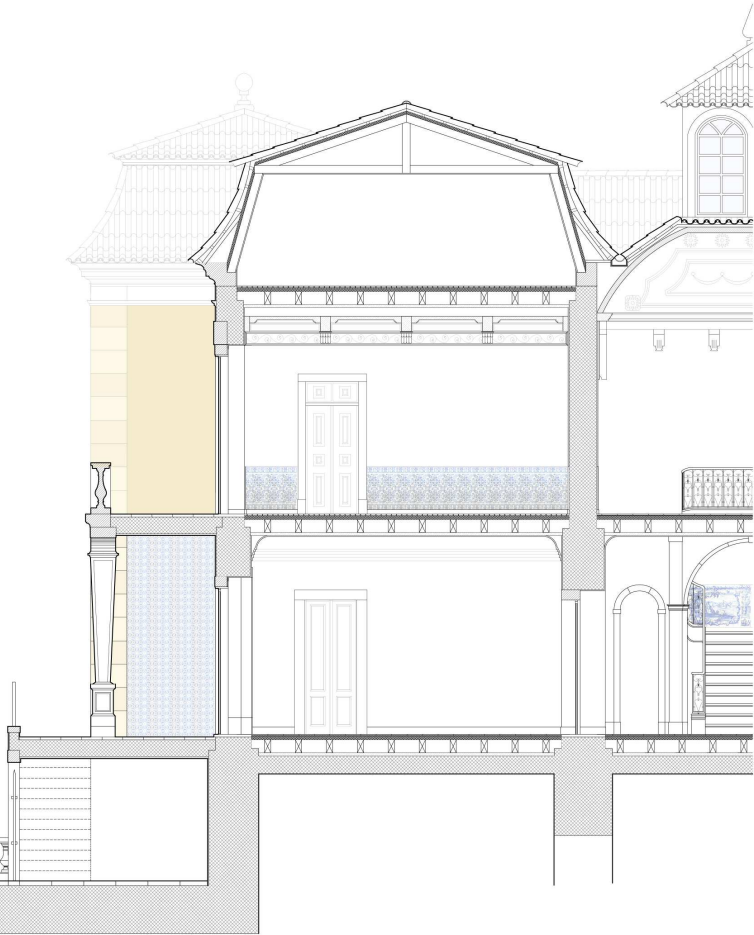




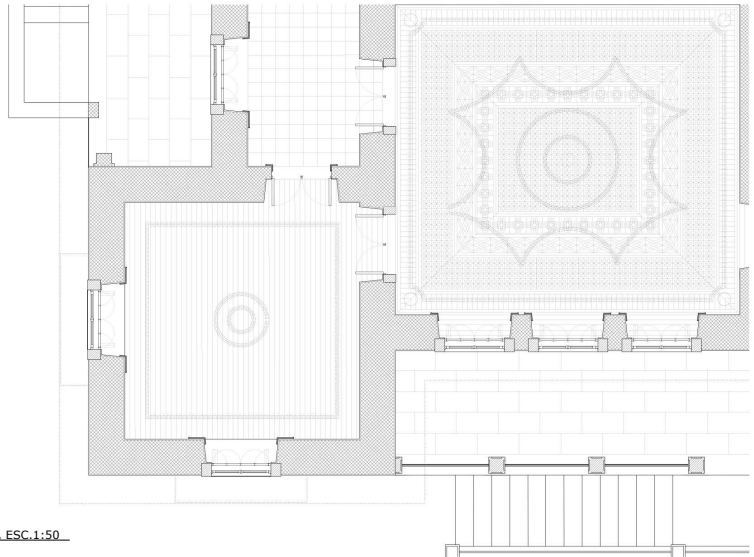




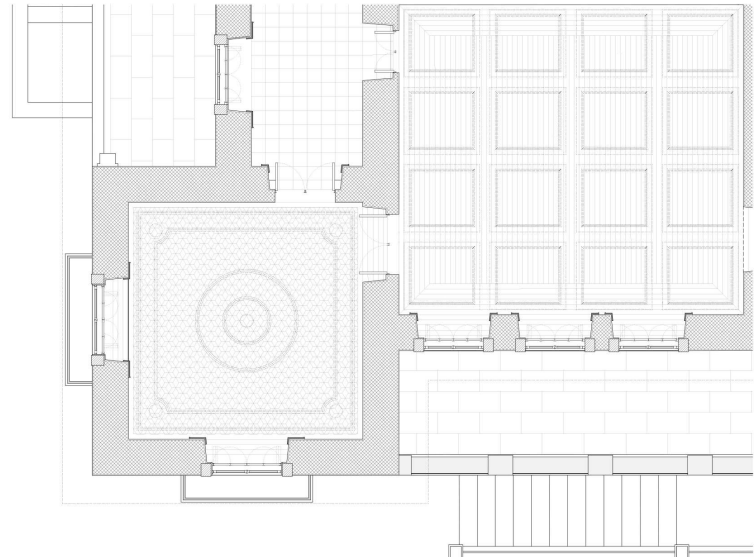
17 ALCADO PARCIAL, ESC.1:50



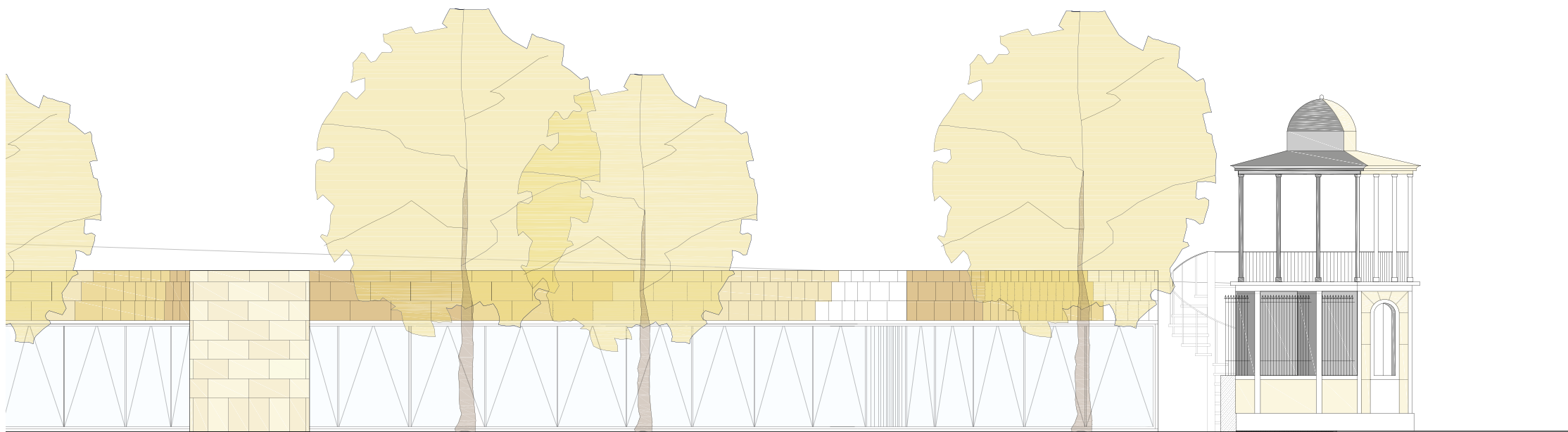
18 CORTE JJ, ESC.1:50



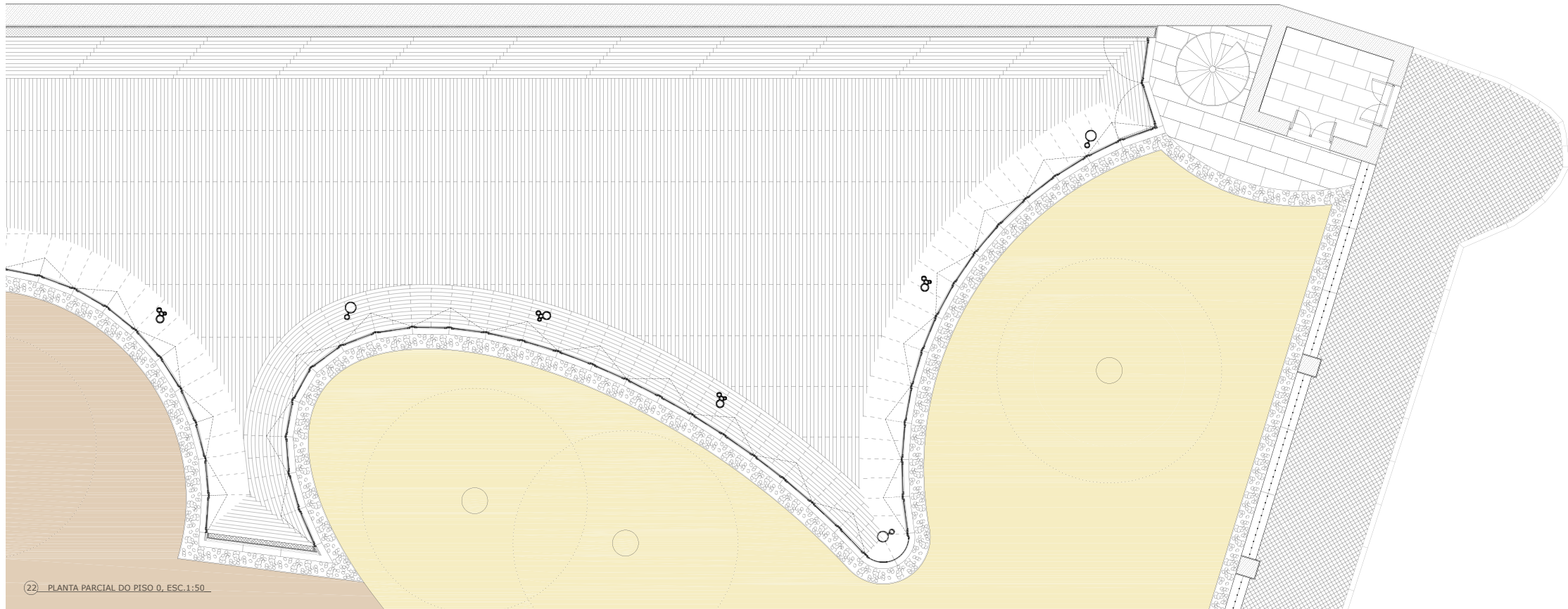
19 PLANTA PARCIAL DO PISO 0, ESC.1:50



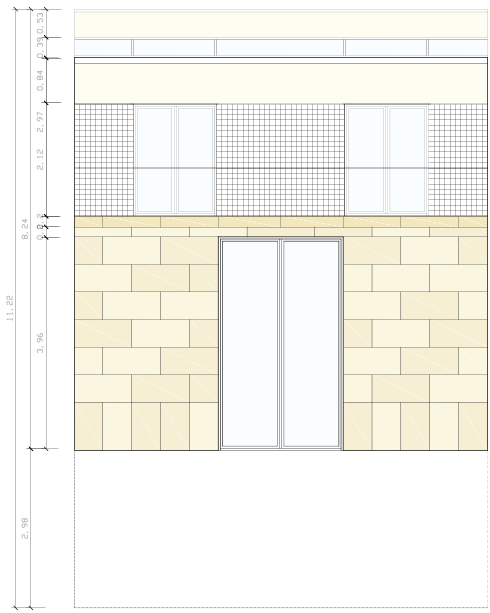
20 PLANTA PARCIAL DO PISO 1, ESC.1:50



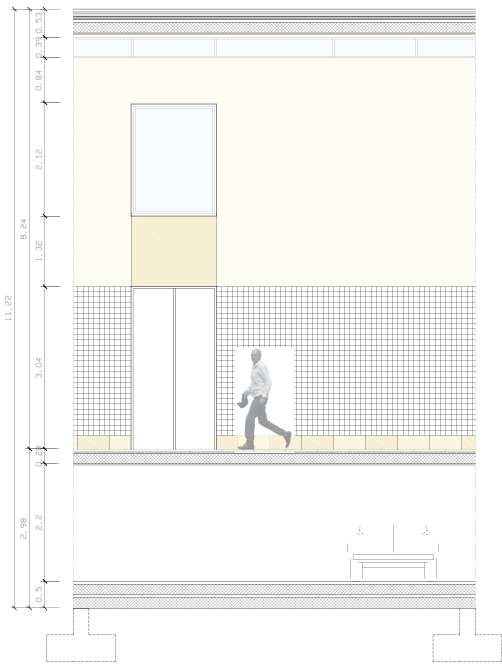
21) ALCADO PARCIAL POENTE, ESC. 1:50



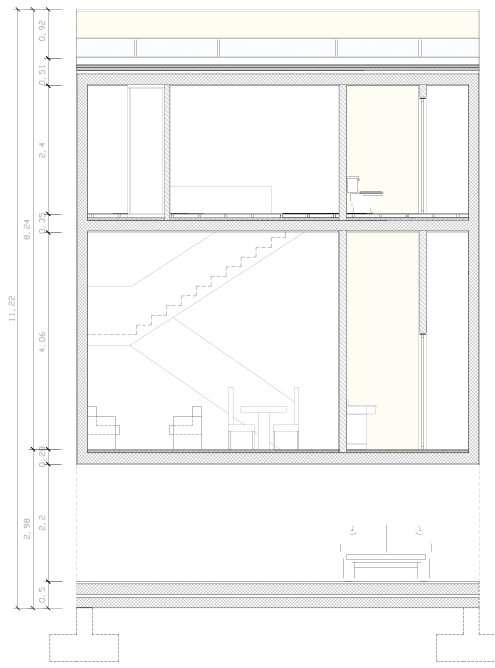
22) PLANTA PARCIAL DO PISO 0, ESC. 1:50



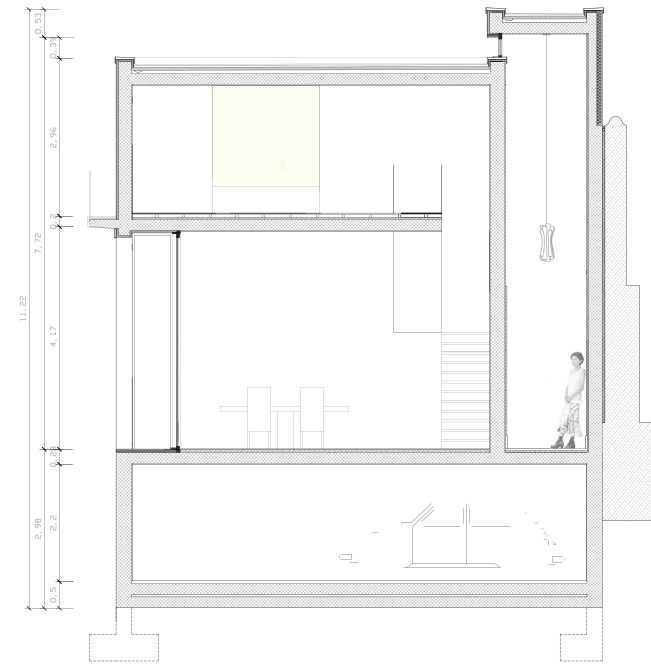
24 ALCADO, ESC. 1:50



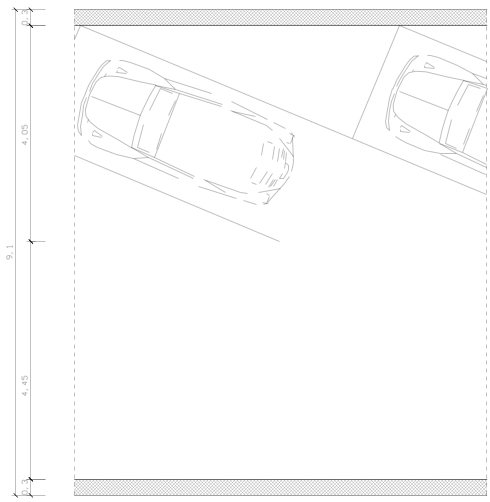
25 CORTE AA, ESC. 1:50



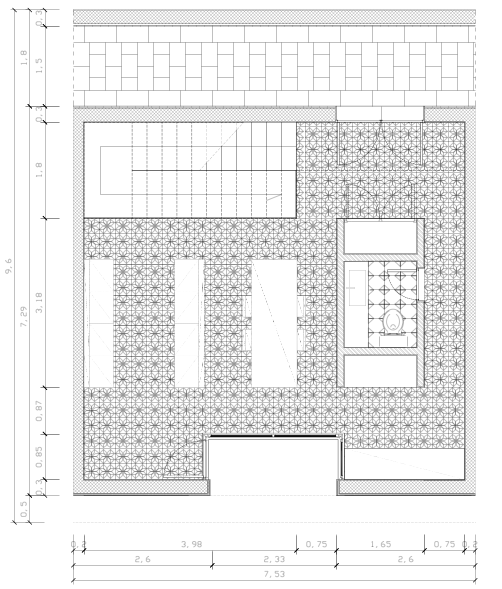
26 CORTE BB', ESC. 1:50



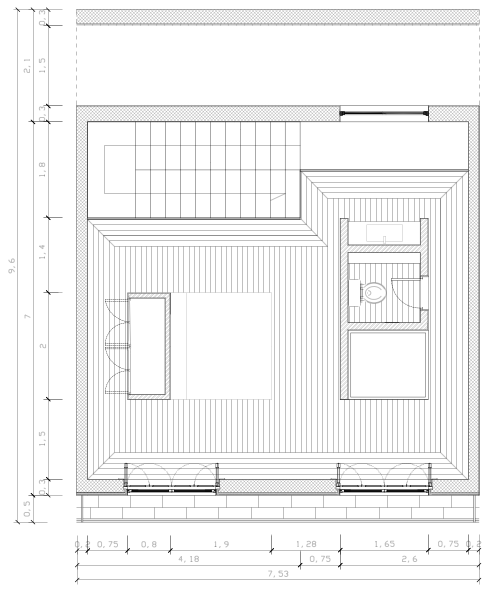
27 CORTE CC', ESC. 1:50



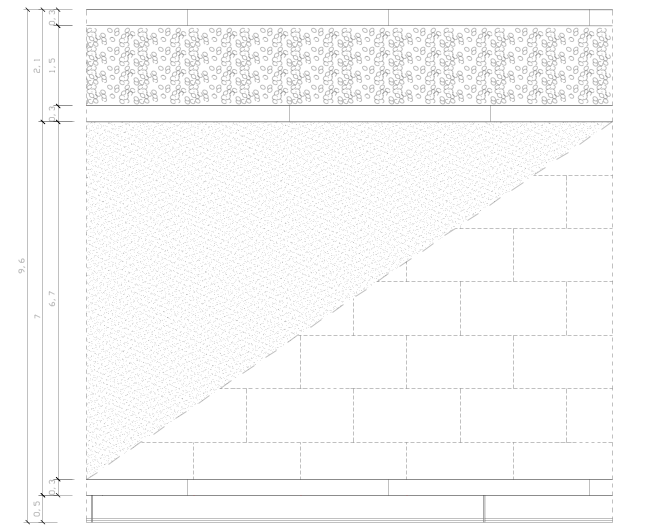
28 PLANTA PISO -1, ESC. 1:50



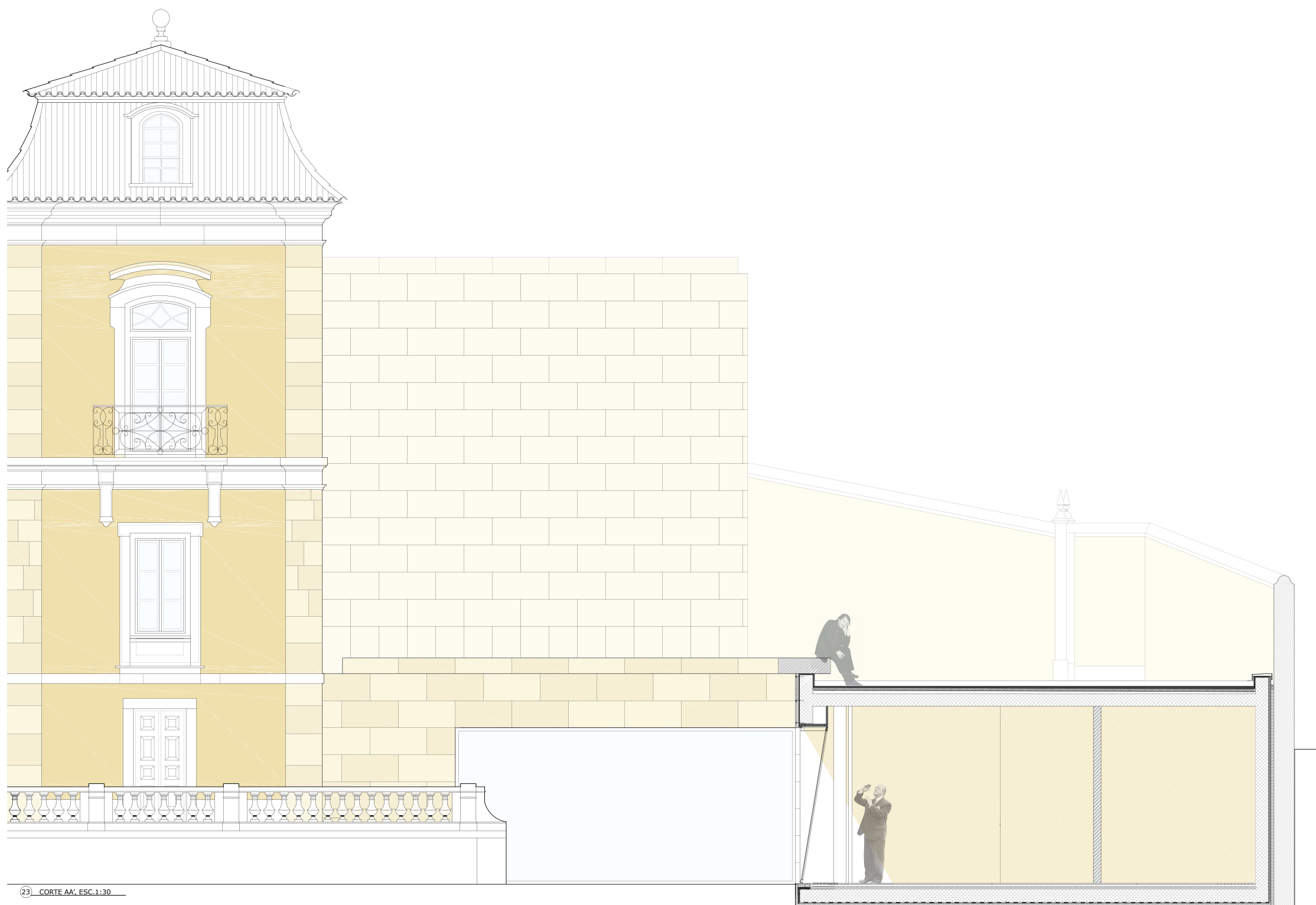
29 PLANTA PISO 0, ESC. 1:50



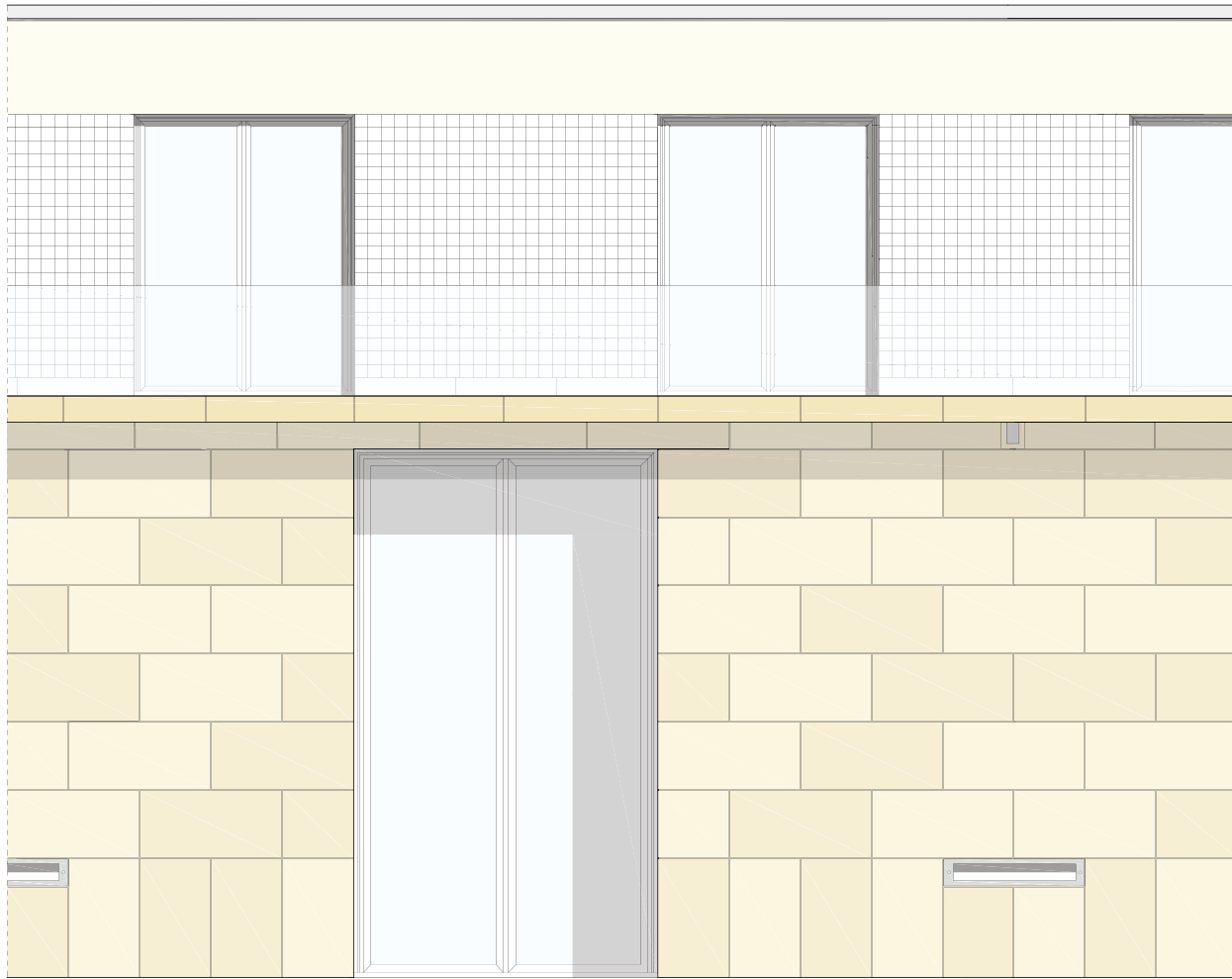
30 PLANTA PISO 1, ESC. 1:50



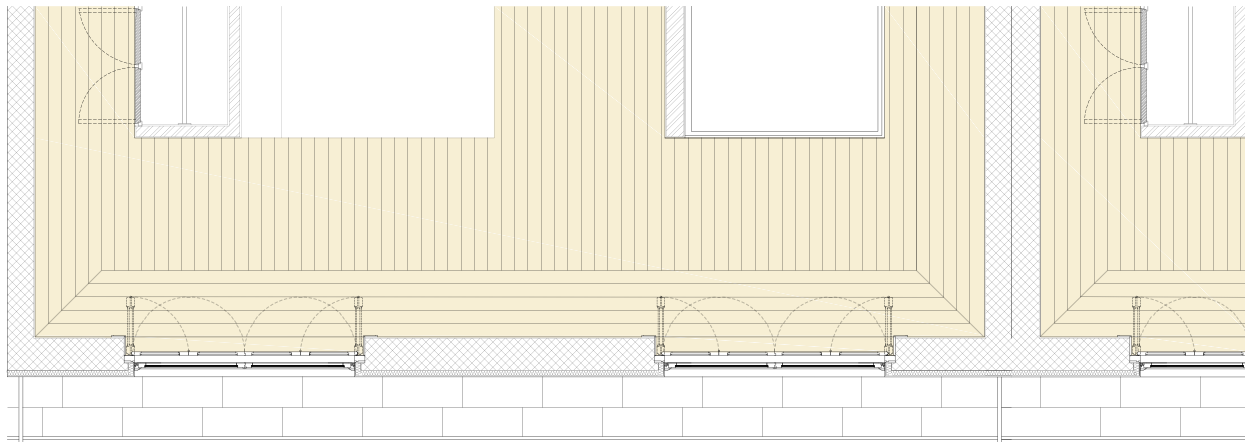
31 PLANTA DE COBERTURA



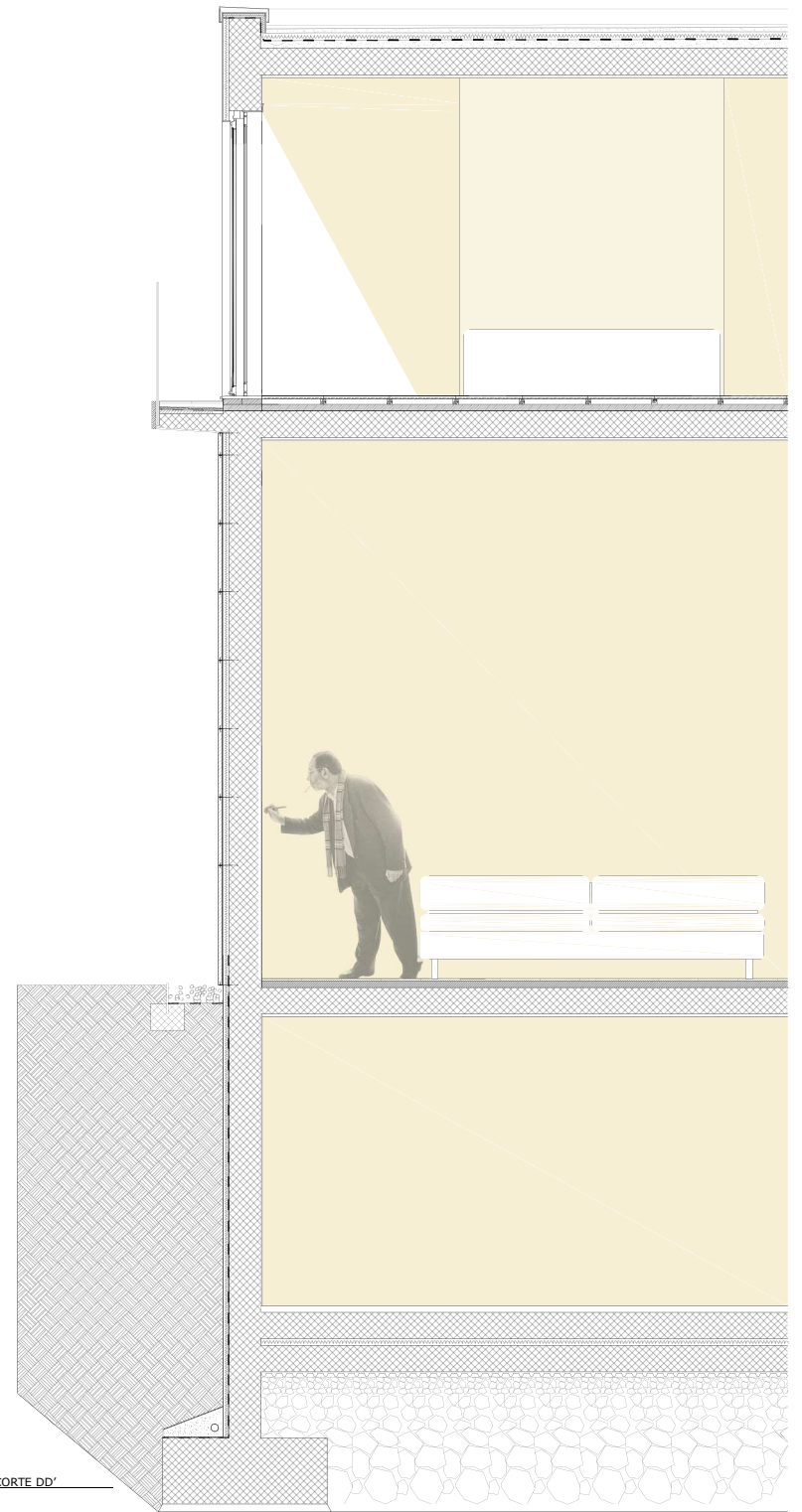
23 CORTE AA, ESC.1:30



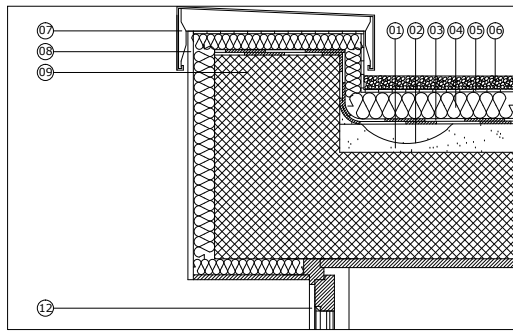
32 ALCADO



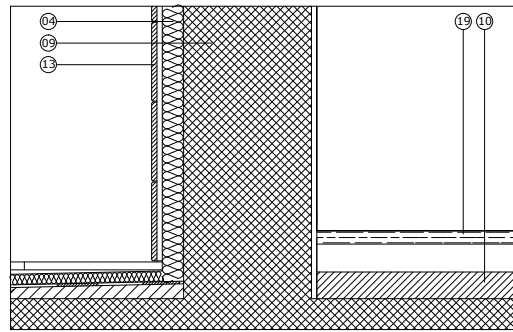
33 PLANTA PARCIAL DO PISO 1



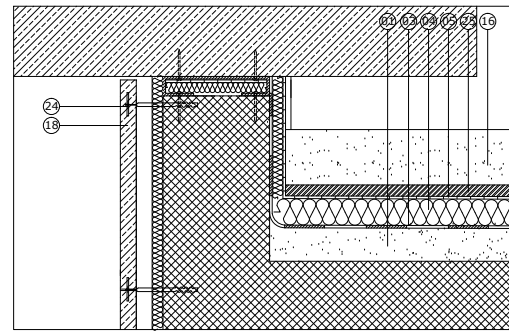
34 CORTE DD'



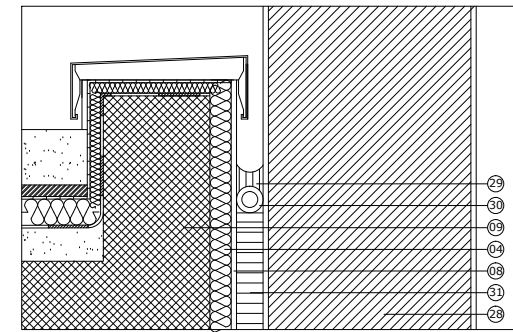
P01 - Cobertura não acessível, Villa



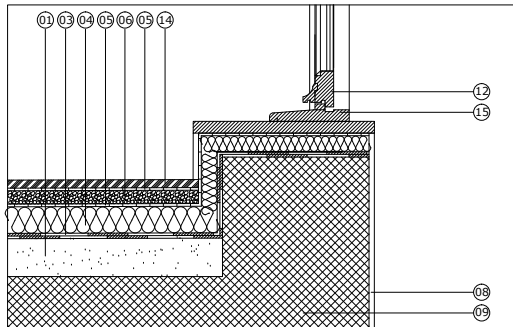
P02 - Revestimento exterior em azulejo, corte vertical, Villa



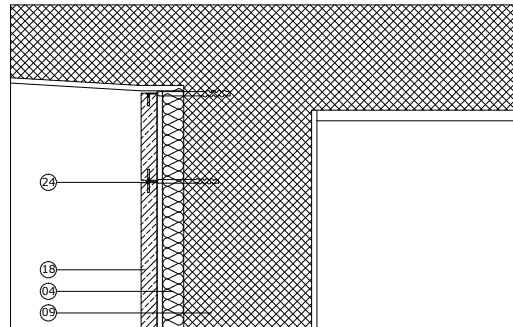
P03 - Cobertura acessível ajardinada, Bloco Sul



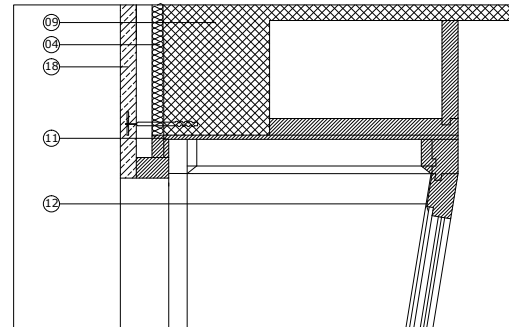
P04 - Encosto da nova construção ao muro existente, Bloco Sul



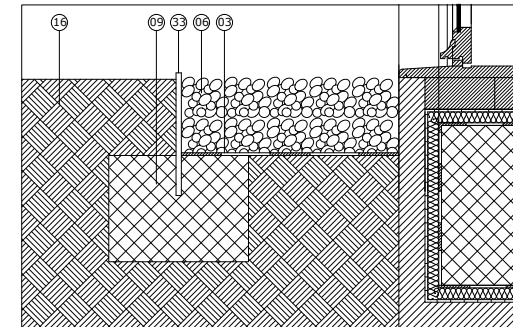
P05 - Cobertura não acessível ajardinada, Villa



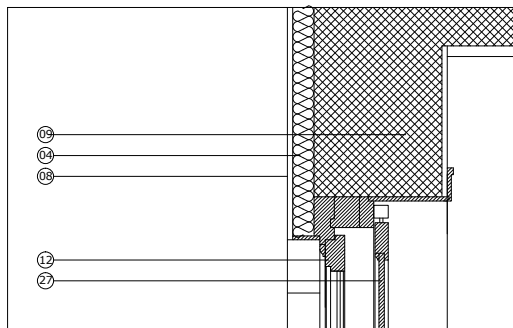
P06 - Revestimento exterior em pedra, corte vertical, Villa



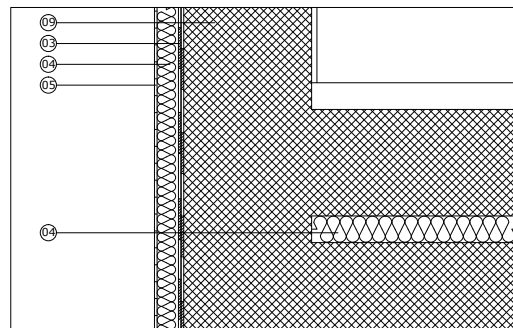
P07 - Vão exterior, corte vertical, Bloco Sul



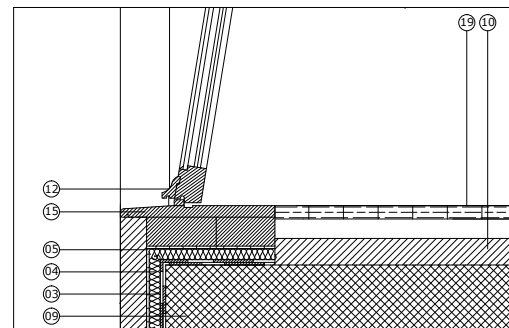
P08 - Arranjo exterior, Bloco Sul



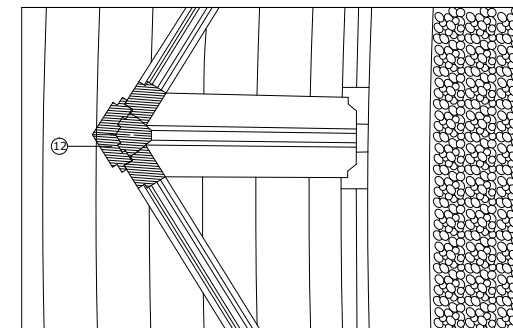
P09 - Vão exterior de batente, corte vertical, Villa



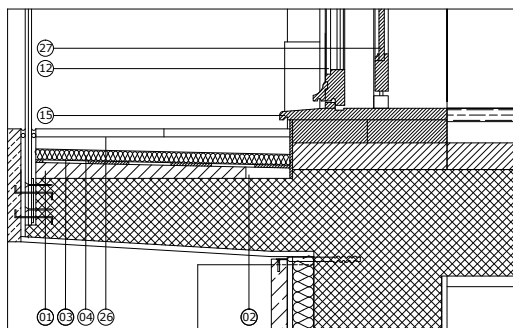
P12 - Fundação, Villa



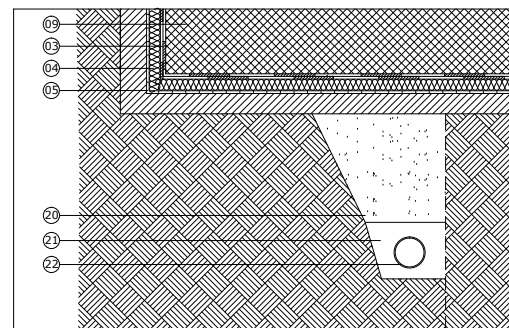
P10 - Vão exterior, corte vertical, Bloco Sul



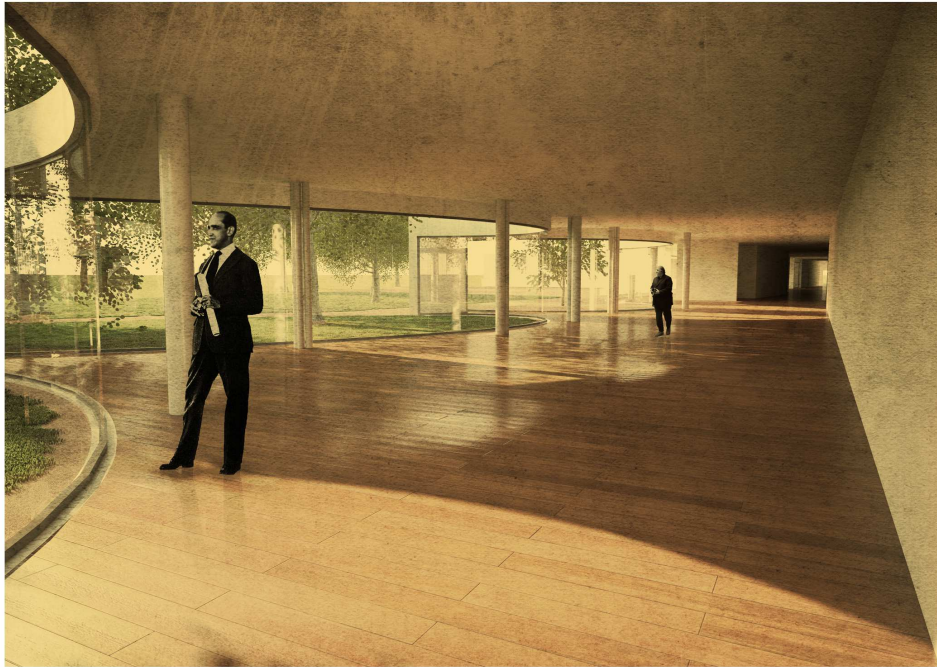
P14 - Vão exterior, corte horizontal, Bloco Sul



P11 - Vão exterior de batente e varanda, corte vertical, Villa



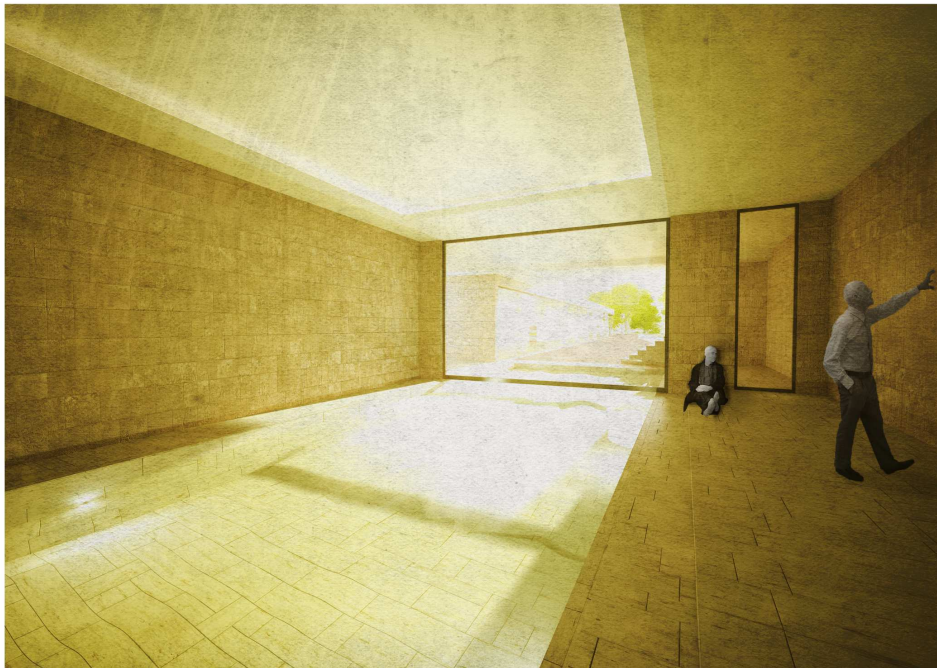
P13 - Laje de fundação, Bloco Sul



35 VISTA DA SALA POLIVALENTE



36 VISTA DA SALA POLIVALENTE



36 VISTA DAS PISCINAS



37 VISTA DA SALA DA VILLA